

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO



Instituto Superior de Economia e Gestão
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DOUTORAMENTO EM: Economia

**ENSAIOS SOBRE POLÍTICAS DE EMPREGO
E EMPREGABILIDADE**

NÁDIA NOGUEIRA SIMÕES

Orientação:

Doutor Vítor Manuel Alvares Escária

Doutor José Manuel de Matos Passos

Júri:

Presidente:

Reitor da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais:

Doutora Aurora Amélia Castro Teixeira, professora auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto; —

Doutora Margarida Maria Simões Chagas Lopes, professora auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor José Manuel Matos Passos, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Vítor Manuel Alvares Escária, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Álvaro António da Costa Novo, professor auxiliar convidado do Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Mário José de Freitas Centeno, professor auxiliar convidado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Junho/2009



GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

IE – Inquérito ao Emprego

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PEPS - Programa de Emprego e Protecção Social

PIB – Produto Interno Bruto

STC – *Services to Claimants*

TCO – Trabalhador por conta de outrem

~~UE – União Europeia~~

ENSAIOS SOBRE POLITICAS DE EMPREGO E EMPREGABILIDADE

Nádia Nogueira Simões

Doutoramento em: Economia

Orientador: Professor Doutor Vítor Manuel Alvares Escária

Co-orientador: Professor Doutor José Manuel de Matos Passos

Provas concluídas em:

RESUMO

Recentemente, foram introduzidas em Portugal diversas reformas estruturais no sistema de protecção social com impacto nas decisões ocupacionais dos indivíduos. A análise procurará contribuir para o conhecimento do funcionamento do mercado de trabalho português e permitirá retirar conclusões em termos de política económica.

~~Começaremos por uma revisão da literatura sobre os efeitos do subsídio de desemprego nos esforços de procura de emprego dos beneficiários, no tempo que permanecem no desemprego e na qualidade dos empregos que encontram. Depois de analisados os modelos de procura de trabalho e de escolha entre trabalho e lazer, discutem-se as abordagens que referem a monitorização, as sanções e a articulação com outras políticas activas de emprego como soluções para reduzir os efeitos adversos da atribuição do subsídio de desemprego.~~

Seguidamente, analisamos que factores condicionam a entrada no emprego a tempo parcial no contexto da economia portuguesa. Complementamos a evidência disponível nos estudos já realizados, fazendo uma distinção entre a entrada no emprego a horário parcial por conta de outrem e por conta própria. Desenvolveremos a análise para cada um dos géneros separadamente para aferir se as políticas que visam aumentar a taxa de emprego parcial devem ser diferenciadas.

Ainda relacionado com o emprego a tempo parcial, utilizaremos uma experiência natural para avaliar se o aumento do subsídio de desemprego parcial, introduzido em Portugal no primeiro trimestre de 2003, incentivou a aceitação destes empregos pelos beneficiários de subsídio de desemprego.

Sobre o auto-emprego, com recurso a uma experiência natural, tentaremos aferir se um aumento do valor das contribuições para a segurança social desmotiva o desenvolvimento de actividades por conta própria e/ou condiciona a sua duração.

Por último, estudaremos qual o perfil dos indivíduos que se tornam trabalhadores independentes e identificaremos que factores contribuem para aumentar a probabilidade da actividade por conta própria ser encerrada, fazendo uma diferenciação entre transições para o trabalho assalariado e para a inactividade/desemprego.

Palavras-chave: emprego a tempo parcial, auto-emprego, escolha ocupacional, mobilidade ocupacional, subsídio de desemprego, políticas de emprego

JEL-codes: J22, J24, J62, J64, J65, J68

ESSAYS ON EMPLOYMENT POLICIES AND EMPLOYABILITY

Nádia Nogueira Simões

PhD in: Economics

Advisors: Professor Vítor Manuel Alvares Escária and Professor José Manuel de Matos Passos

SUMMARY

Recently, several reforms have been introduced in the Portuguese social protection system. This thesis will try to understand how these changes affected the occupational choices of active adults, and will also assess the efficiency of the new policies in meeting the established goals.

A survey, on the effects of unemployment insurance on job search efforts, unemployment duration, and the quality of the following jobs, is presented in chapter 1. Both job search models and leisure-consumption decision models are discussed, as well as an argument from research that monitoring, sanctions and active labour market policies are a solution for decreasing moral hazard among unemployment insurance beneficiaries.

In addition, we also study the determinants for entry into part-time jobs in the Portuguese economy. This analysis complements the available empirical evidence by distinguishing between entry into self-employment part-time jobs and entry into wage sector part-time jobs. This research also shows whether policies implemented to foster part-time employment should be gender sensitive.

Furthermore, a natural experiment will be used to evaluate whether an increase in partial unemployment insurance raises the likelihood of a part-time job being chosen by an unemployment insurance beneficiary.

Finally, this study also analyzes the determinants of entry into self-employment as well as the factors influencing the duration of self-employment in Portugal. We exploit a natural experiment to assess whether increases in social security contributions rates have influenced the likelihood of entry into self-employment.

Keywords: part-time employment, self-employment, occupational choice, occupational mobility, unemployment insurance, active labour market policies

JEL-codes: J22, J24, J62, J64, J65, J68

Índice

Prefácio	8
Agradecimentos	12
1. Subsídio de desemprego: uma revisão da literatura teórica e empírica	13
1.1. Introdução.....	13
1.2. O subsídio de desemprego e a duração dos episódios de desemprego.....	14
1.2.1. Os antecedentes dos modelos de procura de trabalho e de trabalho-lazer	14
1.2.2. A abordagem dos modelos de procura de trabalho.....	15
1.2.3. A abordagem dos modelos de trabalho-lazer.....	19
1.2.4. Análise comparativa dos modelos de procura de trabalho e de trabalho-lazer....	20
1.2.5. Estudos empíricos sobre os efeitos do subsídio de desemprego na duração	21
1.3. O subsídio de desemprego e a qualidade dos empregos subsequentes	23
1.4. Os novos mecanismos de reforço da eficiência do subsídio de desemprego	27
1.4.1. Os contributos das teorias relativas ao subsídio de desemprego óptimo	27
1.4.2. Sanções e monitorização enquanto soluções para o problema do risco moral	29
1.4.3. O subsídio de desemprego parcial	30
1.5. Conclusão	30
2. Os determinantes da entrada no emprego em regime de horário parcial: análise dos efeitos do aumento do subsídio de desemprego parcial.....	33
2.1. Introdução.....	33
2.2. Revisão da literatura teórica e empírica	36
2.3. Os dados utilizados e abordagem econométrica	39
2.4. Resultados econométricos: comparação dos determinantes da entrada no emprego em horário parcial assalariado e por conta própria	45
2.5. Avaliação dos efeitos da modificação do subsídio de desemprego parcial na probabilidade de entrada no emprego assalariado em horário parcial	49
2.6. Conclusões	50
Anexo A - Variáveis explicativas usadas nos modelos econométricos	53
3. Os determinantes da entrada no auto-emprego: análise dos efeitos produzidos pelo aumento do escalão inferior de contribuição para a Segurança Social	55
3.1 Introdução.....	55
3.2. Revisão da literatura.....	56
3.2.1. O papel das características individuais	57
3.2.2. A relevância dos activos financeiros	60
3.2.3. Factores de natureza macroeconómica	61
3.2.4. Factores de natureza regional	62
3.2.5. As variáveis de política económica	62
3.3. A relação entre sistema de protecção social e auto-emprego.....	64
3.4. Dados e abordagem econométrica.....	66
3.5. Resultados obtidos da estimação econométrica	70
3.6. Conclusão	77
Anexo A - Variáveis explicativas usadas nos modelos econométricos	79

4. Determinantes da duração dos episódios de auto-emprego	80
4.1 Introdução.....	80
4.2. Revisão da literatura.....	83
4.2.1. Revisão da literatura teórica	83
4.2.2. Revisão da literatura empírica.....	84
4.3.As justificações para a saída do auto-emprego	86
4.3.1. As características individuais.....	86
4.3.2. Percurso profissional.....	88
4.3.3. Variáveis de natureza financeira.....	88
4.3.4. Factores relacionados com a empresa.....	89
4.3.5. Aspectos de natureza regional	89
4.3.6. Variáveis de natureza macroeconómica e institucional	90
4.4. Os dados utilizados e abordagem econométrica	90
4.5. Resultados obtidos da estimação econométrica	96
4.5.1. O impacto da modificação dos escalões de contribuição para a segurança social promovida pelo Decreto-lei nº 119/2005, de 22 de Julho	99
4.6. Conclusões	102
Anexo A - Variáveis explicativas usadas nos modelos econométricos	104
Conclusão.....	105
Bibliografia	108

Lista de tabelas

Tabela 1: Estatísticas descritivas da amostra usada para analisar os determinantes das transições para o emprego a tempo parcial	44
Tabela 2: Matriz de transições para o emprego a tempo parcial.....	44
Tabela 3: Probabilidade de entrada no emprego por conta própria a tempo parcial (1999:III-2006:IV)	46
Tabela 4: Probabilidade de entrada no emprego assalariado a tempo parcial (1999:III-2006:IV) ..	47
Tabela 5: Estatísticas descritivas associadas às transições para empregos em regime de horário parcial (percentagens na amostra completa=100) (1999:III-2006:IV)	47
Tabela 6: Probabilidade de entrada no emprego assalariado a tempo parcial – comparação dos resultados para os subperíodos: 1999:III a 2003:I e 2003:II a 2006:IV	50
Tabela 7: Estatísticas descritivas da amostra usada para avaliar os efeitos do aumento do escalão inferior de contribuição para a segurança social dos trabalhadores independentes (1999:I-2006:IV)	69
Tabela 8: Matriz de transições para o auto-emprego	70
Tabela 9: Probabilidade de entrada no auto-emprego (1999:I-2006:IV)	71
Tabela 10: Probabilidade de entrada no auto-emprego (trabalhadores por conta de outrem) (1999:I-2006:IV)	74
Tabela 11: Probabilidade de entrada no auto-emprego (Indivíduos do género masculino) (1999:I-2006:IV)	75
Tabela 12: Probabilidade de entrada no auto-emprego (Indivíduos do género feminino) (1999:I-2006:IV)	76
Tabela 13: Estatísticas descritivas da amostra usada para analisar a duração dos episódios de auto-emprego (1998:I – 2006:IV)	95
Tabela 14: Matriz de transições do auto-emprego para o desemprego/inactividade e trabalho assalariado (1998:I – 2006:IV)	95
Tabela 15: Estimativas obtidas para o modelo de duração exponencial por troços (<i>Piecewise-Constant Hazards Model</i>) (1998:I – 2006:IV).....	98
Tabela 16: Estimativas para o modelo de duração exponencial por troços (<i>Piecewise-Constant Hazards Model</i>) – efeitos da alteração dos escalões de contribuição para a segurança social (1998:I – 2006:IV)	101

Lista de figuras

Figura 1: Representação gráfica do modelo de trabalho-lazer de Moffitt e Nicholson (1982).....	20
Figura 2: Função risco associada à duração do auto-emprego.....	93

Prefácio

As políticas de emprego têm-se vindo a modificar nos últimos anos. Esta evolução é justificada por alterações nos objectivos estabelecidos, pelo facto de novos instrumentos serem agora considerados mas também porque a experiência passada demonstrou ser possível aumentar a eficiência de alguns dos sistemas e medidas já adoptados. Nos anos recentes, foram introduzidas, em Portugal, diversas reformas de natureza estrutural ao nível dos serviços públicos de emprego, do sistema de formação profissional e do sistema de protecção social que modificaram diversas dinâmicas do mercado de trabalho.

A presente tese tem dois grandes objectivos. Por um lado, contribuir para aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento do mercado de trabalho português no que se relaciona com dois temas específicos: o emprego em regime de horário parcial e o auto-emprego. Em segundo lugar, explorar duas experiências naturais associadas a alterações de natureza institucional, relacionadas com o sistema de protecção social, para retirar conclusões sobre a eficiência de certos instrumentos na prossecução dos objectivos estabelecidos pelos decisores políticos. A análise desenvolvida terá um enfoque microeconómico e fundamentalmente empírico, centrando-se no impacto produzido pelas medidas analisadas nas escolhas ocupacionais dos indivíduos.

A escolha do auto-emprego e do emprego a tempo parcial como temas centrais da tese deriva da importância que estes assumem actualmente nas economias desenvolvidas. Num cenário em que se espera que a esperança de vida continue a aumentar e em que os países europeus evoluem no sentido de uma maior flexibilidade do mercado de trabalho provavelmente ainda se tornarão mais relevantes na prossecução de diversos objectivos na área do emprego. Por outro lado, vários governos têm lançado políticas que fomentam estas formas de emprego como parte de uma estratégia de redução do desemprego. Importa por isso compreender em que medida o emprego a tempo parcial e o auto-emprego são soluções efectivas para o problema do desemprego.

A tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo é elaborada uma revisão da literatura teórica e empírica sobre os efeitos do subsídio de desemprego nos esforços de procura de emprego dos beneficiários, no tempo que permanecem no desemprego e na qualidade dos empregos que encontram. Depois de analisados os desenvolvimentos introduzidos nos modelos de procura de trabalho (*job search*) e de escolha entre trabalho e lazer, discutem-se as abordagens mais recentes que referem a monitorização, as sanções, a modernização dos serviços públicos de

Prefácio

As políticas de emprego têm-se vindo a modificar nos últimos anos. Esta evolução é justificada por alterações nos objectivos estabelecidos, pelo facto de novos instrumentos serem agora considerados mas também porque a experiência passada demonstrou ser possível aumentar a eficiência de alguns dos sistemas e medidas já adoptados. Nos anos recentes, foram introduzidas, em Portugal, diversas reformas de natureza estrutural ao nível dos serviços públicos de emprego, do sistema de formação profissional e do sistema de protecção social que modificaram diversas dinâmicas do mercado de trabalho.

A presente tese tem dois grandes objectivos. Por um lado, contribuir para aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento do mercado de trabalho português no que se relaciona com dois temas específicos: o emprego em regime de horário parcial e o auto-emprego. Em segundo lugar, explorar duas experiências naturais associadas a alterações de natureza institucional, relacionadas com o sistema de protecção social, para retirar conclusões sobre a eficiência de certos instrumentos na prossecução dos objectivos estabelecidos pelos decisores políticos. A análise desenvolvida terá um enfoque microeconómico e fundamentalmente empírico, centrando-se no impacto produzido pelas medidas analisadas nas escolhas ocupacionais dos indivíduos.

A escolha do auto-emprego e do emprego a tempo parcial como temas centrais da tese deriva da importância que estes assumem actualmente nas economias desenvolvidas. Num cenário em que se espera que a esperança de vida continue a aumentar e em que os países europeus evoluem no sentido de uma maior flexibilidade do mercado de trabalho provavelmente ainda se tornarão mais relevantes na prossecução de diversos objectivos na área do emprego. Por outro lado, vários governos têm lançado políticas que fomentam estas formas de emprego como parte de uma estratégia de redução do desemprego. Importa por isso compreender em que medida o emprego a tempo parcial e o auto-emprego são soluções efectivas para o problema do desemprego.

A tese está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo é elaborada uma revisão da literatura teórica e empírica sobre os efeitos do subsídio de desemprego nos esforços de procura de emprego dos beneficiários, no tempo que permanecem no desemprego e na qualidade dos empregos que encontram. Depois de analisados os desenvolvimentos introduzidos nos modelos de procura de trabalho (*job search*) e de escolha entre trabalho e lazer, discutem-se as abordagens mais recentes que referem a monitorização, as sanções, a modernização dos serviços públicos de

emprego e a maior articulação com outras políticas activas como soluções para reduzir os efeitos adversos da atribuição de subsídio de desemprego (e.g. procura menos activa de um novo emprego).

No segundo capítulo, exploramos algumas questões relacionadas com o emprego em regime de horário parcial. Apesar do peso do emprego a tempo parcial no emprego total estar a aumentar em muitos países desenvolvidos, o número de estudos que se centram na compreensão dos factores que motivam a aceitação deste tipo de empregos é ainda bastante reduzido. Procuraremos contribuir para a evidência disponível analisando a decisão de entrada no emprego a tempo parcial na economia portuguesa. A abordagem adoptada destaca-se das restantes pelo facto de ser efectuada uma distinção entre a entrada no emprego a horário parcial por conta de outrem e por conta própria. Esta diferenciação justifica-se na medida em que, tal como veremos, o perfil dos indivíduos que opta por cada um destes percursos é bastante diferente.

O estudo da dinâmica de entrada no emprego a tempo parcial procurará retirar ilações úteis para a concepção de políticas que visem fomentar este tipo de emprego. Uma comparação dos perfis e motivos pelos quais homens e mulheres aceitam empregos a tempo parcial permitirá avaliar se as políticas de incentivo à entrada no emprego a tempo parcial devem ser pensadas ao nível de cada género. No caso de haver um reforço da importância do emprego a tempo parcial como solução para fomentar a participação dos indivíduos inactivos no mercado de trabalho, para permitir que os indivíduos permaneçam mais tempo em actividade e para criar um esquema de contratação que possibilite às empresas maior flexibilidade na gestão da força de trabalho ao longo do ciclo económico é relevante aprofundar o conhecimento sobre este tipo de emprego, aumentando assim a eficiência destas políticas.

Ainda no âmbito do segundo capítulo, proceder-se-á à exploração de uma experiência natural. No âmbito da economia portuguesa, o ano de 2002 foi marcado por um forte aumento da taxa de desemprego, que exigiu medidas de política económica reactivas e preventivas. Com o intuito de diminuir a duração dos episódios de desemprego, o governo desenvolveu o Programa de Emprego e Protecção Social (Decreto-lei nº 84/2003, de 24 de Abril). Deste Programa faziam parte diversas medidas no conjunto das quais se inseria o reforço do subsídio de desemprego parcial. Na revisão da literatura apresentada no capítulo 1, o subsídio de desemprego parcial é referido como um dos mecanismos usados por alguns governos para incentivar a aceitação de empregos em regime de horário parcial por parte dos beneficiários de subsídio de desemprego. Em 2003, a taxa associada ao subsídio de desemprego parcial aumentou 10 p.p. passando de 25% para 35%. Com base numa

amostra construída a partir do Inquérito ao Emprego (IE) procuraremos aferir se a probabilidade de um beneficiário de subsídio de desemprego escolher um emprego desta natureza foi afectada pelo aumento desta taxa.

Os dois capítulos seguintes centram-se em aspectos relacionados com o trabalho independente. A taxa de auto-emprego portuguesa é relativamente elevada no contexto dos países da OCDE. No capítulo 3 procuramos compreender qual o perfil dos indivíduos que se tornam trabalhadores por conta própria. Diversas variáveis têm sido consideradas para explicar a entrada no auto-emprego mas poucos estudos focam o papel das contribuições para a segurança social. Complementando a evidência disponível, avaliaremos se o aumento destas contribuições desmotiva o desenvolvimento de actividades por conta própria. Para tal consideraremos uma experiência natural. Em 2005, o governo português, através do Decreto-lei nº 119/2005, de 22 de Julho aumentou em 50% o escalão mínimo passível de ser escolhido pelos trabalhadores independentes para efectuarem os seus descontos para a segurança social visando corrigir o problema orçamental da segurança social e promover uma aproximação entre os níveis de rendimento auferidos pelos trabalhadores independentes e os escalões de rendimento que estes escolhem para efectuarem os seus descontos. Esta medida conduziu a um aumento de 37% do valor médio de descontos para a segurança social dos trabalhadores por conta própria.

No último capítulo, analisaremos que factores contribuem para aumentar a probabilidade da actividade por conta própria ser encerrada e ocorrer uma transição para o trabalho assalariado ou para a inactividade/desemprego. Esta questão é particularmente pertinente em termos da concepção de políticas que visem estimular o auto-emprego, percepcionando-o como instrumento para fomentar o crescimento económico, reduzir o desemprego e promover a entrada de alguns grupos de inactivos no mercado de trabalho. Para que políticas desta natureza sejam bem sucedidas é necessário que os indivíduos que iniciam uma actividade independente não a abandonem passado pouco tempo e que esta experiência profissional não comprometa a sua empregabilidade futura.

A presente tese tem uma natureza essencialmente empírica. Procurará estudar as dinâmicas associadas ao emprego a tempo parcial e ao auto-emprego com recurso aos microdados do IE. Esta fonte de informação estatística permitirá compreender melhor o funcionamento destes segmentos do mercado de trabalho e observar qual a eficácia de alguns instrumentos de política económica relacionados com o sistema de protecção social, o que pode ser relevante na concepção de políticas futuras. A análise desenvolvida permitirá ainda identificar quais as dimensões que, não sendo

cobertas pelo IE, poderiam permitir uma análise mais detalhada das dinâmicas em estudo, funcionando como ponto de partida para linhas de pesquisa futuras.



Agradecimentos

A primeira palavra de agradecimento é dedicada aos meus orientadores com quem muito aprendi ao longo destes dois anos que passaram. Ao Professor Vítor Escária que durante este período me acompanhou de uma forma muito pronta e sempre com grande disponibilidade, me deu liberdade para evoluir e explorar os temas sobre os quais me fui debruçando e me acompanhou nas metas temporais que fui estabelecendo. O apoio do Professor José Passos foi crucial neste segundo ano, revelando-se extremamente importante na resolução de diversos problemas que foram surgindo no tratamento dos dados empíricos.

Pelo modo como me inspiraram, como me ensinaram, como me criticaram, como contribuíram para facilitar ou dificultar o percurso muitos outros foram importantes também. O ano que passou foi extremamente preenchido. Trabalhos vários que ocuparam muitas horas e que pouco tempo deixaram para os mais próximos. E se alguma coisa recebi das pessoas a quem agradeço foi a disponibilidade para tolerar os cansaços, os estados de humor e para fazer dos momentos possíveis, única e exclusivamente momentos que valeram todos os segundos que passaram e que me fizeram trabalhar mais nos restantes.

Aos meus pais, aos meus irmãos e ao resto da minha família, cada um dos quais soube encontrar uma forma de lidar com as especificidades da situação. Em especial aos meus pais, de quem recebi todo o apoio possível, mais do que o imaginável, que principalmente nas alturas de maior cansaço deste último ano, continuaram a dizer que era preciso continuar a fazer tudo e ainda mais. De certo que não teria feito tanto como fiz se não fossem vocês. Alexandra, as páginas desta tese contam pelo menos duas histórias. É-me fácil desfolhá-la e pensar que outras páginas escrevemos em paralelo com estas. E escrevemos bastantes. Entraste na altura em que o tempo ficou mais curto mas soubeste entrar e ainda bem. Agradeço-te a companhia, a presença no dia-a-dia, o apoio e a amizade que certamente garantiram a manutenção de um certo equilíbrio durante este ano complicado e o tornaram bem mais divertido. Agradeço-te o facto de teres feito ver e querer mais, o que fez com que andasse para a frente nos dias de maior cansaço, nos dias em que os problemas mais complicados surgiram mas também nos que muito se assemelharam aos anteriores e em que a rotina espreitaria. Cristina, foram vários os encontros imediatos que colocaram o espírito para cima, muitas vezes em pouco mais do que breves minutos (as vantagens de dispensarmos legendas e explicações). Estiveste presente ao longo de todo o processo, sempre com a força e o apoio que tanta segurança me transmitem.

1. Subsídio de desemprego: uma revisão da literatura teórica e empírica

1.1. Introdução

Os regimes de atribuição do subsídio de desemprego têm sido alvo de reformas profundas. Apesar da relevância do subsídio de desemprego enquanto instrumento de protecção social, este condiciona fortemente os esforços de procura de emprego dos beneficiários. Na década de 60 foi iniciado um debate, que se prolonga até à actualidade, sobre os efeitos da atribuição de subsídio de desemprego no comportamento dos indivíduos, que tem procurado contribuir para o aperfeiçoamento do sistema de protecção social. O recebimento de subsídio de desemprego aumenta o salário de reserva do desempregado, o que reduz a probabilidade deste encontrar emprego e alarga a duração do desemprego (Kasper, 1967). Existem dois tipos de modelos que analisam os efeitos da modificação do salário de reserva no comportamento dos desempregados: os modelos de procura de trabalho (desenvolvidos a partir de Mortensen, 1970) e os modelos de trabalho-lazer (desenvolvidos a partir de Moffitt e Nicholson, 1982). Em ambos os casos, os efeitos do salário de reserva repercutem-se através da modificação do custo de oportunidade de estar desempregado.

O subsídio de desemprego pode fomentar uma procura menos activa de emprego porque possibilita a subsistência do beneficiário e as autoridades não dispõem de informação completa sobre as iniciativas do desempregado para encontrar um novo emprego. O desempregado pode por isso ter incentivos para substituir tempo dedicado à procura de trabalho por lazer ou ainda desenvolver actividades informais (trabalho não declarado) que acumula com o subsídio de desemprego.

Mas se por um lado o subsídio de desemprego aumenta o risco moral, por outro lado, permite que o desempregado possa gastar mais tempo na procura do novo emprego, o que pode contribuir para que encontre um emprego melhor em termos de salário, tipo de contrato e/ou duração (Belzil, 2001).

Os estudos empíricos sugerem que o subsídio de desemprego tem um impacto positivo na duração dos episódios de desemprego. No entanto, não existe consenso sobre os efeitos de uma alteração do subsídio nas características dos empregos que os beneficiários encontram posteriormente.

A discussão mais recente tem-se centrado no desenvolvimento de mecanismos que minimizem o risco moral. Estes passam pela imposição de requisitos mais estritos sobre a disponibilidade para o

trabalho do beneficiário, maior monitorização dos serviços públicos de emprego, aumento das sanções às violações dos deveres do beneficiário, reforço dos incentivos à integração no mercado de trabalho através de, por exemplo, empregos subsidiados ou auto-emprego e pela maior articulação com outras políticas activas de emprego.

O estudo irá estruturar-se do seguinte modo: na secção 1.2 é apresentada uma revisão da literatura teórica e empírica desenvolvida a partir do final da década de 60 sobre os efeitos do subsídio de desemprego na duração do desemprego. Nesse sentido começaremos por introduzir os modelos de procura de trabalho e os modelos de trabalho-lazer. Em virtude das suas potencialidades, foi ao nível dos modelos de procura de trabalho que surgiram mais extensões (e.g. consideração de outras saídas para a situação de desemprego para além do emprego, análise dos efeitos de uma maior monitorização da actividade de procura de emprego) sendo por isso a estes modelos que atribuiremos maior atenção. Na secção 1.3, recuperamos os modelos de procura de trabalho para sintetizar os trabalhos teóricos e empíricos que abordam as implicações do subsídio de desemprego na qualidade dos empregos subsequentes. Na secção 1.4, discute-se o contributo dos modelos de subsídio de desemprego óptimo. Na secção 1.5, são apresentadas as conclusões que resultam da revisão da literatura sobre este tema.

1.2. O subsídio de desemprego e a duração dos episódios de desemprego

1.2.1. Os antecedentes dos modelos de procura de trabalho e de trabalho-lazer

O subsídio de desemprego é um dos elementos centrais da maioria dos sistemas de segurança social. A sua relevância deriva do reconhecimento de que, sendo os indivíduos maioritariamente avessos ao risco, valorizam a existência de um mecanismo de protecção face ao risco de desemprego. A atribuição desta prestação social garante que, durante determinado período de tempo, os indivíduos que tenham sido afastados involuntariamente dos seus postos de trabalho, possam gozar de meios de subsistência razoáveis e procurar um novo emprego. Neste contexto, os custos de reintegração no mercado de trabalho suportados pelo desempregado são menores.

A dimensão dos recursos absorvidos pelo subsídio de desemprego e a preocupação com os efeitos que derivam da sua atribuição são responsáveis pela longa discussão existente na literatura económica em seu torno.

Cassel (1902), Hecksher (1928), Hicks (1932) e Pigou (1933) iniciam o debate sobre o subsídio de desemprego, analisando o seu impacto ao nível: do poder dos sindicatos, da distribuição salarial, do comportamento dos desempregados, da duração do desemprego e dos contratos de trabalho.

O período conturbado da Segunda Guerra Mundial relegou esta discussão para um plano secundário e só no final da década de 60 esta seria novamente recuperada. A retoma do tema foi motivada pelo intuito de compreender os efeitos da elegibilidade para o recebimento de subsídio de desemprego e das características específicas desse subsídio nas decisões dos desempregados. A questão então discutida está essencialmente relacionada com a medida em que o facto de um indivíduo beneficiar de uma renda atribuída pelo Estado, durante determinado período de tempo, condiciona o seu comportamento e a rapidez com que encontra emprego.

As teorias desenvolvidas neste período fazem referências ao impacto do subsídio no esforço do desempregado e/ou no salário de reserva. O salário de reserva (i.e. remuneração mínima que um indivíduo exige para aceitar um posto de trabalho) foi identificado como a variável mais afectada pelo subsídio de desemprego. A recepção deste último provoca um aumento do salário de reserva (Kasper, 1967). No entanto, este salário não é constante ao longo do tempo, diminuindo com a aproximação do fim do período de atribuição do subsídio de desemprego. A justificação para este comportamento dos salários de reserva foi directamente deduzida a partir da teoria neoclássica: com o aumento da duração do período de lazer (o desemprego é percebido como sendo equivalente a tempo de lazer) a utilidade marginal do lazer diminuiria pelo que, com o decurso do tempo, os desempregados estariam dispostos a trabalhar por salários inferiores.

O salário de reserva é ainda afectado por outras variáveis relacionadas com o enquadramento macroeconómico como, por exemplo, a taxa de desemprego. Esta condiciona a percepção do desempregado relativamente à probabilidade de reemprego: quanto mais difícil for encontrar uma nova colocação, menor o salário de reserva.

O salário de reserva assume um papel central nos modelos desenvolvidos posteriormente e que seguidamente passamos a apresentar.

1.2.2. A abordagem dos modelos de procura de trabalho

As bases do modelo de procura de trabalho foram lançadas por Mortensen (1970). Neste modelo admite-se que o desempregado não tem informação sobre a distribuição de ofertas de emprego nem sobre os respectivos salários e competências requeridas. Para dispor desta informação tem de

pesquisar. Quanto mais tempo despende nesta tarefa, maior a sua capacidade para caracterizar a distribuição das ofertas de emprego. O desempregado à medida que vai recebendo ofertas de emprego tem de lhes endereçar uma resposta. Para fazê-lo é necessário ter previamente fixado o salário de reserva. Este salário é crucial na determinação do tempo de permanência no desemprego (quanto maior o salário de reserva, maior a duração esperada do episódio de desemprego) e do salário do emprego subsequente (quanto maior o salário mínimo exigido, maior o salário esperado). O problema de decisão do indivíduo consiste na definição do valor deste salário. Na linha da abordagem marginalista, o salário escolhido seria aquele que permitisse igualar o custo marginal de continuar a procurar emprego e os benefícios de o fazer. Um emprego para ser aceite teria de satisfazer duas condições: oferecer um salário igual ou superior ao salário de reserva e ~~requerer um nível de competências igual ou inferior ao possuído pelo indivíduo.~~ Neste contexto, a atribuição do subsídio de desemprego diminui os efeitos negativos da recusa de uma oferta de emprego em termos de rendimentos, tornando os custos de continuar a procurar emprego menos avultados, aumentando o salário de reserva dos beneficiários (Mortensen, 1970).

O facto deste modelo apresentar limitações como, por exemplo, não permitir avaliar o impacto de uma expansão da duração do subsídio, motivou o desenvolvimento de especificações alternativas. Mortensen (1977) introduz vários elementos que ficaram excluídos do modelo de procura de trabalho inicial. Divide os desempregados em dois grupos de acordo com a sua elegibilidade para o recebimento de subsídio de desemprego e admite que o subsídio de desemprego é recebido durante um período limitado. A duração finita do subsídio de desemprego faz com que o salário de reserva diminua com a aproximação do término do período de recebimento do subsídio. Se a distribuição dos salários permanecer constante então a probabilidade do desempregado encontrar um novo emprego aumenta.

Mortensen (1977) evidencia ainda que um aumento do subsídio de desemprego não afecta apenas o comportamento dos beneficiários, introduzindo o conceito de *entitlement effect*. Este efeito deriva do facto de, para os restantes elementos da população activa (e.g. desempregados não beneficiários, empregados), os incentivos para adquirir a condição de elegibilidade crescerem. Assim, na presença de um subsídio de desemprego mais elevado:

- Os desempregados não beneficiários do subsídio de desemprego passam a aceitar mais rapidamente novos postos de trabalho para pertencer ao grupo dos potenciais beneficiários;

- Os trabalhadores que não sejam elegíveis e que pretendam outro emprego têm maiores incentivos para se manterem no mesmo posto de trabalho enquanto não tenham outra alternativa confirmada, continuando a alargar a sua carreira contributiva, só abandonando o seu actual emprego quando tiverem encontrado outro emprego melhor. Nesse sentido, existe um aumento da preferência por fluxos do tipo *job-to-job*.

Os trabalhos desenvolvidos até à década de 90 focam principalmente as respostas dos comportamentos individuais à alteração da duração e valor dos benefícios. Iremos de seguida rever alguns dos trabalhos de referência desenvolvidos neste período.

Classen (1977) introduz nos modelos de procura de trabalho a influência do subsídio de desemprego pelo efeito exercido sobre o salário de reserva. O subsídio de desemprego condiciona a duração do desemprego porque permite que os desempregados gastem mais tempo a procurar um novo emprego. Daqui resulta um aumento da duração dos episódios de desemprego que envolvam beneficiários de subsídio de desemprego e, conseqüentemente, da taxa de desemprego.

Barron e Mellow (1979) introduzem um dos mais importantes avanços no modelo de procura de trabalho de Mortensen (1977), reforçando a sua capacidade para explicar o comportamento dos desempregados e os seus determinantes. Admitem que existe na economia uma distribuição de ofertas de emprego que só pode ser conhecida pelo desempregado se este despende de tempo e dinheiro. Analisam o processo de decisão do desempregado relativamente ao montante de recursos a dedicar à procura de emprego¹ e ao salário de reserva. As decisões formuladas sobre estas variáveis determinam o tempo de permanência no desemprego. Consideram ainda que existe uma probabilidade positiva de um indivíduo que não tenha procurado emprego conseguir encontrar uma colocação e admitem a possibilidade do desempregado reintegrar a sua anterior empresa (este avanço partilha elementos com Feldstein (1974) devido à preocupação com os despedimentos temporários). Neste contexto, os factores que influenciam a duração do episódio de desemprego são: a probabilidade de ser chamado para o emprego anterior, a elegibilidade para receber subsídio de desemprego, o salário de reserva, a produtividade na procura de emprego, a distribuição das ofertas de salário, o rendimento recebido durante o período de desemprego e algumas variáveis relacionadas com o agregado familiar (e.g. o cônjuge estar desempregado, o número de filhos dependentes). A probabilidade positiva de um indivíduo receber uma oferta de trabalho sem que

¹Esta análise representa uma aplicação à problemática da procura de trabalho da teoria dos custos de transacção (Coase, 1937).

tenha procurado emprego e a possibilidade de reintegração na empresa da qual foi despedido diminuem a quantidade óptima de recursos gastos na procura de emprego. Mortensen (1987) procurou acomodar a questão dos despedimentos temporários através de um referencial em que trabalhadores e empresas maximizam o seu bem-estar conjuntamente.

O abandono de algumas hipóteses assumidas em diversos destes modelos (e.g. a neutralidade ao risco, a ausência de restrições de liquidez e a vida infinita dos agentes económicos) provoca uma diminuição do salário de reserva à medida que a duração do episódio de desemprego aumenta. Deve no entanto realçar-se que esta redução não aumenta necessariamente a probabilidade de saída do desemprego já que a distribuição das ofertas de emprego se pode alterar. A modificação ao longo do tempo das ofertas de trabalho disponíveis para um desempregado pode derivar de dois factores: a depreciação do seu *stock* de capital humano; e o impacto da sinalização que o indivíduo emite para os potenciais empregadores relativamente à opinião de outras empresas sobre a sua produtividade².

Deve notar-se ainda que o subsídio de desemprego pode desincentivar a procura de emprego, adiando o momento de saída do desemprego por motivos que ultrapassem os que até aqui foram discutidos. No caso específico das mulheres, a redução do esforço de procura de trabalho pode resultar de um estímulo ao desenvolvimento de actividades domésticas anteriormente delegadas em terceiros. Por outro lado, diversos governos criaram incentivos à entrada no auto-emprego por parte dos desempregados, o que pode fazer com que os que optem por essa via se empenhem menos na procura de um novo emprego enquanto preparam a transição.

Este último aspecto tornou pertinente a consideração da possibilidade da saída do desemprego não passar necessariamente pelo emprego por conta de outrem. Foram então desenvolvidas especificações do modelo de procura de trabalho em que são consideradas diversas trajectórias de saída do desemprego (Flinn e Heckman, 1983; McCall, 1996; Addison e Portugal, 2003). Flinn e Heckman (1983) introduzem a heterogeneidade nas saídas através da consideração da possibilidade do desempregado entrar na inactividade. McCall (1996) refere a possibilidade da saída ser realizada para um emprego a tempo parcial ou tempo inteiro. Addison e Portugal (2003) consideram que um desempregado pode obter um emprego com contrato sem termo ou a termo

² Quando um desempregado se candidata a um emprego, um dos factores que o empregador considera é a duração de desemprego. Sendo a informação imperfeita, as empresas usam os indicadores ao seu dispor para atribuir um valor ao candidato. Se um indivíduo permanece muito tempo desempregado, tal poderá ser interpretado como sinal de que outras empresas consideraram que a sua produtividade seria inferior à dos outros candidatos. Outra justificação que pode ser equacionada é a do indivíduo ter um salário de reserva muito elevado.

fixo, um emprego em regime de horário parcial, um emprego providenciado pelo Estado, optar pelo auto-emprego ou abandonar a população activa, entrando na inactividade.

Outros desenvolvimentos consideram a influência da riqueza no comportamento de procura de trabalho dos desempregados (Browning e Crossley, 1996; Hamermesh e Slesnick, 1996; Gruber, 1997, 1999). Nestes modelos os desempregados têm meios acumulados (activos financeiros, habitação, outras posses) que lhes permitem financiar as despesas de consumo. Com o aumento da duração do desemprego, a riqueza vai diminuindo, o que sucederá tanto mais depressa quanto menor o valor do subsídio de desemprego. O subsídio permite que os indivíduos adiem o recurso a outras formas de financiamento do consumo. Browning e Crossley (1996), Hamermesh e Slesnick (1996) e Gruber (1997) debatem a adequabilidade do valor do subsídio de desemprego, analisando para tal os efeitos no consumo dos desempregados quando estes são elegíveis para o recebimento do subsídio. Gruber (1997) com base em dados recolhidos para a economia americana pondera os efeitos da riqueza na probabilidade de um indivíduo perder o seu posto de trabalho e avalia a relação entre a riqueza ex-ante e as características do desempregado. A riqueza dos desempregados apresenta uma variabilidade elevada, sendo evidente que os indivíduos que possuem mais capital acumulado revelam maior capacidade para se manterem nesse estado.

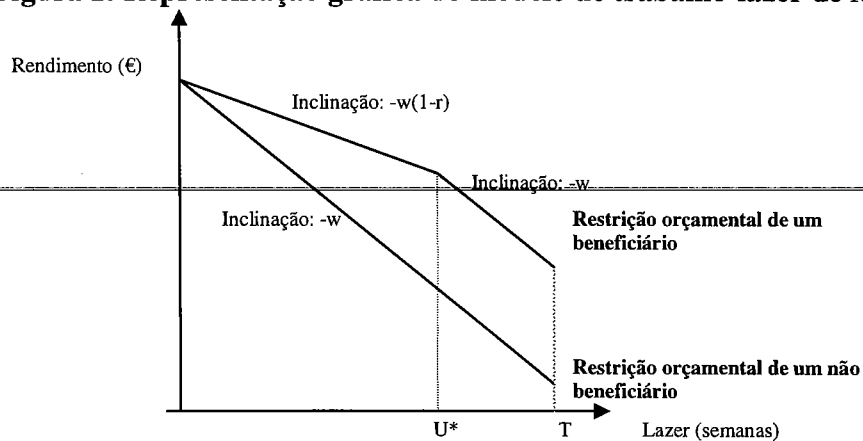
1.2.3. A abordagem dos modelos de trabalho-lazer

A perspectiva adoptada pelos trabalhos anteriores sublinha os desincentivos da atribuição do subsídio de desemprego na procura de emprego, assumindo que os desempregados recolhem informação sobre o mercado de trabalho por amostragem e que o processo de procura de emprego afecta a probabilidade de reemprego. Neste quadro, o subsídio de desemprego reduz o custo de estar desempregado, aumentando o salário de reserva e o período de procura de emprego.

Moffitt e Nicholson (1982) desenvolvem um referencial analítico distinto do anterior para tratar esta questão. A decisão sobre o período de permanência no desemprego é formalizada no âmbito de um processo de decisão entre rendimento e lazer, em que o subsídio de desemprego condiciona a restrição orçamental dos desempregados. Admite-se que os indivíduos maximizam a utilidade esperada em função do seu rendimento presente e do número de semanas remanescente até ao final da atribuição da prestação. Este modelo permite analisar os efeitos da duração (analisados até então em Holen (1977) e Newton e Rosen (1979)) e do montante do subsídio de desemprego (Feldstein, 1974; Ehrenberg e Oaxaca, 1976; Hamermesh, 1977) nas decisões dos beneficiários.

Moffitt e Nicholson (1982) identificam uma relação positiva entre o subsídio de desemprego e o tempo de permanência no desemprego. A partir do momento em que o indivíduo deixa de receber o subsídio de desemprego, a sua restrição orçamental altera-se. O custo de oportunidade de estar desempregado aumenta, deixando de ser $w(1-r)$ para passar a ser w , em que w é o salário e r é a taxa de reposição associada ao subsídio de desemprego, o que motiva o desempregado a encontrar mais rapidamente um novo posto de trabalho.

Figura 1: Representação gráfica do modelo de trabalho-lazer de Moffitt e Nicholson (1982)



Legenda: w – salário; r – taxa de reposição do rendimento; U^* - número máximo de semanas durante as quais o beneficiário pode receber subsídio de desemprego; T – semana na qual o beneficiário encontra um novo posto de trabalho.

A valia da análise dos efeitos da atribuição do subsídio de desemprego através de um modelo de trabalho-lazer reside na possibilidade de aferir a sensibilidade das decisões de procura de emprego a diferentes graus de aversão ao risco dos beneficiários e quantificar a dimensão dos efeitos de substituição e de rendimento associados ao recebimento do subsídio. Por outro lado, facilita a introdução na análise de aspectos relacionados com a riqueza e restrições de liquidez.

Apesar destes modelos serem relevantes para estudar o impacto da duração e do valor do subsídio de desemprego nas escolhas individuais não permitem estabelecer considerações sobre a relação entre o tempo de permanência no desemprego e as características do emprego subsequente. Para fazê-lo é necessário regressar aos modelos de procura de trabalho.

1.2.4. Análise comparativa dos modelos de procura de trabalho e de trabalho-lazer

Os modelos de procura de trabalho e de trabalho-lazer são referenciais bastante diferentes mas chegam a conclusões similares sobre os efeitos do subsídio de desemprego na duração do desemprego. Nos modelos de procura de trabalho, os desempregados permanecem nessa condição

enquanto não encontram um emprego que lhes confira uma remuneração igual ou superior ao salário de reserva. Nos modelos de trabalho-lazer, o indivíduo pode encontrar emprego em qualquer momento logo se continua desempregado é porque a utilidade de estar nessa condição é superior. Ambos prevêm um aumento da probabilidade de saída do desemprego perto do final do período de recebimento do subsídio de desemprego. Esta evidência foi confirmada empiricamente por Meyer (1990) com base numa amostra constituída por indivíduos do sexo masculino de doze estados americanos construída com base no *Continuous Wage and Benefit History*. Esta fonte apresenta informação detalhada sobre o nível salarial auferido pelo beneficiário antes da entrada no desemprego, sobre o valor do subsídio de desemprego e sobre o número de meses durante os quais seria recebido. A probabilidade de saída do desemprego permanece relativamente constante até à ~~sexta semana antes do final do período de recebimento dos benefícios, regista um aumento de 67%~~ entre a sexta e a antepenúltima semana e, na última semana, sobe mais 97%. Estas conclusões podem ser explicadas por qualquer um dos modelos.

No entanto, os estudos empíricos mostram que existem picos no comportamento da probabilidade de saída do desemprego que nenhum destes modelos consegue explicar. Esta evidência sugere que há factores relevantes para explicar a duração que se encontram ausentes de qualquer um dos dois grupos de modelos. Um dos mais importantes pode ser a existência de acordos implícitos entre o desempregado e o seu anterior empregador para retornar à empresa depois de um determinado período de tempo após o seu despedimento e que justifica a celebração de um novo contrato de trabalho numa data específica sem qualquer significado para o investigador. Por outro lado, o regresso a postos de trabalho anteriores pode ocorrer mais frequentemente que o considerado pelos investigadores.

1.2.5. Estudos empíricos sobre os efeitos do subsídio de desemprego na duração

Na década de 70 foram realizados vários estudos empíricos para quantificar os efeitos do subsídio de desemprego na duração do desemprego. Apesar de nas duas décadas posteriores também terem sido elaborados estudos importantes para a compreensão deste tema, na década de 90 ocorre uma acentuada proliferação de trabalhos empíricos, que cobrem a maioria dos países desenvolvidos. O progresso registado nas bases de dados nacionais é em larga medida responsável por esta evolução. Nos últimos anos, a atenção estendeu-se aos países do leste europeu e à economia russa no âmbito dos estudos centrados nos efeitos dos processos de transição para economias de mercado.

Uma análise comparativa dos trabalhos empíricos realizados revela uma elevada heterogeneidade nos critérios adoptados na construção das amostras, nos períodos considerados e nas metodologias econométricas usadas. Na maior parte dos estudos é reconhecido que o subsídio de desemprego influencia o tempo que medeia a transição do desempregado para um novo posto de trabalho. No entanto, não existe consenso sobre a magnitude destes efeitos (Fredriksson e Holmlund, 2003).

No conjunto de estudos focando esta problemática destaca-se: Barron e Mellow (1979) que, com base numa amostra construída a partir do *Current Population Survey* (CPS), sugerem que a atribuição do subsídio de desemprego diminui o tempo dedicado à procura de emprego em 20% e alarga a duração do desemprego em 25%; Moffitt (1985), Meyer (1990) e Katz e Meyer (1990) também para a economia americana concluem que a probabilidade de saída do desemprego nas semanas que antecedem o fim do período de recebimento do desemprego aumenta consideravelmente; Ham e Rea (1987), para a economia canadiana, Carling et al. (1996), para a economia sueca, e Hunt (1995), para a Alemanha, também constata os efeitos positivos do subsídio de desemprego na duração. Adamchik (1999), para a economia polaca, corrobora as conclusões de Meyer (1990), tal como Bratberg e Vaage (2000) e Roed e Zhang (2003), para a Noruega, Cockx e Ries (2004), para a Bélgica e Lubyova e Van Ours (1997), para a Eslováquia. Winter-Ebmer (1998) analisando dados da economia austríaca constata que os homens respondem à alteração da duração dos benefícios mas que tal não acontece com as mulheres.

Lalive (2006) explora uma experiência natural que ocorreu em 1988 nalgumas regiões da economia austríaca. Neste período, o número máximo de semanas de recebimento do subsídio de desemprego dos indivíduos com idade igual ou superior a 50 anos aumentou de 30 para 209 semanas. Lalive (2006) constata que cada semana adicional de benefícios se traduz num aumento da duração da procura de emprego em pelo menos 0,09 semanas no caso dos indivíduos do sexo masculino e de 0,32 semanas no caso dos indivíduos do sexo feminino.

Card e Levine (2000), com base em dados relativos a um aumento temporário do subsídio de desemprego que teve lugar no estado de New Jersey (EUA), concluem que esta alteração teve efeitos reduzidos na duração e na probabilidade de saída do desemprego. Atribuem estes resultados à natureza temporária do aumento dos benefícios. Stancanelli (1999) com dados do Reino Unido não identifica qualquer alteração do comportamento dos desempregados perto da exaustão do subsídio. Puhani (2000) chega a resultados opostos aos de Adamchik para a economia polaca.

É importante continuar a elaborar estudos empíricos para avaliar de que modo a evolução das técnicas de exploração dos dados e das bases de dados podem contribuir para esta discussão.

1.3. O subsídio de desemprego e a qualidade dos empregos subsequentes

A duração do subsídio de desemprego não influencia apenas a duração do episódio de desemprego, afecta também a qualidade do emprego subsequente (Belzil, 2001). Se o subsídio de desemprego além de proteger os trabalhadores relativamente ao risco de desemprego também permitir que os desempregados encontrem empregos com salários mais elevados e/ou mais adequados ao seu perfil, existe um factor adicional a contrapor os efeitos adversos derivados do risco moral, que poderia justificar subsídios de desemprego mais elevados.

No que se refere à qualidade dos empregos subsequentes existem dois grandes conjuntos de estudos: o primeiro no qual é analisado se o recebimento de subsídio de desemprego permite que os beneficiários consigam encontrar empregos com salários mais elevados; e o segundo no qual é usado um conceito de qualidade mais amplo, que não se limita à remuneração, englobando também a sua duração desse emprego e um conjunto de outros factores relacionados com esse emprego.

Em meados da década de 70, Classen (1975) e Ehrenberg e Oaxaca (1976) atribuíram uma nova dimensão ao método de avaliação dos esquemas de atribuição do subsídio de desemprego. Para além da duração do episódio de desemprego deveria adicionalmente atender-se a variáveis relacionadas com o emprego subsequente (e.g. salário). O modelo então desenvolvido baseava-se na estimação de duas equações: uma para a duração do desemprego e outra para os salários. Ambas as variáveis seriam explicadas pelo custo de estar desempregado, pelas qualificações do indivíduo, pela taxa de desconto, pelo horizonte temporal e pela distribuição das ofertas salariais.

Ehrenberg e Oaxaca (1976) com base no *National Longitudinal Surveys*, para os anos de 1966-1971, considerando quatro grupos distintos de desempregados (indivíduos do sexo masculino jovens (14-24 anos) e seniores (45-59 anos); indivíduos do sexo feminino jovens (14-24 anos) e adultos (30-44 anos)) concluem que o aumento do valor do subsídio de desemprego afectava o salário posterior dos indivíduos do sexo masculino seniores. Isto significaria que, neste grupo, o aumento dos benefícios motiva uma procura mais minuciosa de um novo emprego. Nos restantes grupos, os efeitos encontrados são negligenciáveis, o que para estes economistas é um sinal de que o subsídio de desemprego é visto como um meio de financiamento do lazer. Este estudo revela

limitações no processo de construção das amostras, pois não separa os despedimentos voluntários dos involuntários. Este aspecto compromete a qualidade dos resultados encontrados.

Ehrenberg (1976) segmenta a amostra em função do tipo de despedimento e conclui que no caso dos desempregados seniores (45-59 anos) o subsídio de desemprego prolonga a duração do episódio de desemprego mas também o salário do emprego posteriormente encontrado, sendo o aumento mais acentuado no caso dos homens do que nas mulheres (um aumento de 10 p.p. da taxa de reposição dos benefícios provoca um incremento do salário dos indivíduos seniores do sexo masculino de 7% e de 1,5% nos de sexo feminino).

Apesar das limitações do modelo de Ehrenberg e Oaxaca (1976), este representa um importante avanço na introdução da questão da qualidade do emprego (denominação que, na década de 90, passou a ser usada para designar os atributos do emprego encontrado). Estudos similares foram realizados por Burgess e Kingston (1976) e Holen (1977) que concluem que o nível de benefícios recebidos tem um efeito positivo no nível de remuneração do emprego subsequente.

Burgess e Kingston (1976), com uma amostra construída a partir dos beneficiários do subsídio de desemprego inscritos no projecto *Service to Claimants* (STC), levado a cabo entre 1969 e 1970, nalgumas cidades americanas das quais seleccionam Boston, São Francisco, Phoenix e que encontraram nova colocação antes do fim do período de duração da prestação, avaliam os efeitos da duração e do montante de subsídio de desemprego nos salários subsequentes. Concluem que uma subida do subsídio de desemprego em 1 dólar conduz a um aumento de 25 dólares por ano no rendimento subsequente do desempregado. Por outro lado, uma extensão do período de atribuição do subsídio em uma semana aumentaria o rendimento anual posterior em 69 dólares. Holen (1977) também com base nos dados do STC mas incluindo também Seattle e Minneapolis para além das três cidades consideradas por Burgess e Kingston (1976) conclui que o aumento do subsídio de desemprego em 1 dólar teria um efeito mais elevado nos rendimentos futuros (36 dólares).

Blau e Robbins (1986) usando o *Employment Opportunity Pilot Projects Survey* desde 1980 até ao momento em que o estudo foi realizado analisam os efeitos da modificação da taxa de reposição nos salários subsequentes. Para tal estimam a equação dos salários posteriores em função da taxa de reposição e do salário do emprego anterior e concluem que um aumento da percentagem da remuneração de referência de 10 p.p. daria lugar a um aumento de 1% nos salários subsequentes.

Böheim e Taylor (2002) e Centeno (2004) encontram também uma relação positiva entre ambas as variáveis. No entanto, Kiefer e Neumann (1989) e Addison e Blackburn (2000) encontram uma

relação muito fraca entre nível de benefícios e salários³. Maani (1993) apura para a economia da Nova Zelândia que um aumento de 10 p.p. da taxa de reposição se traduziria num aumento do salário posterior de 4,5%. Meyer (1995) constata que uma diminuição dos benefícios provoca uma diminuição da duração do episódio de desemprego mas não influencia as remunerações.

O segundo grupo de estudos sobre os efeitos do subsídio de desemprego na qualidade do emprego considera que esta não se limita ao salário, abrangendo outras dimensões como o tipo de contrato (permanente ou a termo certo), a duração do horário de trabalho (completo ou parcial) e o período de tempo durante o qual o desempregado se mantém no novo emprego (duração).

Belzil (1990) estende o conceito de qualidade do emprego do salário à duração do emprego subsequente. Num modelo de procura de trabalho, em que o salário de reserva não é estacionário, um aumento do subsídio de desemprego é percebido pelos beneficiários como a possibilidade de prolongar o período de procura de trabalho. Belzil (1990) constata que uma elevada percentagem de beneficiários aceita empregos perto do término do período de recebimento do subsídio para evitar a queda no consumo. Mas de acordo com a evidência recolhida, estes empregos duram, em média, um número de meses menor que os empregos encontrados por beneficiários que se encontrassem mais afastados do término da elegibilidade para o recebimento do subsídio de desemprego. Belzil (1990) avança com duas explicações para esta evidência: a hipótese da qualidade da combinação entre as características do indivíduo e do posto de trabalho (*matching hypothesis*) e a hipótese da selecção adversa (*adverse selection hypothesis*). A primeira hipótese apela ao facto dos empregos aceites perto do final do período de recebimento do subsídio serem iniciados por necessidade e não porque se ajustam às características e expectativas do desempregado. É por isso mais provável que revelem uma qualidade abaixo da média. Por este motivo existiria uma correlação negativa entre a duração do desemprego e a duração do emprego posterior. Mas Belzil (1990) equaciona também a hipótese do sinal desta correlação ser explicado pela heterogeneidade não observada dos desempregados (hipótese da existência de selecção adversa). Os desempregados que possuam produtividade abaixo da média têm mais dificuldade em encontrar um novo emprego. E quando conseguem encontrar um emprego é-lhes mais difícil apresentar um desempenho que satisfaça os seus empregadores, o que os poderá lançar novamente no desemprego passado um período de tempo mais curto. A hipótese da selecção adversa também poderia explicar que empregos encontrados mais tarde durassem menos tempo.

³ Existem estudos anteriores que não haviam encontrado qualquer relação entre estas variáveis (e.g. Classen, 1977).

Belzil (1990), usando uma amostra construída a partir de várias bases de dados administrativas e considerando o período de 1972 a 1984, acompanha o percurso profissional dos jovens que perderam o seu emprego entre Janeiro de 1976 e Fevereiro de 1978. As suas conclusões sugerem que o contributo do primeiro efeito (*matching hypothesis*) é relativamente fraco, sendo a qualidade do emprego explicada principalmente pela selecção adversa. O aumento da duração máxima do subsídio de desemprego em uma semana provocaria um aumento do tempo de permanência no desemprego entre 1 e 1,5 dias e da duração esperada do emprego entre 0,5 e 0,9 dias.

Cox e Oaxaca (1990) não encontram uma evidência robusta para suportar que valores mais elevados de subsídio de desemprego contribuam para aumentar a qualidade da combinação entre indivíduo e posto de trabalho. Burtless (1990) refere que os resultados encontrados em estudos anteriores relativamente à correlação positiva entre salário subsequente e subsídio de desemprego poderiam derivar de factores não considerados nesses trabalhos como, por exemplo, os salários auferidos antes da entrada no desemprego. Burtless (1990) encontra uma relação positiva entre estes salários e a duração do desemprego e entre a duração do desemprego e os salários posteriores.

Os estudos empíricos que avaliam a relação entre o valor do subsídio de desemprego e a qualidade do emprego subsequente apontam em direcções diversas. Juradja (2002), analisando a economia americana, e Tatsiramos (2006), com dados das economias europeias, concluem que países que atribuem subsídios de desemprego mais generosos tendem a ser recompensados com empregos que duram mais. Addison e Portugal (2003) não identificam qualquer relação entre as variáveis. Belzil (2001) sugere uma relação negativa no âmbito da economia canadiana.

Mais recentemente Van Ours e Vodopivec (2006) apontam para a dificuldade em retirar uma conclusão inequívoca sobre os efeitos do aumento do valor do subsídio de desemprego. Argumentam que a ambiguidade dos resultados encontrados nos estudos anteriores pode ter duas origens: diferenças nas metodologias, nas variáveis consideradas e nos dados usados; ou assimetrias na importância relativa dos vários efeitos que decorrem da variação do subsídio. No âmbito de um modelo de procura de trabalho, o alargamento do período de atribuição do subsídio de desemprego promove os seguintes efeitos:

- Aumenta o salário de reserva, permitindo que a procura do novo emprego decorra mais pausadamente, o que poderia resultar num *match* melhor;
- Aumenta a obsolescência do capital humano, devido ao maior período de inactividade, o que diminui a probabilidade do desempregado encontrar um novo emprego;

- Aumenta o risco moral.

O sinal da correlação encontrado entre subsídio de desemprego e qualidade numa determinada amostra dependeria do efeito dominante. Seria por isso possível que alguns estudos chegassem a conclusões opostas para a mesma economia se usassem horizontes temporais ou critérios distintos para construir as amostras consideradas. Van Ours e Vodopivec (2006) concluem que como a diminuição do período de atribuição dos benefícios não afecta a qualidade dos empregos subsequentes, então o seu efeito incide exclusivamente sobre o risco moral, reduzindo-o.

O alargamento do estudo dos efeitos do subsídio de desemprego a dimensões que ultrapassam a duração do episódio de desemprego derivou da necessidade de aferir se o estímulo para a existência de comportamentos de risco moral é compensado por efeitos de sinal positivo ao nível das características do novo emprego. No caso de resposta afirmativa poderia argumentar-se a favor da manutenção do sistema existente, que muitos estudos sugerem que mantém um nível de protecção excessiva. Neste caso, a qualidade superior dos empregos encontrados pelos desempregados justificaria o esquema de benefícios. Caso contrário, abrir-se-ia espaço para defender uma redução dos períodos de atribuição e/ou do valor do subsídio. Como acabámos de constatar, os estudos que se debruçaram sobre esta questão não apresentam uma resposta inequívoca capaz de motivar uma alteração do sistema num determinado sentido.

1.4. Os novos mecanismos de reforço da eficiência do subsídio de desemprego

1.4.1. Os contributos das teorias relativas ao subsídio de desemprego óptimo

A discussão em torno do subsídio de desemprego óptimo, ao contrário das abordagens que até aqui analisámos, concerne mais à concepção do sistema de protecção social do que à avaliação dos efeitos de um esquema concreto de atribuição de subsídio de desemprego. No conjunto de estudos pioneiros sobre esta questão encontram-se Baily (1978) e Flemming (1978). Apesar de existirem diferenças nos modelos que apresentam (e.g. no modo como consideram o lazer, a poupança e o funcionamento do mercado de capitais), a preocupação com a identificação do subsídio de desemprego óptimo é comum⁴. No entanto, estes modelos consideram que o subsídio de desemprego é atribuído por um período infinito de tempo e que todos os desempregados o recebem. Os desenvolvimentos teóricos subsequentes procuram ultrapassar estas duas limitações,

⁴ Para trabalhos empíricos que usam a abordagem destes modelos para aferir da adequabilidade do sistema de atribuição do subsídio de desemprego da economia americana vide Gruber (1997) e O'Leary (1994).



segmentando o painel de desempregados em função da elegibilidade para receberem subsídio de desemprego e considerando que este tem uma duração finita, conhecida pelo beneficiário aquando da entrada no desemprego.

Shavell e Weiss (1979) avaliam se o valor do subsídio de desemprego deveria ser constante ao longo do tempo ou se pelo contrário os objectivos que motivam a sua atribuição seriam mais eficientemente alcançados através de um subsídio dinâmico. Partindo de um referencial em que os desempregados são avessos ao risco e o montante máximo de subsídio de desemprego era determinado no momento da entrada no desemprego, consideram dois cenários: o primeiro, em que os desempregados não têm riqueza acumulada nem podem recorrer ao mercado de capitais; e o segundo, em que os desempregados têm riqueza positiva e podem pedir empréstimos aos bancos.

Deduzem a cadência óptima do subsídio de desemprego em cada um destes contextos de modo a otimizar os recursos despendidos pelo Estado. Se a probabilidade de encontrar emprego fosse independente do esforço do desempregado, o qual provoca utilidade negativa ao indivíduo, o subsídio de desemprego deveria ser constante ao longo do episódio de desemprego. Neste caso, esta prestação social seria concebida com o único intuito de proteger o desempregado relativamente ao risco de desemprego. No entanto, se tal não acontecesse, e se existisse informação assimétrica, originando comportamentos de risco moral então o subsídio de desemprego para além da função de seguro teria de ser pensado de modo a minimizar as situações de aproveitamento indevido (risco moral). Neste caso, o valor do subsídio devia diminuir ao longo do tempo até alcançar um valor nulo. O decréscimo do subsídio ao longo do tempo penaliza os beneficiários que permanecem desempregados e cria incentivos para que os beneficiários levem menos tempo a aceitar um novo posto de trabalho. Este resultado é sustentado pela maioria dos estudos que procuraram responder à questão colocada por Shavell e Weiss (1979).

Wang e Williamson (1996) desenvolvem um modelo em que a determinação do subsídio de desemprego óptimo atende aos efeitos que o valor do subsídio produz no esforço aplicado pelos trabalhadores na manutenção do seu posto de trabalho. Admitem que os despedimentos resultam de um desempenho pouco satisfatório dos indivíduos, sendo por isso endógenos. Para motivar os indivíduos a esforçarem-se de modo a evitar o despedimento involuntário, consideram que o subsídio de desemprego deveria ser relativamente baixo para induzir uma redução considerável do consumo e impedir que os despedimentos fossem usados como uma componente implícita dos contratos de trabalho entre empresas e trabalhadores. Adicionalmente, o seu valor deveria diminuir

com o prolongamento do episódio de desemprego. Wang e Williamson (1996) defendem que paralelamente deveria ser introduzida uma compensação financeira para incentivar os beneficiários a regressar mais depressa ao mercado de trabalho a ser atribuída quando estes encontrassem uma nova colocação. Deduzem que se os EUA adoptassem este esquema de atribuição do subsídio de desemprego haveria uma redução da taxa de desemprego de 3,4 p.p. e um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,64%.

Hopenhaym e Nicolini (1997) recuperam o modelo anterior e argumentam que, para além de se dever utilizar a diminuição do subsídio de desemprego como mecanismo de controlo do comportamento dos desempregados, deveria também ser introduzido um imposto sobre o salário subsequente do desempregado, o qual aumentaria com o tempo de permanência no desemprego, incentivando os beneficiários a encontrarem e aceitarem um posto de trabalho mais depressa.

1.4.2. Sanções e monitorização enquanto soluções para o problema do risco moral

No âmbito da economia americana, Murray (1984) e Jenks (1992) introduzem uma ruptura no modo de pensar as políticas públicas no que se relaciona com o subsídio de desemprego. Ao invés de focarem os efeitos do seu valor e duração, centram-se noutras soluções para melhor controlar a conduta dos beneficiários e minimizar o problema do risco moral.

A discussão em torno da utilização de sanções e controlos adicionais coloca-se fundamentalmente ao nível da avaliação dos seus benefícios líquidos. O uso de sanções só produz efeitos significativos se o beneficiário que não cumprir os deveres sentir que existe um risco significativo de ser sancionado (Becker, 1968). Para que tal aconteça é necessário que os decisores políticos aceitem gastar recursos para tornar credível a ameaça. Importa por isso avaliar se a poupança que deriva da diminuição do risco moral é superior ao aumento dos custos com o novo sistema.

Grubb (2001) desenvolve um modelo no qual o valor do subsídio de desemprego é condicionado pela avaliação dos serviços públicos de emprego do esforço do beneficiário na procura de emprego. Na presença de evidência de inactividade na procura de emprego e/ou indisponibilidade para trabalhar, o beneficiário seria sancionado com uma redução do subsídio de desemprego ou com a sua interrupção permanente ou temporária. Grubb (2001) encontrou no entanto dificuldades em prever os custos associados à operacionalização do sistema, o que colocou obstáculos à apresentação de uma proposta concreta que permitisse implementar este esquema de modo a garantir um aumento efectivo de bem-estar social.

No que se relaciona com os efeitos de uma maior monitorização, Boone et al. (2001) procuram determinar o esquema óptimo de atribuição do subsídio de desemprego na presença de monitorização e sanções, incorporando no modelo os custos do sistema de monitorização e considerando que as autoridades públicas apoiariam activamente os desempregados na procura de um novo posto de trabalho. Concluem que a política de protecção social óptima requer a existência de sanções e monitorização. No caso das economias europeias poderia haver um aumento do bem-estar social se estes mecanismos fossem reforçados. Nos países em que os custos deste sistema fossem muito elevados, este resultado poderia perder validade.

Ashenfelter et al. (1999) concluem que um aumento da monitorização tem um efeito negligenciável sobre o montante de prestações pagas. Usando dados relativos à economia holandesa, Van den Berg et al. (2004) e Abbring et al. (2005) constatam que uma monitorização mais elevada e requisitos mais fortes de procura de emprego afectam a velocidade de transição para o emprego. Van den Berg e Van der Klaauw (2000) apontam no sentido contrário.

Ashenfelter et al. (1999) realizam um estudo com base em dados experimentais (recolhidos em quatro estados da economia norte-americana) com o intuito de quantificar os efeitos de um aumento das sanções e da monitorização na despesa do Estado com o subsídio de desemprego. Se a evidência apontasse para uma poupança avultada no montante de prestações sociais pagas, este seria o reconhecimento da existência de um comportamento de procura não activa de emprego dos beneficiários. No entanto, os resultados não mostraram uma poupança significativa de recursos. Ainda assim, reconhecem que a criação de estruturas de apoio na recolha de informação sobre vagas e de serviços de aconselhamento sobre programas de formação (i.e. reforço do apoio dado pelos serviços públicos de emprego aos desempregados) contribui positivamente para a redução da duração do desemprego.

Em conclusão, podemos verificar que, na literatura mais recente, existe um apelo à utilização de mecanismos complementares ao subsídio de desemprego, concebidos para aumentar a eficácia na prossecução dos objectivos que motivam a sua atribuição.

1.4.3. O subsídio de desemprego parcial

Nos últimos anos, observa-se uma tendência para introduzir formas de contratação mais flexíveis de modo a permitir que as empresas possam ajustar mais facilmente a força de trabalho. Os empregos em regime de horário parcial desempenham um papel importante neste processo. A fim

de evitar que estes empregos fossem recusados pelos beneficiários de subsídio de desemprego por passarem a auferir um rendimento similar ou inferior ao que receberiam caso se mantivessem desempregados⁵, os decisores criaram incentivos para fomentar a aceitação destes empregos. Uma das soluções encontradas por alguns governos consistiu na introdução da possibilidade do beneficiário ter um emprego a tempo parcial e continuar a receber total ou parcialmente a prestação social a que teria direito. Este subsídio tem a designação de subsídio de desemprego parcial.

McCall (1996) com base num modelo de procura de trabalho (baseado em Burdett e Mortensen, 1978) considera dois tipos de empregos (tempo inteiro e tempo parcial) e admite que, mesmo que um desempregado aceite um emprego em regime de horário parcial, este continuará à procura de um emprego a tempo inteiro. Analisa os efeitos da existência do subsídio de desemprego parcial na probabilidade do desempregado aceitar um emprego em *part-time* e na duração do desemprego. O subsídio de desemprego parcial é atribuído quando um beneficiário de subsídio de desemprego inicia um emprego a tempo parcial. O valor do subsídio de desemprego parcial é condicionado pelo salário do novo emprego: se o salário estiver abaixo de certo limiar, o subsídio de desemprego não sofre qualquer alteração; acima desse limiar existe uma redução proporcional do subsídio. Conclui que o aumento desse limiar permitiria aumentar as taxas de reemprego por esta via principalmente nos primeiros três meses do episódio de desemprego. Se o limiar aumentasse 10 p.p., a probabilidade de um beneficiário aceitar um emprego em *part-time* aumenta entre 3,9% e 5,7% e o tempo de permanência no desemprego diminui entre 0,3% e 0,9%.

Para além de analisar a sensibilidade da duração do desemprego à introdução do subsídio de desemprego parcial, McCall (1996) avalia o comportamento dos indivíduos que tenham aceitado empregos parciais nos períodos subsequentes. Conclui que estes indivíduos tendem a continuar a procurar um emprego a tempo inteiro.

1.5. Conclusão

O debate em torno dos efeitos produzidos pelo subsídio de desemprego foi iniciado no princípio do século XX. Os primeiros trabalhos focaram essencialmente o impacto produzido pela prestação na duração do desemprego e a possibilidade de surgirem comportamentos de risco moral. No final da década de 70, os estudos começam a incidir sobre os efeitos produzidos nas características dos

⁵ Mesmo que o valor de ambos fosse similar o facto dos impostos sobre o rendimento incidirem sobre os rendimentos do trabalho mas normalmente não incidirem sobre prestações sociais tornaria ainda mais difícil a aceitação de um emprego a tempo parcial por um beneficiário.

empregos aceites pelos beneficiários. Se o subsídio de desemprego permitisse que os beneficiários encontrassem melhores empregos, este poderia ser um argumento para defender a manutenção do valor e da duração do subsídio nos montantes então em vigor.

A dimensão dos recursos que esta prestação absorve no orçamento da segurança social motivou a preocupação com o subsídio de desemprego óptimo. A obrigatoriedade de procura activa de emprego monitorizada pelos serviços públicos de emprego, as sanções para comportamentos de aproveitamento indevido da prestação social e de incumprimento dos deveres do beneficiário, os incentivos à escolha de outras vias de transição para o emprego como empregos por conta própria ou empregos a tempo parcial e o desenvolvimento de outras medidas activas são a materialização das conclusões dos estudos sobre os efeitos do subsídio de desemprego e, em particular, dos trabalhos sobre o subsídio de desemprego óptimo.

A divergência nos resultados dos estudos empíricos sobre a eficiência destas alterações, o facto de diversos sistemas de segurança social apresentarem características que se demarcam das consideradas desejáveis, a possibilidade de analisar dados estatísticos mais completos e os desenvolvimentos nas metodologias de exploração de dados justificam a atenção que esta problemática tem recebido e continuará a receber na literatura económica.

2. Os determinantes da entrada no emprego em regime de horário parcial: análise dos efeitos do aumento do subsídio de desemprego parcial

2.1. Introdução

O emprego em regime de horário parcial tem um papel importante na criação de oportunidades de emprego para certos grupos da população (e.g. desempregados de longa duração, estudantes, indivíduos que necessitam de dar a apoio a familiares) e é uma forma de contratação que permite que as empresas façam uma gestão mais flexível da força de trabalho. Por estes motivos, diversos governos têm implementado políticas de fomento à entrada no emprego a tempo parcial.

Este estudo procura responder a duas questões. A primeira prende-se com a identificação dos factores que favorecem a escolha deste tipo de empregos. Em particular analisa se existem diferenças entre os determinantes das transições para empregos em horário parcial assalariados e por conta própria. Esta caracterização das dinâmicas de entrada no emprego a tempo parcial é importante para a concepção de políticas de emprego que tenham como objectivo aumentar a taxa de emprego parcial (i.e. peso do emprego em regime de horário parcial no emprego total). Em segundo lugar, este estudo avalia a eficácia das modificações introduzidas no subsídio de desemprego parcial para incentivar os beneficiários de subsídio de desemprego a escolherem empregos por conta de outrem em horário parcial. A evolução da taxa de desemprego no ano de 2002 motivou a introdução de um conjunto de alterações no sistema de protecção social. Estas alterações criam uma experiência natural e a possibilidade única de avaliar se, no contexto da economia portuguesa, este instrumento consegue produzir os efeitos desejados.

No ano de 2002, a taxa de desemprego aumentou no quarto trimestre 2 p.p. em termos homólogos atingindo 6,1%, o que representou um crescimento de 26,3% do número de desempregados desde o quarto trimestre de 2001. Nos primeiros meses de 2003, o desemprego continuou a aumentar, quer ao nível dos indivíduos que procuravam o seu primeiro emprego quer entre os que já possuíam experiência profissional. Este rápido aumento do desemprego tornou necessária a introdução de medidas de política económica de natureza reactiva e preventiva.

No âmbito da Estratégia Europeia de Emprego, as orientações saídas do Conselho Europeu, de 18 de Fevereiro de 2002, recomendavam a utilização de medidas activas para responder a diversos desafios, no conjunto das quais se inseria o combate ao desemprego. Nesse sentido, era sugerido aos Estados Membros que introduzissem reformas no sistema de protecção social, modernizassem

os serviços públicos de emprego e apostassem na criação de um sistema de formação profissional capaz de aumentar a empregabilidade dos indivíduos em idade activa. No que toca ao sistema de protecção social, os Estados Membros eram aconselhados a modificar as prestações sociais de modo a aumentar os incentivos para que os desempregados procurassem um novo posto de trabalho mais activamente e aceitassem as ofertas de trabalho de emprego disponíveis. O regime de protecção social no desemprego desempenha um papel importante na prossecução deste objectivo.

Perante a evolução dos indicadores relativos ao mercado de trabalho e na linha das recomendações europeias, o Governo intensificou as políticas activas de emprego e introduziu alterações de natureza temporária no sistema de protecção social. No domínio da procura de emprego são de destacar os incentivos à contratação de desempregados de certos grupos (e.g. jovens, desempregados de longa duração com idade superior a 45 anos), o desenvolvimento de programas de intervenção junto de empresas que enfrentassem dificuldades económicas e a criação de incentivos à mobilidade geográfica. Com o intuito de fomentar a diminuição da duração do desemprego, o Governo lançou o Programa de Emprego e Protecção Social (PEPS) através do Decreto-lei nº 84/2003, de 24 de Abril, para procurar apresentar respostas mais rápidas às situações de desemprego. Deste Programa faziam parte diversas medidas no conjunto das quais se inseria o reforço do subsídio de desemprego parcial.

O valor do subsídio de desemprego em Portugal permaneceu constante nos últimos anos e corresponde a 65% da remuneração de referência. A aceitação de um novo posto de trabalho a tempo inteiro implica a cessação do direito às prestações do subsídio de desemprego. No caso de não existirem incentivos ao emprego a tempo parcial, os beneficiários rejeitariam estes empregos pois receberiam na maior parte dos casos uma remuneração de valor similar à prestação social e teriam de trabalhar. Neste contexto, prefeririam continuar a receber o subsídio de desemprego e procurar um emprego a tempo inteiro. O subsídio de desemprego parcial foi desenvolvido para tornar mais compensadoras as transições para empregos desta natureza. Em Portugal, o subsídio de desemprego parcial foi introduzido em 1999, aquando da extensiva reforma do regime de protecção no desemprego motivada pelo Decreto-lei nº 119/99, de 14 de Abril. O subsídio de desemprego parcial fazia parte de um conjunto de medidas activas associadas ao regime de protecção no desemprego que visava acelerar as transições para o emprego através da concessão de um subsídio que seria acumulado com a remuneração de um emprego assalariado a tempo parcial. Para que o beneficiário passasse a receber este subsídio era necessário que celebrasse um contrato

de trabalho, recebendo uma remuneração do trabalho a tempo parcial inferior ao valor do subsídio de desemprego e que as horas trabalhadas nesse emprego estivessem entre 20% e 75% do período normal de trabalho. O subsídio seria recebido durante o período de tempo durante o qual o beneficiário teria direito ao subsídio de desemprego. A fórmula de cálculo deste subsídio é a seguinte: Subsídio de desemprego parcial = (1+taxa)*subsídio de desemprego – Remuneração.

No ano de 2002, o aumento do desemprego foi acompanhado por um crescimento muito reduzido do emprego total e por uma diminuição do fluxo de novas vagas recebidas pelos centros de emprego. Diversos estudos mostram que, num período de recessão, as empresas têm tendência para recorrer mais intensivamente a trabalhadores contratados em regime de horário parcial como modo de ajustarem a dimensão da sua força de trabalho (Delsen, 1998) e responderem à maior incerteza relacionada com a procura e com a qualidade dos candidatos a um determinado posto de trabalho (Houseman, 2001). Apesar de no mercado de trabalho português, as empresas tenderem a usar os contratos a termo como instrumento de flexibilidade e de selecção de novos trabalhadores, a relação entre as vagas disponíveis a tempo parcial e a fase do ciclo económico deveria ser tida em conta. Neste contexto, o governo aumentou a taxa associada ao subsídio de desemprego parcial de 25% para 35% (Decreto-lei nº 84/2003, de 24 de Abril), esperando assim incentivar as transições de beneficiários de subsídio de desemprego para empregos em horário parcial. Neste capítulo, procuraremos avaliar se a medida foi eficaz na prossecução deste objectivo.

Na última década, verificou-se um crescimento sustentado da taxa de emprego parcial no conjunto dos países da zona euro, tendo subido, entre 1997 e 2007, de 16,3% para 20,3%. Apesar deste tipo de emprego ser eminentemente feminino verifica-se uma tendência para as taxas de crescimento observadas nos últimos anos serem mais fortes entre os homens, apontando para uma modificação da composição deste tipo de emprego por género. A taxa de emprego parcial masculina aumentou, neste período, de 5,3% para 7,3% enquanto a feminina passou de 32,1% para 36,3%.

No conjunto dos países da zona euro, apenas na Grécia, Itália e Espanha foram registadas, na última década, taxas de emprego a tempo parcial mais reduzidas que em Portugal e o seu crescimento na economia portuguesa foi inferior à média europeia (entre 1997 e 2001, a taxa de emprego a tempo parcial aumentou 0,8 p.p. em Portugal e 4 p.p. na União Europeia). Este aumento para além de menos acentuado que o observado na economia europeia, não se processou de forma sustentada. Até 1999, a taxa de emprego parcial aumentou tendo atingido 8,8%, mas em 2000 decresceu para 8,1%. Posteriormente, continuou a crescer até 2003 mas em 2004 caiu para 8,1% e

apenas em 2007 voltou a subir. Esta baixa proporção de empregos a tempo parcial no emprego total regista-se apesar de Portugal ser um país que se demarca dos demais pela existência de legislação que impede que o salário por hora pago aos trabalhadores em regime de horário parcial seja diferente do salário pago a trabalhadores a tempo inteiro.

O facto de vários países terem adoptado políticas de estímulo ao emprego em *part-time* (Buddelmeyer et al., 2005a) como forma de aumentar a participação das mulheres no mercado de trabalho é um dos factores que explicam as diferenças observadas na evolução da taxa de emprego parcial na União Europeia e em Portugal⁶.

Com o objectivo de identificar os determinantes da entrada no emprego em regime de horário parcial e avaliar os efeitos do aumento do subsídio de desemprego parcial na probabilidade de transição de um beneficiário de subsídio de desemprego para um emprego parcial, na secção seguinte sintetizaremos os contributos teóricos e as conclusões dos estudos empíricos realizados sobre esta temática. Na secção 2.3, descrever-se-ão os dados e a abordagem econométrica. Na secção 2.4, estabelece-se uma comparação entre os determinantes da entrada num emprego em horário parcial assalariado (o qual permite a um beneficiário de subsídio de desemprego receber subsídio de desemprego parcial) e por conta própria. Os resultados da avaliação da eficácia do aumento do subsídio de desemprego parcial para incentivar as transições dos beneficiários de subsídio de desemprego para empregos em regime de horário a tempo parcial serão apresentados na secção 2.5. Por fim, as conclusões deste estudo serão enunciadas.

2.2. Revisão da literatura teórica e empírica

As questões colocadas neste estudo abrangem várias linhas de pesquisa. O primeiro conjunto importante de trabalhos centra-se nos determinantes da entrada no emprego em tempo parcial. Tendo em conta os objectivos deste estudo importa destacar os trabalhos que analisam o papel que o sistema de protecção social assume nesta decisão. A segunda linha relevante de pesquisa centra-se na análise dos efeitos da aceitação de um emprego subsidiado na probabilidade de reemprego e no salário posterior. Em terceiro lugar, encontram-se os estudos que abordam os determinantes do desemprego. Passaremos de seguida a analisar os trabalhos realizados no âmbito destas linhas.

⁶ Em Portugal, durante todo o período, a taxa de actividade feminina esteve acima da média europeia, o que pode justificar o facto de não terem sido lançadas políticas mais compreensivas de estímulo ao trabalho em horário parcial.

Buddelmeyer et al. (2005a) consideram que os factores que afectam a entrada no trabalho a tempo parcial se dividem em três categorias: factores de natureza estrutural (e.g. desenvolvimento da rede escolar e de prestadores de cuidados assistidos, taxa de natalidade); factores relacionados com o ciclo económico que afectam o comportamento de quem procura e de quem oferece trabalho; e factores de natureza institucional (e.g. sistema de protecção social, legislação laboral). Concluem que a evolução recente do trabalho a tempo parcial nos países europeus está relacionada com medidas de política económica associadas à modificação da legislação laboral, melhoramento da protecção social oferecida aos trabalhadores em regime de horário parcial e atribuição de subsídios (e.g. subsídios atribuídos a empresas que contratem trabalhadores em regime de horário parcial). As modificações do regime de protecção no desemprego e maternidade também teriam capacidade ~~para incentivar este tipo de emprego mas não seriam instrumentos tão eficazes.~~

O estímulo à adopção de políticas activas de emprego motivou diversos países a desenvolverem programas que subsidiassem os desempregados a aceitar empregos temporários e em regime de horário parcial. Vagas que seriam recusadas pelos desempregados, que prefeririam continuar a procurar um outro posto de trabalho com condições que considerassem mais atractivas. A atribuição de um subsídio ao trabalhador ou à empresa teria como finalidade diminuir a duração do episódio de desemprego e facilitar a reintegração do desempregado no mercado de trabalho.

Vários estudos sugerem que estas políticas fomentam transições para o emprego mais rápidas dos indivíduos que auferem salários mais baixos (e.g. Meyer, 1995; Cahuc, 2002; Blundell e Hoynes, 2004; Francesconi e Van der Klaauw, 2004; Eissa e Hoynes, 2005). No entanto, estes estudos não fazem qualquer distinção entre os diferentes tipos de emprego (nem em função do tipo de horário, nem distinguem se o emprego é por conta de outrem ou temporário). Analisam apenas o impacto da atribuição do subsídio na probabilidade de transição. Cahuc (2002) analisa uma questão complementar e verifica que os subsídios atribuídos às empresas têm maior capacidade para aumentar o nível geral de emprego do que os subsídios atribuídos aos desempregados.

Um outro conjunto de estudos analisa os efeitos da aceitação de um emprego a tempo parcial subsidiado na probabilidade de transição subsequente para um emprego a tempo inteiro e na remuneração auferida nesse emprego. Várias teorias foram desenvolvidas para explicar o efeito dos empregos subsidiados nestas duas variáveis. No mercado de trabalho existe informação imperfeita entre os que oferecem e procuram trabalho. A aceitação de um emprego a tempo parcial emite um sinal para os futuros empregadores. A decisão de trabalhar em horário parcial pode ser interpretada

como um sinal de que o desempregado pretendeu manter uma actividade profissional, mesmo que esta exigisse um nível de qualificações inferior ao adquirido (Gerfin et al., 2002). Mas se o emprego a tempo parcial for visto como uma solução de último recurso para os desempregados, o empregador considerará que os indivíduos que tenham tido este tipo de emprego têm uma produtividade inferior à média, o que diminui a probabilidade de serem contratados. Com base em dados relativos à economia europeia, Buddelmeyer et al. (2005b) encontram evidência de que apenas 5% dos indivíduos que aceitam empregos a tempo parcial o fazem com o intuito de transitarem para um emprego a tempo inteiro. Blank (1998) demonstra que, por regra, quem aceita um emprego em horário parcial tende a manter empregos desse tipo, sendo pouco provável a transição para empregos a tempo inteiro. Farber (1999) sugere que aqueles que têm maior probabilidade de transitarem para um emprego a tempo inteiro são os que entram no emprego a tempo parcial involuntariamente (i.e. por falta de alternativas). Neste contexto, o empregador pode entender a entrada no trabalho a tempo parcial como um sinal de que o desempregado não pretende empregos com outras características (McCormick, 1990; Ma e Weiss, 1993).

De acordo com a teoria do capital humano, a acumulação de experiência é valorizada pelos empregadores, pelo que o desenvolvimento de um emprego, mesmo que em horário parcial, deveria ter um efeito positivo na produtividade do indivíduo e por isso na probabilidade de ser contratado e no seu salário. Esta associação positiva entre experiência e empregabilidade pode não ser observada quando essa experiência foi adquirida através de um emprego em *part-time*. Recorrendo à teoria do capital humano, a justificação para que tal aconteça pode estar relacionada com o facto de muitas vezes estes empregos exigirem qualificações muito baixas e inferiores às que os desempregados possuem, pelo que esta experiência não tem valor para desempenho das funções que estes indivíduos pretendem desenvolver posteriormente.

Calmfors (1994) aponta para o risco do desenvolvimento de um efeito de *locking-in* se os empregos subsidiados tiverem uma duração longa, podendo reduzir a probabilidade de transição desse emprego para um emprego não subsidiado. Sugere por isso que sejam impostos limites à sua duração e que os programas que fomentem a entrada no emprego através de subsídios sejam desenvolvidos usando empregos a tempo parcial para permitir que os indivíduos possam continuar a procurar um outro emprego que se adequa melhor às suas competências. Zijl et al. (2004) encontram evidência de uma modificação da relação entre aceitação de emprego subsidiado e probabilidade de transição à medida que a duração do episódio de emprego aumenta. A aceitação

de um emprego temporário quando comparada com a permanência no desemprego começa por diminuir a probabilidade de transição para outro emprego mas, passado um ano e meio, esta probabilidade torna-se superior, indiciando que a partir de certo momento a acumulação de capital humano passa a ser valorizada.

As conclusões dos estudos nesta área são difíceis de comparar porque os programas adoptados nos vários países apresentam grandes especificidades em termos de duração, dos grupos-alvo aos quais se direccionam, dos limites que são introduzidos ao valor máximo do subsídio ou do tipo de emprego que é subsidiado. Estes rendimentos são ainda alvo de diferentes tratamentos fiscais e esta articulação entre o sistema de prestações e o sistema fiscal torna ainda mais complexa uma comparação. As próprias características de cada mercado de trabalho condicionam a eficiência dos programas que, além disso, deve ser avaliada ao nível de grupos concretos (e.g. desempregados de longa duração, jovens, mulheres, indivíduos com baixas qualificações).

McCall (1996) procura responder a uma questão bastante próxima da analisada neste trabalho. Com base num modelo de *job search* (baseado em Burdett e Mortensen, 1978), em que os desempregados dividem o seu tempo entre lazer e procura de trabalho, considera dois tipos de empregos (tempo inteiro e tempo parcial) e que se o desempregado aceitar um emprego em horário parcial continua a procurar um emprego a tempo inteiro. Analisa os efeitos da existência de subsídio de desemprego parcial na probabilidade do desempregado aceitar um emprego a tempo parcial e no momento em que essa transição ocorreria. O montante de subsídio recebido depende do salário do novo emprego. Se este estiver abaixo de certo limiar, o subsídio de desemprego não sofre qualquer alteração, mas acima desse limiar existe uma redução proporcional do seu valor. O aumento desse limiar permitiria aumentar as taxas de reemprego principalmente nos primeiros três meses do episódio de desemprego. Se o limiar aumentar 10 p.p., a probabilidade de um beneficiário aceitar um emprego em *part-time* aumenta entre 3,9% e 5,7% e o tempo de permanência no desemprego diminui entre 0,3% e 0,9%.

2.3. Os dados utilizados e abordagem econométrica

Para caracterizar os determinantes da entrada no emprego a tempo parcial e avaliar os efeitos da alteração do subsídio de desemprego parcial na probabilidade de transição para estes empregos foi usada uma amostra de indivíduos construída a partir dos microdados do Inquérito ao Emprego (IE).

O período considerado na análise foi determinado em função dos objectivos do estudo. Assim, os dados utilizados correspondem aos trimestres compreendidos entre 1999:III e 2006:IV. No terceiro trimestre de 1999, entrou em vigor o regime de protecção no desemprego aprovado pelo Decreto-lei nº 119/99, de 14 de Abril, que possui características muito distintas do anterior. Ao iniciar o estudo neste trimestre, apenas são incluídos na amostra beneficiários deste regime e do regime de 2003.

O questionário do IE é aplicado trimestralmente a um painel rotativo de indivíduos, sendo um sexto da amostra renovado em cada trimestre. Cada indivíduo é acompanhado durante um período máximo de 6 trimestres. Através do IE, o Instituto Nacional de Estatística (INE) procura conhecer a situação do indivíduo no mercado de trabalho (empregado, desempregado ou inactivo) e caracterizar o seu percurso profissional.

A amostra usada neste estudo integrou indivíduos com idade entre 16 e 65 anos, residentes em Portugal continental, que não estivessem a cumprir o serviço militar obrigatório, não fossem militares de carreira e não desenvolvessem actividades profissionais no âmbito do sector primário (com excepção da indústria extractiva). Consideraram-se os indivíduos empregados, desempregados e inactivos que cumprissem os anteriores critérios. Posteriormente, observámos se na transição entre trimestres, estes aceitavam um emprego em horário parcial no âmbito do qual trabalhassem usualmente entre 8 e 30 horas^{7,8}.

Para identificar os determinantes da entrada no emprego a tempo parcial iremos estimar dois modelos *logit*. O trabalho a tempo parcial pode ser desenvolvido por conta própria ou por conta de outrem. Esta distinção entre os dois tipos de emprego permite um conhecimento mais aprofundado das características dos indivíduos com maior probabilidade de escolherem cada um destes percursos. Para compreender a entrada no emprego a tempo parcial por conta própria será estimado um modelo *logit*, em que a variável dependente (y_i) assume os seguintes valores:

$y_i=0$ se o indivíduo não aceita um emprego a tempo parcial;

$y_i=1$ se o indivíduo aceita um emprego por conta própria em regime de horário parcial com as características atrás referidas⁹.

⁷ Apenas foram consideradas as transições para empregos com estas características porque somente estes empregos qualificam um beneficiário para o recebimento de subsídio de desemprego parcial.

⁸ Este estudo não abrange os empregos a tempo parcial que são desenvolvidos como actividades secundárias.

⁹ Os indivíduos deixam de ser acompanhados no painel quando ocorre uma transição para o emprego a tempo parcial.

Seguidamente, estimaremos um outro modelo *logit* em que a variável dependente assume o valor 1 no caso de ocorrer uma transição para o trabalho assalariado em horário parcial. Estes resultados serão apresentados na secção 2.4. Na especificação utilizada acomodámos a existência de heterogeneidade não observada, na medida em que, como veremos na próxima secção através da realização dos testes adequados, se detectaram sinais da sua presença. Neste sentido, o modelo *logit* foi estimado admitindo a existência de efeitos aleatórios.

Para avaliar os efeitos da modificação do subsídio de desemprego parcial na probabilidade de transição no trabalho assalariado em horário parcial realizámos uma divisão do período anteriormente referido em dois subperíodos: 1999:III–2003:I; e 2003:II–2006:IV. Esta divisão do período de tempo é justificada pelo facto das medidas de protecção social aprovadas em 2003 se destinarem aos que entrassem no desemprego depois da entrada em vigor do diploma mas também aos que já fossem beneficiários, desde que se verificassem algumas condições. No caso do subsídio de desemprego parcial, para que o beneficiário recebesse o subsídio de acordo com a nova taxa, o contrato de trabalho teria de ser estabelecido em data posterior à entrada em vigor do diploma.

As estimações foram realizadas com base na amostra integrando indivíduos de ambos os géneros e, posteriormente, o modelo foi estimado para os dois géneros em separado. A assimetria nos motivos pelos quais homens e mulheres desenvolvem actividades em regime de horário parcial gera diferenças nos efeitos produzidos pelas várias variáveis consideradas e que conseguiremos caracterizar com maior detalhe fazendo esta separação.

No que respeita às variáveis explicativas, toda análise foi desenvolvida considerando os valores relativos ao trimestre anterior, ou seja, admite-se que, se no período t ocorreu uma transição então os factores explicativos da mesma encontram-se nos valores que as variáveis consideradas assumiam no período $t-1$. A justificação para esta hipótese reside no facto dos valores que as covariáveis assumem no período t serem uma consequência da escolha feita pelo indivíduo, não podendo por isso ser consideradas causas dessa decisão (Meyer, 1990; Johansson, 2000).

As variáveis explicativas consideradas incluem, em primeiro lugar, as variáveis relacionadas com as características do indivíduo: género, grupo etário, nacionalidade, estado civil, coabitação com filhos menores de 3 anos e coabitação com filhos com idade entre 4 e 6 anos¹⁰. No domínio das

¹⁰ O IE apenas permite identificar a existência de filhos se estes residirem no alojamento dos pais. Se residirem noutra alojamento, o que é provável no caso de casais divorciados, esses casos não são apanhados pelo inquérito.

variáveis associadas ao capital humano consideram-se *dummies* para diferenciar duas situações distintas: ter completado o ensino superior ou ter um nível de qualificação inferior¹¹.

Atendeu-se à condição perante o trabalho no trimestre anterior à entrevista, diferenciando-se as seguintes situações: empregado, desempregado à procura do primeiro emprego, desempregado à procura de um novo emprego, estudante, reformado e outros inactivos. Tendo em conta a questão analisada neste estudo considerou-se ainda a interacção entre a condição de “desempregado à procura de um novo emprego” e beneficiário de subsídio de desemprego.

Os factores de natureza regional foram controlados através da introdução de *dummies* definidas de acordo com o nível 2 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS II) – nova geografia. A inclusão das taxas de desemprego trimestrais de cada região procura reflectir as condições do mercado de trabalho. Por último, foram incluídas *dummies* relativas ao ano em que a entrevista teve lugar.

Na Tabela 1 são apresentadas as estatísticas descritivas da amostra. A amostra integra 122.445 indivíduos, 49,98% pertencem ao género feminino, 64,62% são casados, 8,09% vive com filhos com idade inferior ou igual a 3 anos, 7,27% com idade entre 4 e 6 anos de idades e 98,13% tem nacionalidade portuguesa. Comparando os dois géneros verifica-se que existe uma proporção superior de homens que reporta que no trimestre o seu cônjuge se encontrava desempregado (21,10% e 13,03%, respectivamente). A justificação para esta evidência reside provavelmente no facto de, ao longo do período, a taxa de desemprego masculina ter sido sempre inferior à feminina. De acordo com dados do INE, este diferencial assumiu o valor médio de 1,87 p.p. entre 1999:III e 2006:IV. Em termos de escolaridade, as mulheres apresentam um nível médio de educação formal mais elevado. Na amostra, enquanto 79,6% dos homens completaram apenas o ensino básico ou um nível de escolaridade inferior, esta percentagem cai para 74,48% quando consideramos apenas as mulheres. No que toca à situação na profissão, os grupos que têm maior representatividade são os empregados (65,17%) seguidos dos inactivos (30,14%), no conjunto dos quais assumem proeminência estudantes, domésticos e reformados.

A amostra composta apenas pelos indivíduos do sexo feminino destaca-se pelo facto do grupo dos empregados ter um peso mais reduzido do que na amostra¹² (56,48% e 65,17%, respectivamente)

¹¹ Inicialmente foi considerada uma especificação em que os níveis de escolaridade apareciam mais desagregados. No entanto, estes não se revelaram estatisticamente significativos.

¹² Este padrão resulta da taxa de actividade feminina ter sido durante este período inferior à masculina.

que por sua vez é compensado por um peso mais elevado dos inactivos, principalmente dos que se dedicam à realização de tarefas domésticas.

Na Tabela 2 são reportadas as transições observadas durante o período na amostra. Registaram-se 3.539 transições para posições de emprego assalariado em *part-time*, 1.628 foram protagonizadas por indivíduos que no trimestre anterior possuíam emprego, 392 por desempregados e 262 por estudantes. As restantes transições repartem-se pelas outras categorias de inactivos e desempregados à procura do primeiro emprego. Por outro lado, registam-se 1.033 transições para auto-emprego em horário parcial, 791 dessas transições foram protagonizadas por indivíduos que no semestre anterior tinham emprego, 72 eram desempregados e as restantes por inactivos.

Tabela 1: Estatísticas descritivas da amostra usada para analisar os determinantes das transições para o emprego a tempo parcial

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Características individuais			
Sexo feminino (%)	49,98		
Casado (%)	64,62	64,84	64,4
Filhos menores de 3 anos	8,09	8,24	7,93
Filhos com idade entre 4 e 6 anos	7,27	7,39	7,14
Nacional (%)	98,13	98,1	98,16
Escalões etários			
16-24 anos	17,7	17,29	18,11
25-54 anos	64,25	64,11	64,39
55-65 anos	18,05	18,61	17,5
Escolaridade (%)			
Sem escolaridade	6,71	4,9	8,53
Básico	70,33	74,7	65,95
Secundário	13,08	12,14	14,02
Superior	9,88	8,25	11,51
Variáveis regionais (%)			
Norte	39,18	39,35	39,01
Centro	15,76	16,47	15,05
Lisboa	20,42	19,9	20,95
Alentejo	12,02	12,03	12
Algarve	12,62	12,24	12,99
Condição perante o trabalho (%)			
Empregado Civil	65,17	56,48	73,85
Desempregado (Primeiro emprego)	0,66	0,78	0,55
Desempregado (Novo emprego)	3,76	3,96	3,57
Estudante	10,23	11,53	8,93
Reformado	7,35	7,00	7,69
Outro inactivo	12,83	20,26	5,42

Tabela 2: Matriz de transições para o emprego a tempo parcial

Condição perante o trabalho (trimestre anterior à transição)	Número de transições para emprego a tempo parcial	
	Por conta de outrem	Por conta própria
Empregado civil	1.628	791
Desempregado (Primeiro emprego)	91	9
Desempregado (Novo emprego)	238	63
Estudante	262	37
Doméstico	150	76
Reformado	32	19
Outro Inactivo	105	38
Total	2.506	1.033

2.4. Resultados econométricos: comparação dos determinantes da entrada no emprego em horário parcial assalariado e por conta própria

Com o intuito de analisar as diferenças na entrada no emprego a tempo parcial assalariado e o trabalho a tempo parcial por conta própria foram estimados dois modelos *logit*. Os resultados obtidos são apresentados nas Tabela 3 e 4.

Com base na amostra integrando os dois géneros, verifica-se que as mulheres apresentam maior probabilidade de aceitarem um emprego por conta de outrem em horário parcial mas a diferença entre os dois géneros parece não ser significativa no que se prende com a entrada no auto-emprego em *part-time*. A Tabela 5 mostra que os motivos que levam os indivíduos do género masculino e feminino a entrar no emprego assalariado a tempo parcial são distintos. Enquanto os homens tendem a aceitar empregos a tempo parcial porque pretendem simultaneamente estudar, as mulheres invocam mais comumente a existência de obrigações familiares. Esta evidência sugere que políticas para estimular este tipo de emprego devem ser diferentes para cada um dos géneros.

Ao contrário do que sucede no âmbito do trabalho por conta de outrem em horário parcial, são os indivíduos de grupos etários mais elevados que revelam maior propensão para se estabelecerem por conta própria em horário parcial.

Níveis de escolaridade mais elevados motivam o desenvolvimento de actividades em regime de horário parcial, principalmente no que se prende com as transições para os empregos assalariados em horário parcial e entre os indivíduos do sexo masculino.

Os resultados obtidos em termos da influência da condição perante o trabalho revelam que estar no desemprego tem um efeito positivo na probabilidade de transição para o emprego em horário parcial, sendo que o recebimento de subsídio de desemprego tende a atenuar esta maior propensão, principalmente ao nível do trabalho independente. O facto do subsídio de desemprego penalizar mais fortemente a entrada no trabalho por conta própria do que a entrada no trabalho assalariado pode resultar do efeito produzido pelo subsídio de desemprego parcial. Se o beneficiário optar por desenvolver um emprego a tempo parcial assalariado recebe subsídio de desemprego parcial, o que já não acontece com a entrada no trabalho independente a tempo parcial.

Por último, enquanto a entrada no emprego por conta de outrem apresenta um padrão contracíclico, a fase do ciclo parece não explicar as transições para o auto-emprego em horário parcial.

Tabela 3: Probabilidade de entrada no emprego por conta própria a tempo parcial (1999:III-2006:IV)

	TOTAL		MULHERES		HOMENS	
Características individuais						
Sexo feminino	0,14	<i>0,16</i>				
Grupo etário <25 anos	-1,42***	<i>0,20</i>	-1,25***	<i>0,25</i>	-1,85***	<i>0,33</i>
Grupo etário 55-65 anos	0,76***	<i>0,08</i>	0,43***	<i>0,12</i>	1,19***	<i>0,12</i>
Casado	0,21**	<i>0,09</i>	0,41***	<i>0,12</i>	-0,17	<i>0,14</i>
Filhos com idade igual ou inferior a 3 anos	-0,27**	<i>0,14</i>	-0,21	<i>0,17</i>	-0,35	<i>0,23</i>
Filhos com idade entre 4 e 6 anos	-0,14	<i>0,13</i>	-0,41**	<i>0,19</i>	0,28	<i>0,20</i>
Nacional	-0,09	<i>0,25</i>	-0,28	<i>0,30</i>	0,28	<i>0,46</i>
Escolaridade						
Ensino superior	0,17	<i>0,11</i>	-0,04	<i>0,15</i>	0,48***	<i>0,16</i>
Outros	Ref.		Ref.		Ref.	
Condição perante o trabalho						
Empregado	Ref.		Ref.		Ref.	
Desempregado à procura 1º emprego	1,11***	<i>0,35</i>	1,06**	<i>0,43</i>	1,18*	<i>0,60</i>
Desempregado à procura de novo emprego	0,80***	<i>0,16</i>	0,79***	<i>0,20</i>	0,70***	<i>0,26</i>
Desempregado*Beneficiário subsídio desemprego	-1,63***	<i>0,39</i>	-2,06***	<i>0,61</i>	-1,18**	<i>0,52</i>
Estudante	-0,16	<i>0,20</i>	-0,30	<i>0,25</i>	0,32	<i>0,35</i>
Reformado	-2,09***	<i>0,25</i>	-1,87***	<i>0,33</i>	-2,32***	<i>0,39</i>
Outro inactivo	-0,88***	<i>0,12</i>	-0,97***	<i>0,14</i>	-0,57**	<i>0,24</i>
Região						
Norte	0,31***	<i>0,09</i>	0,28**	<i>0,12</i>	0,37**	<i>0,15</i>
Centro	0,23**	<i>0,11</i>	0,21	<i>0,15</i>	0,26	<i>0,17</i>
Lisboa	Ref.		Ref.		Ref.	
Alentejo	-0,26*	<i>0,14</i>	-0,35*	<i>0,19</i>	-0,12	<i>0,21</i>
Algarve	-0,13	<i>0,13</i>	-0,15	<i>0,17</i>	-0,10	<i>0,20</i>
Taxa de desemprego	0,12	<i>0,08</i>	0,22**	<i>0,09</i>	0,05	<i>0,19</i>
Constante	-6,88***	<i>0,39</i>	-6,85***	<i>0,57</i>	-7,18***	<i>0,86</i>
Número de observações	415.946		208.160		207.786	
Número de indivíduos	103.947		52.030		52.014	
Teste de Wald	369,43		207,31		210,97	
Log verosimilhança	-6.069,98		-3.356,99		-2.683,9	
Critério de informação Akaike	12.195,97		6.767,98		5.421,80	
Teste de razão de verosimilhança de rho=0	49,82		32,28		17,35	

Nota: Em itálico são apresentados os desvios padrão robustos; *** A variável é significativa pelo menos a 1%; ** A variável é significativa pelo menos a 5%; * A variável é significativa pelo menos a 10%. Foram ainda incluídas *dummies* anuais relativas ao ano da entrevista.

Tabela 4: Probabilidade de entrada no emprego assalariado a tempo parcial (1999:III-2006:IV)

	TOTAL		MULHERES		HOMENS	
Características individuais						
Sexo feminino	0,48***	0,10				
Grupo etário <25 anos	0,29***	0,07	0,20**	0,09	0,44***	0,12
Grupo etário 55-65 anos	-0,17**	0,08	-0,19*	0,10	0,03	0,15
Casado	-0,18***	0,06	-0,04	0,07	-0,54***	0,11
Filhos com idade igual ou inferior a 3 anos	0,22***	0,08	0,25***	0,09	0,16	0,16
Filhos com idade entre 4 e 6 anos	0,11	0,08	0,03	0,10	0,35**	0,16
Nacional	-0,60***	0,12	-0,75***	0,14	-0,22	0,24
Escolaridade						
Ensino superior	1,45***	0,05	1,33***	0,06	1,80***	0,10
Outros	Ref.		Ref.		Ref.	
Condição perante o trabalho						
Empregado	Ref.		Ref.		Ref.	
Desempregado à procura 1º emprego	1,28***	0,13	1,22***	0,16	1,43***	0,22
Desempregado à procura de novo emprego	1,32***	0,09	1,20***	0,10	1,48***	0,15
Desempregado*Beneficiário subsídio desemprego	-1,05***	0,19	-1,07***	0,23	-0,95***	0,32
Estudante	-0,06	0,09	-0,23**	0,11	0,25*	0,14
Reformado	-1,45***	0,21	-1,92***	0,30	-0,81***	0,29
Outro inactivo	-0,13	0,08	-0,24***	0,09	-0,14	0,22
Região						
Norte	0,05	0,06	-0,04	0,07	0,32***	0,11
Centro	0,13*	0,07	0,01	0,09	0,43***	0,13
Lisboa	Ref.		Ref.		Ref.	
Alentejo	0,02	0,08	-0,05	0,10	0,23	0,15
Algarve	-0,35***	0,09	-0,52***	0,11	0,03	0,16
Taxa de desemprego	0,12**	0,05	0,15***	0,06	0,05	0,14
Constante	-5,78***	0,22	-5,12***	0,32	-6,30***	0,59
Número de observações	415.946		208.160		207.786	
Número de indivíduos	103.947		52.030		52.014	
Teste de Wald	184,06		985,87		648,35	
Log verosimilhança	-12.331,24		-8.117,62		-4.160,07	
Crítério de informação Akaike	24.718,47		16.289,23		8.374,14	
Teste de razão de verosimilhança de rho=0	93,72		63,93		27,68	

Nota: Em itálico são apresentados os desvios padrão robustos; *** A variável é significativa pelo menos a 1%; ** A variável é significativa pelo menos a 5%; * A variável é significativa pelo menos a 10%. Foram ainda incluídas *dummies* anuais relativas ao ano da entrevista.

Tabela 5: Estatísticas descritivas associadas às transições para empregos em regime de horário parcial (percentagens na amostra completa=100) (1999:III-2006:IV)

	TOTAL	MULHERES	HOMENS
Contrato adequado às necessidades de trabalho			
Sim	79,82	82,21	75,29
Não	167,40	155,48	194,55
Motivo para ter emprego a tempo parcial			
Estudo	136,89	148,36	134,01
Deficiente/doente	52,54	47,99	61,45
Obrigações familiares	63,76	61,38	-
Não ter encontrado a tempo inteiro	144,52	150,22	126,88
Outros	64,32	62,14	70,11

Passando agora a considerar agora os resultados com base na amostra constituída pelos indivíduos do sexo feminino conclui-se que o perfil das mulheres que se estabelece por conta própria em regime de horário parcial é bastante diferente do que aceita um emprego assalariado em *part-time*. A entrada no trabalho por conta própria em horário parcial é levada a cabo por mulheres de escalões etários mais elevados, casadas e sem filhos com idade igual ou inferior a 6 anos, desempregadas, em particular à procura do primeiro emprego. Já o emprego por conta de outrem em horário parcial é desenvolvido por mulheres mais jovens, de nacionalidade estrangeira, que completaram o ensino superior e com filhos com idade igual ou inferior a 3 anos. Estar no desemprego favorece o desenvolvimento de actividades profissionais em horário parcial. No entanto, verifica-se que o oposto sucede com a inactividade.

Por último, a taxa de desemprego tem um efeito positivo na probabilidade de um emprego assalariado ser escolhido pelas mulheres, o que sugere que a entrada no emprego a tempo parcial revela um padrão contra-cíclico. A fase do ciclo económico afecta a taxa de emprego parcial pelo menos através de três mecanismos distintos (Buddelmeyer et al., 2004). Num período de abrandamento da actividade económica, tende a haver um aumento da oferta de empregos em regime de horário parcial na medida em que permitem que as empresas consigam ajustar mais facilmente as horas de trabalho. Por outro lado, nas recessões os desempregados revelam maior predisposição para aceitar empregos em regime de horário parcial de modo a evitar o desemprego de longa duração. A combinação destes dois efeitos favorece o padrão contra-cíclico. O terceiro mecanismo que actua em sentido contrário consiste no facto de haver um desincentivo à entrada no mercado de trabalho por parte de alguns grupos de inactivos. No entanto, a evidência sugere que os dois primeiros efeitos superam este último. Este padrão contra-cíclico verifica-se também na entrada no auto-emprego a tempo parcial por parte das mulheres.

No âmbito dos resultados obtidos a partir da amostra integrando os indivíduos do género masculino verifica-se que níveis de escolaridade mais elevados favorecem a entrada em qualquer um dos tipos de emprego a tempo parcial, sendo o efeito particularmente forte no âmbito das transições para o emprego assalariado. As diferenças nos determinantes colocam-se ao nível do impacto produzido pelo facto do indivíduo ser casado e ter filhos com idade entre 4 e 6 anos. Apesar de não afectarem a entrada no emprego por conta própria em horário parcial, influenciam a entrada no emprego por conta de outrem, verificando-se que são os homens solteiros que coabitam com filhos com idade entre 4 e 6 anos que revelam maior probabilidade de aceitar um emprego

assalariado em *part-time*. Por outro lado, verifica-se que a condição de desempregado impulsiona mais fortemente a entrada no trabalho por conta de outrem do que por conta própria, o qual é também menos desincentivado pelo facto do indivíduo ser beneficiário de subsídio de desemprego. A condição de reformado diminui a probabilidade de desenvolvimento de uma actividade por conta própria em tempo parcial mas aumenta a probabilidade de entrada num trabalho assalariado. Por outro lado, o facto do indivíduo estudar tem um impacto positivo na probabilidade de transição para um emprego por conta de outrem em horário parcial. Tal como encontrado em estudos realizados noutros países, a probabilidade de um homem desenvolver um emprego a tempo parcial parece não ser afectada pelo ciclo económico.

2.5. Avaliação dos efeitos da modificação do subsídio de desemprego parcial na probabilidade de entrada no emprego assalariado em horário parcial

Na Tabela 5 são apresentados os resultados obtidos da estimação do modelo de escolha discreto usado para analisar a probabilidade de um indivíduo aceitar um emprego assalariado em horário parcial com duração entre 8 e 30 horas de trabalho semanal mas fazendo agora uma separação entre o período no qual a taxa de subsídio de desemprego parcial era de 25% e o período posterior à entrada em vigor do PEPS, a partir do qual esta taxa aumentou para 35%.

Analisando os resultados obtidos constata-se que a situação na profissão no trimestre anterior desempenha um papel relevante na explicação das transições. Tomando como referência o grupo dos indivíduos que possui um posto de trabalho, verifica-se que os desempregados são o grupo que revela maior probabilidade para aceitar um emprego em regime de horário parcial. O facto do desempregado ser beneficiário do subsídio de desemprego reduz esta probabilidade. No entanto, os resultados sugerem que este efeito de sinal negativo se tenha tornado menos expressivo na transição dos dois regimes, o que deverá ser o resultado das modificações introduzidas no subsídio de desemprego parcial. Assim as regras relativas ao subsídio de desemprego aprovadas em 2003 tiveram um efeito positivo na probabilidade de entrada no emprego assalariado em horário parcial.

Importa ainda realçar a existência de uma modificação no efeito exercido por diversos determinantes (e.g. escolaridade, condição perante o trabalho), o que sugere uma alteração do perfil dos indivíduos que escolhem empregos a tempo parcial, o que deverá motivar um estudo posterior mais aprofundado das dinâmicas de entrada do emprego a tempo parcial.

Tabela 6: Probabilidade de entrada no emprego assalariado a tempo parcial – comparação dos resultados para os subperíodos: 1999:III a 2003:I e 2003:II a 2006:IV

	TOTAL			
	<i>Sistema anterior a 2003</i>		<i>Sistema posterior a 2003</i>	
Características individuais				
Sexo feminino	0,48***	0,12	0,54***	0,20
Grupo etário <25 anos	0,15	0,10	0,47***	0,11
Grupo etário 55-65 anos	-0,12	0,11	-0,20	0,12
Casado	-0,18**	0,08	-0,17**	0,08
Filhos com idade igual ou inferior a 3 anos	0,10	0,11	0,34***	0,10
Filhos com idade entre 4 e 6 anos	0,03	0,12	0,18	0,11
Nacional	-0,56***	0,18	-0,64***	0,16
Escolaridade				
Ensino superior	1,67***	0,07	1,23***	0,08
Outros	Ref.		Ref.	
Condição perante o trabalho				
Empregado	Ref.		Ref.	
Desempregado à procura 1.º emprego	1,51***	0,18	1,02***	0,18
Desempregado à procura de novo emprego	1,28***	0,13	1,30***	0,11
Desempregado*Beneficiário subsídio desemprego	-1,10***	0,32	-1,02***	0,23
Estudante	0,06	0,12	-0,19	0,13
Reformado	-1,62***	0,29	-1,29***	0,29
Outro inactivo	-0,06	0,10	-0,23*	0,13
Região				
Norte	0,03	0,08	0,09	0,09
Centro	0,11	0,10	0,16	0,10
Lisboa	Ref.		Ref.	
Alentejo	0,08	0,11	-0,04	0,12
Algarve	-0,25**	0,12	-0,47***	0,14
Taxa de desemprego	0,14**	0,06	0,06	0,10
Constante	-5,96***	0,28	-5,92***	0,69
Número de observações	211.832		204.114	
Número de indivíduos	58.207		56.461	
Teste de Wald	1.138,06		786,20	
Log verosimilhança	-6.466,48		-5.855,75	
Critério de informação Akaike	12.982,96		11.759,50	
Teste de razão de verosimilhança de rho=0	46,52		19,09	

Nota: Em *itálico* são apresentados os desvios padrão robustos; *** A variável é significativa pelo menos a 1%; ** A variável é significativa pelo menos a 5%; * A variável é significativa pelo menos a 10%. Foram ainda incluídas *dummies* anuais relativas ao ano da entrevista.

2.6. Conclusões

Este estudo procura caracterizar os factores que aumentam a probabilidade de um indivíduo escolher um emprego em horário parcial, distinguindo-se a entrada no emprego por conta própria da entrada no emprego por conta de outrem. Conclui-se que o perfil dos indivíduos que optam por cada um destes percursos é diferente.

As mulheres, de escalões etários mais elevados, casadas e sem filhos com idade igual ou inferior a 6 anos, que completaram pelo menos o ensino superior, desempregadas, revelam maior propensão para aceitar um trabalho por conta própria em horário parcial. Por outro lado, no que se refere ao emprego assalariado (horário parcial), apesar de ser também eminentemente feminino, observa-se

maior probabilidade das transições serem realizadas por indivíduos mais jovens, não casados, que concluíram o ensino superior e em períodos de menor crescimento económico.

O emprego em regime de horário parcial tem vindo a assumir um peso cada vez maior no emprego dos países europeus. A sua importância tem sido reconhecida no âmbito das políticas de emprego que procuram aumentar as taxas de actividade femininas e das políticas que visam a flexibilização do mercado de trabalho, em particular procurando garantir que as empresas têm à sua disposição instrumentos que lhes permitam ajustar mais facilmente a dimensão da força de trabalho. Mais recentemente, o trabalho em regime de horário parcial é considerado também como solução de emprego para os indivíduos de escalões etários mais elevados e como forma de permitir uma reintegração mais rápida dos desempregados no mercado de trabalho.

Este estudo apresenta um contributo no âmbito desta última linha e avalia se o aumento do subsídio de desemprego parcial incentivou a escolha de empregos em regime de horário parcial pelos beneficiários de subsídio de desemprego. O subsídio de desemprego parcial foi introduzido no sistema de protecção social português em 1999 com o intuito de incentivar os beneficiários de subsídio de desemprego a aceitarem empregos a tempo parcial. Este subsídio é recebido quando o beneficiário celebra um contrato de trabalho que envolva um número de horas de trabalho que esteja entre 20% e 75% do período normal de trabalho. O subsídio é recebido durante o período de tempo durante o qual beneficiário teria direito ao subsídio de desemprego e é calculado através da fórmula: $\text{Subsídio de desemprego parcial} = (1 + \text{taxa}) * \text{subsídio de desemprego} - \text{Remuneração}$. No ano de 2003, perante o forte aumento da taxa de desemprego, o governo português decidiu aumentar a taxa associada ao subsídio de desemprego parcial de 25% para 35% (+10 p.p.). Procurámos avaliar se a subida desta prestação social motivou as transições de beneficiários do subsídio de desemprego para empregos assalariados a tempo parcial. As conclusões do estudo sugerem que o recebimento de subsídio de desemprego diminui a probabilidade de transição para um emprego em horário parcial. No entanto, o subsídio de desemprego parcial parece atenuar este efeito na medida em que o facto do indivíduo ser beneficiário de subsídio de desemprego penaliza mais a probabilidade de transição para um emprego a tempo parcial por conta própria do que a probabilidade de transição para um emprego a tempo parcial assalariado (que permite acesso ao subsídio de desemprego parcial). A evidência sugere que o aumento do subsídio de desemprego parcial teve um efeito positivo na probabilidade dos beneficiários aceitarem empregos por conta de outrem em regime de tempo parcial. Esta conclusão é importante em termos de política económica

na medida em que indicia que a modificação do sistema de benefícios afecta a probabilidade de escolha de empregos em regime de horário parcial, os quais poderão vir a adquirir um papel importante para alcançar os objectivos da Estratégia Europeia de Emprego, principalmente no ciclo 2008-2010 da Estratégia de Lisboa e ciclos posteriores.

Por outro lado, verifica-se que os motivos que levam os indivíduos do género masculino a entrarem no emprego a tempo parcial são diferentes dos observados entre as mulheres. Conclui-se por isso que o desenvolvimento de políticas que visam estimular este tipo de emprego deverá ter em conta as especificidades de cada género.

Anexo A - Variáveis explicativas usadas nos modelos econométricos

Sexo – *Dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo for do sexo feminino

Grupos etários – *Dummy* que reflecte o escalão etário do indivíduo. Foram considerados três escalões etários: idade inferior a 25 anos; idade entre 25 e 55 anos; e idade acima de 55 anos.

Casado – *Dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo for casado ou junto

Filhos0_3 – *Dummy* que assume o valor 1 no caso do indivíduo residir no mesmo alojamento com filhos com idade igual ou inferior a 3 anos.

Filhos4_6 – *Dummy* que assume o valor 1 no caso do indivíduo residir no mesmo alojamento com filhos com idade entre 4 e 6 anos.

Nacional – *Dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo tiver nascido em Portugal

Ensino superior – *Dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo ter concluído pelo menos a licenciatura.

Condição perante o trabalho – *Dummy* que assume o valor 1 em função da situação do indivíduo perante a actividade económica no período de referência. Consideraram-se as seguintes categorias:

Empregado – Indivíduo que no período de referência “efectuou um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração”, “tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego”, “tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica”; ou “estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência” (Inquérito ao Emprego, INE).

Desempregado – Indivíduo que, no período de referência, não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; e tinha procurado um trabalho.

Desempregado à procura de novo emprego - Indivíduo desempregado que já teve um emprego.

Desempregado à procura de primeiro emprego -Indivíduo desempregado que nunca teve emprego.

Inactivo - “Indivíduos que, no período de referência, não estava empregado, nem desempregado, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório” (INE).

Estudante – Indivíduo que, não tendo um emprego nem estando desempregado, se ocupa principalmente da frequência de um nível de ensino e de um curso formação ministrada num sistema de escolas, colégios, universidades e outras instituições de educação e ensino.

Reformado – “Indivíduo que, tendo cessado o exercício de uma profissão, por decurso de tempo regulamentar, por limite de idade, por incapacidade ou por razões disciplinares, beneficia de uma pensão de reforma” (INE).

Outro inactivo – Indivíduo inactivo que não tenha enquadramento nas categorias anteriores.

Desempregado_Beneficiário de subsídio de desemprego – Interacção entre a *dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo é desempregado, procurando um novo emprego e a *dummy* que assume o valor 1 no caso do desempregado estar a receber subsídio de desemprego.

Região - *Dummies* associadas à região de residência do indivíduo. Consideraram-se 5 regiões definidas de acordo com o nível 2 da NUTS - nova geografia (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve).

Taxa de desemprego - taxa de desemprego por género (dados trimestrais; NUTS II)

3. Os determinantes da entrada no auto-emprego: análise dos efeitos produzidos pelo aumento do escalão inferior de contribuição para a Segurança Social

3.1. Introdução

Um número crescente de estudos de natureza teórica e empírica tem analisado as dinâmicas de entrada no auto-emprego, trabalho por conta própria ou trabalho independente. O aumento da importância deste tema é explicado pelo crescimento sustentado da taxa de auto-emprego em vários países desenvolvidos (e.g. Reino Unido, Alemanha, EUA), pela dimensão dessa taxa e pela necessidade de avaliar os efeitos das políticas de fomento deste tipo de situação na profissão. Torna-se por isso relevante compreender que factores levam um indivíduo a abandonar um trabalho assalariado, desemprego ou inactividade para se estabelecer por conta própria.

Os governos dispõem de diversos instrumentos que influenciam a predisposição dos indivíduos para entrar no auto-emprego (e.g. o sistema de protecção social; o sistema fiscal; o salário mínimo; a legislação laboral; os procedimentos associados à criação de novas empresas; os subsídios para criação do próprio emprego). No entanto, poucos estudos focam a relação entre o sistema de protecção social e o trabalho por conta própria numa perspectiva microeconómica. A presente análise pretende dar um contributo neste domínio, avaliando se o facto de um indivíduo esperar pagar um valor mais elevado de contribuições para a segurança social desincentiva a decisão de optar pelo auto-emprego. Posteriormente, no capítulo 4 complementamos esta análise com uma avaliação da medida em que o aumento das contribuições para a segurança social afecta a duração ou risco de saída do auto-emprego.

Em Portugal, os trabalhadores independentes podem escolher o valor sobre o qual incide a taxa de contribuição para a segurança social. Em 2005, o Governo alterou os escalões de contribuição, aumentando o escalão mínimo (patamar no qual desconta a maioria dos trabalhadores por conta própria). Como consequência, a contribuição média destes trabalhadores à Segurança Social cresceu 37,3% de 2005 para 2006. Usando uma amostra construída a partir do IE, procuraremos aferir quais os efeitos desta medida na probabilidade de entrada no auto-emprego.

Na próxima secção será apresentada a revisão da literatura teórica e empírica sobre os determinantes da entrada no auto-emprego. Tendo presente este referencial, discutir-se-ão em particular os trabalhos que estabelecem a ligação entre o sistema de protecção social e a entrada no auto-emprego e analisar-se-ão as modificações introduzidas no sistema de Segurança Social

português pela revisão legislativa de 2005 à luz do modelo teórico relevante. Na secção 4.4, descrever-se-ão os dados e a abordagem econométrica. Os resultados serão apresentados na secção 4.5. Por fim, as conclusões deste estudo serão enunciadas.

3.2. Revisão da literatura

Tendo em conta o âmbito deste estudo importa focar os desenvolvimentos teóricos sobre a decisão de entrada numa actividade independente por oposição a outras alternativas. Em Boskin (1974) e, posteriormente, em Taylor (1999) esta escolha é analisada no quadro de uma comparação entre custos e benefícios esperados associados à condição de trabalhador assalariado por oposição à de trabalhador por conta própria. Os riscos e recompensas que os indivíduos consideram na determinação desta utilidade são de natureza financeira e não financeira (Verheul et al., 2002).

A percepção do custo de oportunidade das alternativas é condicionada pelas características individuais como o género, a idade, a nacionalidade, o nível de escolaridade, os antecedentes familiares e atitude face ao risco (Lucas, 1978; Kihlstrom e Laffont, 1979; Calvo e Wellisz, 1980; Fuchs, 1982; Borjas, 1986; Boyd, 1990; Lentz e Laband, 1990; Blanchflower e Meyer, 1994; Van Praag e Van Ophem, 1995; Cowling, 2000; Blanchflower et al., 2001; Cowling e Taylor, 2001; Casson, 2003); pelo capital financeiro e restrições de liquidez (Evans e Jovanovic, 1989; Holtz-Eakin et al., 1994b; Blanchflower e Oswald, 1998; Dunn e Holtz-Eakin, 2000); por variáveis relacionadas com a região na qual a actividade é desenvolvida (Spilling, 1996; Robson, 1998; Georgellis e Wall, 2000); por variáveis associadas ao percurso profissional do indivíduo, nomeadamente a experiência e a condição perante o trabalho antes da entrada no auto-emprego (Quinn, 1980; Long, 1982; Storey, 1982; Gill, 1988; Alba-Ramirez, 1994; Knight e McKay, 2000; Pfeiffer e Reize, 2000; Schuetze, 2000; Casson, 2003; Andersson e Wadensjö, 2006; Baumgartner e Caliendo, 2007); por factores de natureza institucional como o sistema de protecção social ou sistema fiscal (Blau, 1997; Casey e Creigh, 1988; Blanchflower e Oswald, 1991; Bosch et al., 1998; Centeno, 2000; Robson, 2003; Bruce e Schuetze, 2004; Carrol et al., 2004; Cullen e Gordon, 2002; Almus, 2004; Brouwer et al., 2005; Brouwer et al., 2005; Steinberg, 2005); e por variáveis relacionadas com o ciclo económico (Meager, 1992; Carrington et al., 1996).

Foram realizados vários estudos de natureza empírica que visaram caracterizar os determinantes da entrada no auto-emprego no âmbito de diversas economias, no conjunto das quais se destaca a economia americana (Blau, 1987; Evans e Leighton, 1989a; 1989b; Bregger, 1996), Reino Unido

(Hakim, 1988; Rees e Shah, 1996), Espanha (Carrasco, 1999), Canadá (Kuhn e Schuetze, 2001), Suécia (Andersson, 2006) e Suíça (Falter, 2001). Foi também elaborado um estudo comparativo da entrada no auto-emprego na economia espanhola e dinamarquesa (Carrasco e Ejrnaes, 2003).

De seguida serão apresentados os efeitos esperados das várias variáveis na probabilidade de entrada no auto-emprego de acordo a investigação empírica realizada.

3.2.1. O papel das características individuais

Os indivíduos possuem diferentes capacidades de gestão enquanto empreendedores (Lucas, 1978). Neste sentido, seriam os que tivessem maiores competências neste domínio que desenvolveriam actividades por conta própria. Kihlstrom e Laffont (1979) abandonam a hipótese de ~~homogeneidade na atitude perante o risco. A decisão de entrada no auto-emprego é formalizada~~ num contexto em que os agentes económicos ponderam o *trade-off* entre risco e rentabilidade esperada. Prevêem que a probabilidade de entrada no auto-emprego é mais elevada para os indivíduos menos avessos ao risco, os quais criariam também as empresas de maior dimensão. A introdução da atitude perante o risco na análise permite compreender a razão pela qual apesar do rendimento médio dos trabalhadores por conta própria ser superior ao dos assalariados nem todos escolhem ser trabalhadores independentes. Na medida em que o grau de disparidade do rendimento dos trabalhadores por conta própria é maior (Folkeringa e Vroonhof, 2002, 2004; Brouwer, 2005) apenas a forma como o indivíduo percepciona o risco pode determinar se o acréscimo de rendimento esperado é ou não suficiente para o fazer aceitar o risco adicional.

A evidência empírica (e.g. Cowling, 2000; Reynolds et al., 2001, 2002) aponta para uma composição do auto-emprego em que têm predominância os escalões etários mais elevados. As explicações avançadas para este padrão são várias. Em primeiro lugar, a probabilidade de um indivíduo mais velho possuir habitação própria e/ou ter recebido uma herança é maior. Para iniciar um negócio é necessário dispor de capital e o montante máximo de crédito passível de ser obtido junto das instituições financeiras está directamente relacionado com o colateral que o indivíduo pode oferecer. Um património mais extenso facilita a obtenção do capital necessário para iniciar um negócio. Van Praag e Van Ophen (1995) deduzem que o facto do indivíduo deter capital aumenta as oportunidades de entrada no auto-emprego justificando assim a importância dos escalões etários mais elevados neste conjunto. Em segundo lugar, uma fracção dos trabalhadores assalariados próxima da idade de reforma pode percepcionar o trabalho independente como solução para evitar a reforma compulsória existente nalguns sectores de actividade e manter-se

assim em actividade. Por outro lado, o trabalho por conta própria pode funcionar como uma reforma parcial. Quinn (1980) observou que a variância das horas trabalhadas pelos trabalhadores independentes é superior que a dos assalariados, o que dá robustez à perspectiva de que o grupo dos trabalhadores independentes é heterogéneo, composto por indivíduos que entram no auto-emprego por motivos variados. Em terceiro lugar, os indivíduos mais velhos têm mais experiência e um conhecimento superior dos sectores de actividade o que pode favorecer a sobrevivência dos seus projectos e lhes dá maior capacidade para identificar oportunidades de negócio (Calvo e Wellisz, 1980). Os factores relacionados com a idade que não favorecem o empreendedorismo e a entrada em novas actividades são a maior aversão ao risco e a menor disponibilidade física (esta questão é relevante porque um trabalhador independente trabalha, em média, mais horas que um ~~trabalhador assalariado~~). ~~Van Praag e Van Ophem (1995) e Blanchflower e Oswald (2001)~~ concluem que os indivíduos mais jovens revelam maior disponibilidade para prosseguir oportunidades de negócio. O principal constrangimento para que esta disponibilidade se concretize é a falta de oportunidades, em grande medida explicada pelas restrições de capital.

Desenvolvendo a abordagem de Jovanovic (1982) de que os indivíduos aprendem sobre as suas competências através da experiência, Evans e Leighton (1989b) encontram uma relação positiva entre a existência de experiências de auto-emprego no percurso profissional do indivíduo e a probabilidade deste se estabelecer por conta própria.

No âmbito da relação entre a entrada no auto-emprego e o nível de escolaridade formal há várias dimensões a considerar. Em primeiro lugar, os mais qualificados têm mais oportunidades de emprego assalariado mas são também os que tendem a revelar maior capacidade para identificar novas oportunidades de negócio. Por outro lado, as competências que aumentam a qualidade de um trabalhador por conta de outrem não são as mesmas que potenciam o sucesso de um empreendedor (Casson, 2003). Uma elevada escolaridade não é suficiente para garantir que um indivíduo seja um bom empreendedor ao contrário do que acontece com os trabalhadores por conta de outrem. Esta é uma diferença importante no papel que a educação assume enquanto determinante do desempenho de um trabalhador assalariado e de um trabalhador independente. Nos estudos empíricos realizados são predominantes os que encontram uma relação positiva entre nível de escolaridade e a entrada no auto-emprego. No entanto, diversos trabalhos apontam na direcção contrária (ver Parker (2004) para uma listagem exaustiva dos estudos em que esta questão foi abordada).

O estado civil dos trabalhadores independentes é outra dimensão que pode condicionar a decisão de entrada no auto-emprego. Por um lado, a existência de um cônjuge aumenta a dimensão do património do empreendedor, o que permite a criação de uma escala de negócio superior. Em segundo lugar, o cônjuge pode vir a participar no negócio e será um trabalhador que apresenta menor probabilidade de desenvolver acções que possam ir contra os melhores interesses do negócio (Borjas, 1986), ou seja, o problema de risco moral é menor. Adicionalmente, numa situação em que o trabalhador independente enfrente dificuldades, o rendimento do cônjuge pode ser usado para garantir a solvabilidade do negócio durante mais tempo. Por último, sendo a idade média dos trabalhadores independentes mais elevada que a dos trabalhadores por conta de outrem, é mais provável serem casados e terem filhos. Long (1982), Taylor (1996), Holtz-Eakin et al. (1994b) e Schuetze (2000) encontraram uma associação positiva entre o facto dos indivíduos serem casados e a probabilidade de entrada no auto-emprego. As excepções são os estudos de Boyd (1990), Gill (1988) e Cowling (2000). O segundo não encontrou relação entre as variáveis e os restantes encontram uma relação de sinal negativo. Um outro factor relacionado com o estado civil é o facto do indivíduo ter filhos. As responsabilidades familiares tendem a aumentar o grau de aversão ao risco do indivíduo, levando a uma selecção mais criteriosa dos projectos desenvolvidos.

O facto do indivíduo ter pais que tenham desenvolvido actividades por conta própria é apontado como um aspecto importante para explicar a propensão para o auto-emprego. Evans e Leighton (1989b) e Dunn e Holtz-Eakin (2000) referem que a probabilidade de opção por este percurso é superior quando o indivíduo tem familiares empreendedores. A explicação para esta evidência poderá estar no facto dos pais passarem valores e parte dos seus conhecimentos aos filhos, aumentando assim o potencial dos seus descendentes enquanto empreendedores, o que favorece a probabilidade destes serem mais bem sucedidos. Dunn e Holtz-Eakin (2000) verificam que, nos EUA, a idade de entrada no auto-emprego diminui se o indivíduo tiver um pai empreendedor e Lentz e Laband (1990) observam que estes trabalhadores independentes auferem um rendimento superior à média.

O trabalho independente tem características que potenciam a sua escolha por pessoas que revelam dificuldades de integração no mercado de trabalho devido, por exemplo, à incapacidade de dominar correctamente a língua e costumes (e.g. algumas minorias étnicas), a estados de saúde que gerem limitações físicas e/ou psíquicas ou a algum tipo de deficiência. Esta perspectiva de que o grupo dos trabalhadores independentes compreende os indivíduos que têm dificuldade em serem

integrados ou em se integrar (*misfits*) recebeu um forte contributo de Evans e Leighton (1989b) e, posteriormente, de Carrasco (1999), Knight e McKay (2000) e Uusitalo (2001), os quais demonstram a existência de uma correlação positiva entre o número de episódios de desemprego e a probabilidade de entrada no auto-emprego (o número de episódios de desemprego anteriores é tomado como uma *proxy* da dificuldade de integração do indivíduo). A justificação para esta preferência pelo trabalho independente está relacionada com a maior flexibilidade que esta situação na profissão possibilita (Quinn, 1980). O baixo custo de oportunidade derivado das poucas alternativas de trabalho assalariado existentes para alguns destes indivíduos pode também favorecer a opção por esta trajectória. No entanto, o desenvolvimento de uma actividade independente está normalmente associado a níveis superiores de *stress* e horas de trabalho (e.g. Casey e Creigh, 1988; Bregger, 1996; Carrington, et al. 1996; Kuhn e Schuetze, 2001), o que reduz a possibilidade de ser escolhida por pessoas numa situação de doença ou incapacidade. Ainda relativamente a estes últimos, a sua decisão será também afectada pela comparação entre o grau de cobertura na eventualidade de doença e invalidez oferecido pelo sistema de protecção social aos trabalhadores independentes e trabalhadores por conta de outrem. Nos países em que os benefícios dos trabalhadores independentes sejam mais limitados do que os dos assalariados, há um incentivo para que estes indivíduos optem pelo trabalho assalariado porque conseguem transferir parte dos seus encargos para a empresa ou para a segurança social. Quinn (1980), Fuchs (1982), Borjas (1986) e Cowling e Taylor (2001) favorecem uma associação positiva entre situações de doença e deficiência e a escolha de uma actividade independente. No entanto, Rees e Shah (1986) e Gill (1988) estimaram uma relação de sinal negativo.

3.2.2. A relevância dos activos financeiros

O estudo do papel que a riqueza assume na entrada numa actividade independente é um dos aspectos mais analisados na literatura económica sobre esta decisão. Um negócio próprio exige disponibilidade de meios, os quais, em virtude do sistema de garantias adoptado pelas instituições bancárias, se encontram limitados pelo património de quem requer o empréstimo. A justificação para que isto aconteça deriva do facto do crédito máximo que pode ser obtido num banco estar condicionado pelo colateral oferecido. Evans e Jovanovic (1989), Evans e Leighton (1989a) e Blanchflower e Oswald (1998) demonstram que aqueles que possuem maior riqueza revelam uma probabilidade mais elevada de desenvolver uma actividade independente.

3.2.3. Factores de natureza macroeconómica

A relação entre auto-emprego e o andamento do ciclo económico recebeu, na última década, elevada atenção pela sua pertinência em termos de política económica. Diversos estudos procuram analisar de que modo as oscilações nas taxas de desemprego se repercutem na opção pelo desenvolvimento de uma actividade por conta própria.

A utilização de medidas e programas de estímulo à criação do próprio emprego pelos desempregados tem para os decisores políticos duas dimensões positivas, uma de natureza directa e outra de natureza indirecta. A primeira relacionada com o facto de que quando um desempregado inicia uma actividade por conta própria, contribui para a diminuição da taxa de desemprego. A segunda associada ao facto de algumas destas novas empresas poderem vir a criar mais postos de trabalho. No entanto, a avaliação dos efeitos líquidos destas políticas deverá ter em conta a probabilidade de sucesso dos negócios desenvolvidos pelos desempregados. Esta questão é pertinente para ponderar o esquema de apoios que lhes são concedidos.

Num período de recessão económica, o número de vagas de trabalho assalariado disponíveis é menor. Nesse sentido, a entrada no auto-emprego tem um custo de oportunidade inferior, aumentando a probabilidade desta via ser escolhida pelo indivíduo (*unemployment push*). No entanto, um negócio iniciado num período de crise económica tem menor probabilidade de ser bem sucedido, tornando-se por isso mais arriscado. Nesta fase do ciclo, as empresas enfrentam mais dificuldades devido ao abrandamento da procura, o que tenderá a afectar com maior intensidade as empresas em início de actividade. A menor probabilidade de sucesso do negócio afasta alguns desempregados desta via (*unemployment pull*).

A influência do ciclo económico na probabilidade de entrada no auto-emprego depende de qual dos dois efeitos é dominante (*unemployment pull* ou *unemployment push*). Os estudos que abordam a entrada no auto-emprego avaliam normalmente o sinal desta relação. Os resultados apontam em direcções distintas. Em termos absolutos, a probabilidade de um trabalhador por conta de outrem iniciar uma actividade por conta própria é superior à de um desempregado (Storey, 1982; Hakim, 1988, 1989; Evans e Leighton, 1989b; Meager, 1992). Cowling e Taylor (2001) concluíram que, de um ano para o outro, a maior parte dos desempregados permanece nessa condição ou então inicia um trabalho assalariado, o que significa que a entrada no auto-emprego dos desempregados é uma solução de último recurso. No que respeita à análise do impacto do ciclo económico na decisão de constituição de uma actividade por conta própria, Evans e Leighton (1989b), Alba-Ramirez (1994)

e Carrasco (1999) apontam para que a entrada dos desempregados no auto-emprego seja mais elevada nos períodos de expansão económica. A evidência recolhida por Blanchflower e Oswald (1991) e Taylor (1996) sustenta precisamente o contrário (predomínio do *pull effect*).

Os estudos de natureza macroeconómica favorecem a existência de uma correlação positiva entre taxa de desemprego e taxa de auto-emprego, o que sugere que o efeito *unemployment push* é mais forte que o efeito *unemployment pull*.

3.2.4. Factores de natureza regional

Na maioria dos países existem diferenças consideráveis nas taxas regionais de auto-emprego, as quais tendem a persistir no tempo. As explicações avançadas para esta assimetria incluem os preços praticados no mercado imobiliário (Robson, 1998) e factores de natureza histórica e cultural (Reynolds et al., 1994; Spilling, 1996; Georgellis e Wall, 2000). Um contexto no qual o empreendedorismo seja valorizado e no qual o fracasso de uma actividade independente seja percebido como natural contribui para fomentar o empreendedorismo (OCDE, 1998). No entanto, a análise do papel assumido pelos factores regionais enquanto determinantes da entrada no auto-emprego carece de maior desenvolvimento teórico e empírico.

3.2.5. As variáveis de política económica

Os instrumentos de política económica que condicionam a utilidade que os indivíduos atribuem a cada escolha ocupacional, influenciando as transições que ocorrem no mercado de trabalho, são vários. No conjunto dos mais importantes inscrevem-se: o sistema de protecção social; o sistema fiscal; o salário mínimo; a legislação laboral; o nível de burocracia associado à criação de novas empresas; e os subsídios à criação do próprio emprego ou empresa. Uma atenção especial ao fomento do empreendedorismo entre os jovens (ver Schoof (2006) para uma análise detalhada dos factores de bloqueio do desenvolvimento de actividades por conta própria pelos jovens e enunciação de soluções para os ultrapassar). Neste contexto, a educação assume-se como uma das áreas com maior potencial para promover a escolha do auto-emprego por indivíduos de escalões etários mais baixos.

A diferença no tratamento tributário dos rendimentos dos trabalhadores assalariados e dos trabalhadores independentes foi referida por Blau (1987) como factor explicativo do aumento das taxas de auto-emprego na economia norte-americana. Schuetze (2000) sugere que a subida das taxas marginais de imposto sobre o rendimento incentiva as actividades por conta própria em

detrimento do trabalho assalariado. A justificação para esta relação positiva avançada por estes economistas está relacionada com o facto de ser mais fácil para os trabalhadores independentes subdeclararem os seus rendimentos, o que lhes permite pagar menos impostos. Carroll et al. (2000), Cullen e Gordon (2002) e Bruce e Schuetze (2004) mostram que o número de indivíduos que escolhem actividades independentes aumenta quando os rendimentos pessoais são tributados com taxas relativamente mais elevadas que as aplicadas aos rendimentos empresariais.

As regulamentações e os procedimentos burocráticos associados à criação de uma empresa e posteriormente ao desenvolvimento da actividade corrente também condicionam os níveis de auto-emprego. Fonseca et al. (2001) mostram que nos países em que os custos de entrada são mais elevados, a taxa de entrada no auto-emprego é menor.

Nalguns países (e.g. Alemanha, Portugal) são atribuídos subsídios aos desempregados para criação do próprio emprego. O recebimento deste montante financeiro fomenta a entrada no auto-emprego por aqueles que não conseguem encontrar um emprego assalariado que ofereça um salário superior ao seu salário de reserva e/ou que requeira o seu tipo de competências. Os efeitos da atribuição destes subsídios foram analisados por Pfeiffer e Reize (2000), Almus (2004), Baumgartner e Caliendo (2007). Ao contrário do primeiro, os outros dois estudos apontam para um impacto positivo deste tipo de medidas no crescimento do emprego e para que estes apoios sejam uma solução para o problema inicial de desemprego dos seus beneficiários.

A questão do salário mínimo e da legislação de protecção ao emprego é focada sob dois prismas. Em primeiro lugar, relacionada com os indivíduos que ponderam a entrada no auto-emprego enquanto empregadores. Quer o salário mínimo quer uma maior protecção no emprego aumentam os custos esperados associados à contratação de trabalhadores assalariados. Ambos podem induzir uma diminuição da rentabilidade de um projecto empresarial. Estes efeitos serão sentidos principalmente pelas pequenas empresas que tendem a ser mais trabalho intensivas. Em segundo lugar, se o salário mínimo for fixado num nível superior ao que seria estabelecido pelo mercado, existirá um excesso de oferta de trabalho. Os desempregados que não consigam encontrar uma colocação podem vir a considerar estabelecer-se por conta própria. Blau (1987) com base em dados agregados relativos à economia dos EUA relativamente ao período de 1948-1982 encontrou uma evidência relativamente fraca da existência de uma relação entre salário mínimo e taxa de auto-emprego. Por outro lado, Bosma et al. (2005) concluem que as taxas de auto-emprego são superiores nos países em que a protecção no emprego é inferior.

A explicação das taxas de auto-emprego está também relacionada com o grau de desenvolvimento da rede pública de instituições de ensino bem como da rede de instituições que prestam cuidados continuados. Nos países em que a oferta destes serviços é reduzida e em que os preços de acesso a tais equipamentos sejam elevados podem ocorrer mais entradas no auto-emprego por parte daqueles que pretendem compatibilizar a necessidade de dar apoio a familiares mais jovens e/ou mais idosos com uma actividade profissional que lhes proporcione um determinado nível de rendimento. A dimensão deste efeito será tanto maior quanto mais reduzidas forem as possibilidades de trabalho assalariado em regime de tempo parcial.

A questão da relação entre o sistema de protecção social e o desenvolvimento de actividade por conta própria será analisada na próxima secção.

3.3. A relação entre sistema de protecção social e auto-emprego

Na literatura, esta temática é principalmente analisada numa perspectiva macroeconómica, explorando os efeitos do nível de contribuição para a segurança social na entrada no auto-emprego pelos custos que impõe ao novo empregador. Steinberger (2005) concluiu que um nível mais elevado de contribuição teria um efeito negativo na taxa de auto-emprego. Brouwer et al. (2005), com base em dados agregados, sugerem que nos países em que a protecção social oferecida aos trabalhadores por conta de outrem é mais elevada, a taxa de auto-emprego é menor. Tal seria consequência dos encargos que esta protecção acarreta para o empregador. No entanto, não encontram evidência de que os níveis de protecção relativa dos trabalhadores por conta própria face aos trabalhadores por conta de outrem expliquem essas taxas.

Blau (1987) procura explicar a tendência de longo prazo de aumento das taxas de auto-emprego através de um conjunto de dimensões nas quais engloba o sistema de protecção social. Neste estudo, os efeitos da segurança social são equacionados principalmente ao nível dos trabalhadores que se encontravam perto da idade de reforma.

Bosch et al. (1998) exploram esta relação com base nas respostas a um inquérito realizado a indivíduos que abandonaram um trabalho por conta de outrem para se estabelecerem por conta própria sobre as barreiras à entrada com que se haviam deparado. A incerteza sobre o rendimento e a Segurança Social foram factores aos quais os indivíduos atribuíram maior importância.

Brouwer et al. (2005) procuram avaliar se existe uma associação entre a entrada no auto-emprego e a cobertura oferecida pelo sistema de protecção social na eventualidade de doença e desemprego.

Concluem que quando o sistema de protecção social oferece taxas de reposição do rendimento elevadas nas eventualidades de doença e desemprego, estas funcionam como um incentivo à escolha do trabalho assalariado em detrimento do auto-emprego.

À luz do modelo de escolha ocupacional, o sistema de protecção social é um dos factores a ter em conta na determinação da situação profissional em duas situações:

- Quando as taxas de contribuição para a segurança social são distintas para os dois grupos. No caso dos trabalhadores por conta de outrem há uma repartição dos encargos entre o trabalhador e o empregador. No caso dos trabalhadores independentes, estes suportam ambas as partes, pelo que a taxa de contribuição é, por regra, superior;
- Quando a protecção social oferecida aos trabalhadores por conta de outrem e por conta própria forem distintas, diferindo nos riscos cobertos e/ou na duração da cobertura dada.

Os custos mais elevados, a protecção de menos riscos e/ou por menos tempo favorecem a escolha do trabalho assalariado.

Vejamos de que modo esta questão se coloca no contexto da economia portuguesa. Os trabalhadores independentes são abrangidos pelo regime geral de protecção social podendo escolher o esquema alargado, no âmbito do qual a taxa de contribuição é 32%, ou o esquema obrigatório no qual a taxa de contribuição é 25,4%. Em qualquer dos sistemas, as taxas de contribuição são superiores à dos trabalhadores por conta de outrem (11%).

A opção pelo regime alargado permite aos trabalhadores independentes terem uma protecção muito similar à dos trabalhadores por conta de outrem. As diferenças residem no facto dos primeiros não disporem de protecção no desemprego e do subsídio de doença lhes ser atribuído por um período mais curto do que aos trabalhadores assalariados (365 dias e 1095 dias, respectivamente).

O escalão de rendimentos sobre o qual incide a taxa de contribuição dos trabalhadores independentes é escolhido pelos próprios de um conjunto de 10 possibilidades¹³. Em 2005, o Governo através do Decreto-lei nº 119/2005, de 22 de Julho, modificou os escalões após constatar que as contribuições dos trabalhadores independentes eram calculadas a partir escalões de rendimento “pouco aproximados das remunerações efectivamente auferidas”. Nesse sentido, o

¹³ Neste contexto é possível que um indivíduo que deixe um trabalho assalariado por uma actividade por conta própria pague um montante inferior de contribuição à segurança social por que escolheu uma base de incidência mais reduzida. No entanto, o valor actualizado dos benefícios que receberá ao longo da vida é menor. Conclui-se assim que a protecção social é mais dispendiosa para os trabalhadores independentes do que para os trabalhadores assalariados.

governo elevou o escalão mais baixo do valor da retribuição mínima mensal para 1,5 do valor dessa retribuição.

As estatísticas da Segurança Social mostram que, entre 2005 e 2006, o valor médio da contribuição paga pelos trabalhadores independentes aumentou 37,3% de 96,32€ para 132,29€, respectivamente. Apesar da assimetria que se observa ao nível das contribuições dos indivíduos do sexo feminino e masculino, o aumento que se verificou foi idêntico nos dois grupos. Nos indivíduos do sexo masculino, a contribuição média passou de 78,59€ para 107,77€ (+37,13%), enquanto nos indivíduos do sexo feminino, a contribuição média aumentou de 122,04€ para 164,65€ (+34,91%).

Estes valores sugerem que os trabalhadores independentes tendem a seleccionar o escalão mínimo de contribuição para a segurança social. Nesse sentido, a elevação desse patamar diminui a remuneração líquida mensal esperada pela maioria dos que equacionam tornar-se trabalhadores independentes¹⁴. Mantendo-se constante a distribuição de oportunidades de trabalho assalariado, haverá alguns indivíduos que optarão por essa via em vez de entrarem no auto-emprego.

Importa notar que os efeitos esperados são diferentes consoante estejamos a considerar trabalhadores independentes por necessidade ou por oportunidade. O impacto nos primeiros deverá ser menos expressivo do que nos segundos já que as suas alternativas de emprego são mais reduzidas. Nas secções seguintes procuraremos aferir da magnitude dos efeitos deste aumento na decisão de um indivíduo optar pela actividade independente.

3.4. Dados e abordagem econométrica

Para analisar os determinantes da probabilidade da entrada no auto-emprego e avaliar o impacto da subida do escalão inferior de contribuição para a segurança social serão usados os microdados do IE relativos ao período de tempo 1999:I – 2006:IV.

Na amostra foram considerados os indivíduos que tinham um emprego por conta de outrem como actividade principal, os desempregados e os inactivos, residentes em Portugal continental, com idade compreendida entre 16 e 65 anos¹⁵. Em virtude da sazonalidade associada a algumas das

¹⁴ O aumento da contribuição provoca uma subida nas compensações futuras. No entanto, o facto dos trabalhadores independentes estarem a escolher o patamar mínimo de contribuição sugere que no seu problema de decisão intertemporal o factor de desconto é elevado, ou seja, atribuem muito mais relevância ao período presente do que ao futuro. Nesse sentido, o aumento da contribuição actual deverá ter efeitos mais expressivos nos problemas de decisão dos potenciais trabalhadores independentes do que se as taxas de desconto fossem mais baixas.

¹⁵ Foram excluídos da análise os indivíduos que se encontravam a fazer o serviço militar obrigatório.

actividades do sector primário, este sector não foi considerado (com excepção da indústria extractiva).

Foram desenvolvidas duas análises distintas. A primeira em que se considera apenas a transição para o auto-emprego, não fazendo distinção entre a condição de trabalhador independente empregador e isolado. Neste caso, a variável dependente (y_i) assume os seguintes valores:

$y_i=0$ se o indivíduo não entra no auto-emprego;

$y_i=1$ se o indivíduo passa a ser trabalhador independente.

A segunda em que se distingue a transição para uma situação de trabalhador independente isolado e empregador pelo que a variável dependente (z_i) assume os seguintes valores:

$z_i=0$ se o indivíduo não entra no auto-emprego;

$z_i=1$ se o indivíduo passa a ser trabalhador independente isolado;

$z_i=2$ se o indivíduo passa a ser empregador.

Estes modelos foram estimados controlando a possibilidade de existir heterogeneidade não observada através da consideração de efeitos aleatórios.

No que respeita às variáveis explicativas, toda análise foi desenvolvida considerando os valores relativos ao trimestre anterior, ou seja, admite-se que, se no período t ocorreu uma transição então os factores explicativos da mesma encontram-se nos valores que as variáveis consideradas assumiam no período $t-1$. A justificação para esta hipótese reside no facto dos valores que as covariáveis assumem no período t já são uma consequência da escolha feita pelo indivíduo, não podendo por isso ser considerados causas dessa decisão (Meyer, 1990; Johansson, 2000).

As variáveis consideradas repartem-se em cinco grupos: características individuais (idade, sexo, escolaridade, estado civil, o facto do cônjuge ser trabalhador independente, o facto do cônjuge estar desempregado, coabitação com filhos menores); variáveis relacionadas com o percurso profissional do indivíduo (condição perante o trabalho, sector de actividade, profissão, ocupação); região de residência; variáveis macroeconómicas (taxa de desemprego) e de natureza institucional (sistema de segurança social)¹⁶. Todas as covariáveis podem variar ao longo do tempo.

¹⁶ Apesar de ter sido efectuada a experiência de incluir a taxa de auto-emprego e a densidade populacional das regiões no modelo, estas variáveis não eram estatisticamente significativas, pelo que não foram englobadas na especificação apresentada. No que respeita aos níveis de escolaridade, estes foram inicialmente definidos com um número mais elevado de categorias mas como algumas não eram significativas, procedeu-se a reagrupamentos.

A amostra integra 130.408 indivíduos, 61,27% dos quais trabalhadores por conta de outrem, 33,68% inactivos e 5,05% desempregados. No período, foram observadas 1.433 transições para uma situação de trabalho independente isolado e 329 indivíduos passaram a ser empregadores. As estatísticas descritivas da amostra são apresentadas na Tabela 7. No painel, cerca de 52,91% dos indivíduos são do sexo feminino, 60,67% são casados, 33,24% têm filhos menores, 94,28% nasceram em Portugal e 8,66% tem um cônjuge que é trabalhador independente. No que toca ao nível de escolaridade, 75,45% dos indivíduos completaram o ensino básico ou um nível inferior.

O peso do sector industrial é mais elevado no grupo dos desempregados e inactivos do que no grupo dos empregados. Cerca de 37,28% dos trabalhadores por conta de outrem desenvolvem a sua actividade profissional no âmbito do sector secundário. No entanto, a proporção de desempregados e inactivos que perderam o seu emprego neste sector é de 43,92% e 43%, respectivamente. Ao nível das ocupações, verifica-se que os trabalhadores não qualificados estão mais representados no conjunto dos desempregados e inactivos (54,60% e 59,99%, respectivamente) do que no grupo dos trabalhadores por conta de outrem (50,56%).

O salário é a principal fonte de rendimento da quase totalidade dos indivíduos empregados (97,06%). No grupo dos inactivos, uma proporção relativamente elevada está numa situação de dependência financeira (45,14%) e outra recebe pensão ou reforma (30,62%). A maior parte dos desempregados revela não possuir recursos para garantir a sua subsistência (50,39%) enquanto 34,42% encontra nos subsídios associados ao desemprego a sua principal fonte de rendimento.

A matriz de transições (Tabela 8) mostra que ao longo do período cerca de 56,7% dos indivíduos que iniciaram uma actividade independente eram, no semestre anterior a essa transição, trabalhadores por conta de outrem, 15,66% eram desempregados e 27,68% eram inactivos. A preponderância dos trabalhadores por conta de outrem nos indivíduos que se tornam empregadores é ainda mais expressiva, cifrando-se nos 68%.

Tabela 7: Estatísticas descritivas da amostra usada para avaliar os efeitos do aumento do escalão inferior de contribuição para a segurança social dos trabalhadores independentes (1999:I-2006:IV)

Variável	Total	Empregados	Desempregados	Inativos
Características individuais				
Idade (anos)	39,03	38,67	35,96	40,15
Sexo feminino (%)	52,91	47,42	53,3	62,84
Casado (%)	60,67	66,79	52,66	50,74
Filhos com idade inferior a 18 anos (%)	33,24	43,3	33,59	14,89
Nacional (%)	94,28	93,89	92,09	95,31
Cônjuge – trabalhador independente (%)	8,66	8,79	5,91	8,84
Capital humano				
Escolaridade (%)				
Sem escolaridade	7,03	3,70	4,19	13,77
Básico	68,15	65,97	72,53	65,97
Secundário	13,89	13,89	12,19	16,19
Superior	10,94	10,94	11,08	4,08
Variáveis financeiras				
Principal tipo de rendimento (%)				
Salário	60,24	97,06		
Reforma	10,41	0,47	1,28	30,62
Subsídio de desemprego e outros subsídios relacionados com o desemprego; Rendimento mínimo garantido	3,8	0,43	34,42	5,41
Rendimentos de capital	0,59	0,33	1,53	0,96
Rendimentos do trabalho em espécie, ajudas em espécie ou dinheiro, esmolas	6,91	0,65	12,39	17,87
Dependente da família ou particulares	18,05	1,04	50,39	45,14
Percorso profissional				
Condição perante o mercado de trabalho (%)				
Empregado	62,05			
Desempregado	5,11			
Estudante	11,40			
Doméstico	8,76			
Reformado	7,84			
Outro inactivo	4,84			
Número de empregos	1,7	2,1	1,9	0,97
Ocupação (%)				
Quadro superior	3,09	2,59	3,27	4,75
Quadro intermédio	16,00	18,26	10,91	9,55
Pessoal administrativo	12,20	12,69	12,81	10,39
Pessoal dos serviços/vendedores	15,91	15,90	18,41	15,33
Trabalhador não qualificado	52,80	50,56	54,60	59,99
Sectores de actividade (%)				
Indústrias extractivas	1,02	0,86	0,77	1,59
Indústrias transformadoras; sector energético e construção	37,84	36,42	43,15	41,41
Comércio	13,73	13,84	16,63	12,67
Alojamento e restauração	6,47	5,74	10,80	7,92
Transportes, armazenagem e telecomunicações	4,73	4,62	4,15	5,22
Actividades financeiras e imobiliárias	6,62	6,89	7,29	5,55
Administração Pública	8,44	9,22	3,29	7,02
Educação	7,18	8,30	4,33	4,08
Saúde e acção social	6,54	7,54	3,84	3,78
Outros serviços	3,12	3,19	3,69	2,72
Actividades das famílias com empregados domésticos e de produção das famílias	4,31	3,37	2,07	8,05
Número total de observações	479.239	297.355	24.486	157.398

Tabela 8: Matriz de transições para o auto-emprego

Situação na profissão antes da transição	Trabalhador independente		Total
	Isolado	Empregador	
Trabalhador por conta de outrem	772	223	995
Desempregado	244	31	275
Inactivo	412	74	486
Total	1.438	328	1.756

3.5. Resultados obtidos da estimação econométrica

O primeiro elemento da análise econométrica desenvolvida centrou-se no estudo da probabilidade de entrada no auto-emprego. Para tal estimou-se um modelo *logit* em que se considerou um único risco, em que a variável dependente assumiu o valor 1 se a transição para o auto-emprego ocorresse. Posteriormente, foi estimado um modelo multinomial *logit* em que se dividiram as transições para o auto-emprego em função do indivíduo ter ou não contratado trabalhadores por conta de outrem, ou seja, de se ter tornado empregador ou trabalhador independente isolado. Numa primeira fase, os modelos foram estimados com base na amostra completa mas posteriormente consideraram-se apenas alguns subconjuntos (género masculino, género feminino, trabalhadores por conta de outrem).

Na Tabela 9 são apresentados os resultados obtidos da estimação dos dois modelos a partir da amostra completa. Das várias características individuais consideradas, a evidência empírica sugere que o género é das dimensões que mais influencia a escolha deste tipo de situação na profissão. Apesar da taxa de desemprego das mulheres se ter mantido acima da masculina durante todo o período e das mulheres serem alvo de discriminação no mercado de trabalho, nomeadamente em termos de remunerações, a probabilidade de um indivíduo do género feminino entrar no auto-emprego é bastante inferior à dos indivíduos do género masculino.

Os indivíduos de escalões etários mais elevados apresentam maior risco de se tornarem trabalhadores independentes. Importa notar que o efeito exercido pela idade na probabilidade de entrada no auto-emprego não é linear. Este resultado é consistente com estudos empíricos anteriormente realizados (Blanchflower e Meyer, 1994; Carrasco, 1999; Falter, 2001; Carrasco e Ejrnaes, 2003; Andersson e Wadensjö, 2006).

Tabela 9: Probabilidade de entrada no auto-emprego (1999:I-2006:IV)

	(1)		(2)			
			Modelo multi-riscos			
	Entrada no auto-emprego		Entrada no auto-emprego (isolado)		Entrada no auto-emprego (empregador)	
Características individuais						
Sexo feminino	-0,73***	0,13	-0,67***	0,14	-0,97***	0,29
Idade	0,07***	0,02	0,07***	0,02	0,06	0,04
Idade ² /100	-0,10***	0,02	-0,10***	0,02	-0,11**	0,05
Casado	0,10	0,08	0,01	0,09	0,61***	0,22
Filhos com idade inferior a 18 anos	0,15**	0,07	0,13*	0,07	0,20	0,15
Cônjuge – Trabalhador independente	0,87***	0,07	0,74***	0,08	1,30***	0,14
Cônjuge – Não empregado	0,12	0,08	0,10	0,09	0,22	0,18
Condição perante o trabalho						
Empregado	Ref.		Ref.		Ref.	
Desempregado	1,37***	0,07	1,50***	0,08	0,71***	0,21
Inactivo	0,44***	0,07	0,49***	0,08	0,27	0,17
Capital Humano						
Educação – Básico e sem escolaridade	Ref.		Ref.		Ref.	
Educação – Secundário ou Superior	-0,39***	0,08	-0,27***	0,09	-0,78***	0,17
Ocupação						
Quadros superiores e intermédios	0,44***	0,08	0,35***	0,09	0,67***	0,16
Pessoal administrativo e similares; Pessoal dos serviços e vendedores	Ref.		Ref.		Ref.	
Operários, artífices e trabalhadores similares; Trabalhadores não qualificados	-0,08	0,07	0,10	0,08	-0,83***	0,16
Variáveis regionais - Região de residência						
Norte	Ref.		Ref.		Ref.	
Centro	-0,09	0,07	-0,06	0,08	-0,23	0,17
Lisboa	-0,17**	0,07	-0,13*	0,08	-0,34**	0,17
Alentejo	-0,30***	0,09	-0,39***	0,10	0,01	0,18
Algarve	-0,23***	0,09	-0,26***	0,10	-0,13	0,19
Variáveis Macroeconómicas						
Taxa de desemprego	0,22***	0,06	0,24***	0,07	0,18	0,14
Sectores de actividade						
Indústria	-0,04	0,06	-0,11	0,07	0,26*	0,14
Serviços	Ref.		Ref.		Ref.	
Segurança Social						
Sistema Segurança Social 2005	0,09	0,16	0,13	0,18	-0,06	0,37
Constante	-8,42***	0,53	-8,80***	0,58	-9,47***	1,22
Número de observações	406.171		406.171			
Log verosimilhança	-10.123,5		-10.850,8			
Pseudo-r2	0,0323		0,0353			

Nota: Em itálico são apresentados os desvios padrão robustos. *** A variável é significativa pelo menos a 1%; ** A variável é significativa pelo menos a 5%; * A variável é significativa pelo menos a 10%. Para além, das variáveis apresentadas foram englobadas na análise *dummies* anuais relativas ao ano da entrevista.

No que respeita ao estado civil, a evidência aponta para que o facto dos indivíduos serem casados condicionar favoravelmente a entrada no auto-emprego na condição de empregador. A explicação para este padrão pode estar relacionada com o facto do cônjuge ser percepcionado como um apoio adicional, que pode ajudar nos períodos em que a empresa enfrente dificuldades. O cônjuge ser trabalhador independente favorece ainda mais a probabilidade de entrada no auto-emprego, sendo a dimensão deste efeito principalmente expressiva na decisão daqueles que decidem passar a ser empregadores. Verifica-se também que viver com filhos menores tem um efeito positivo na transição para o auto-emprego. As responsabilidades familiares parecem não ser um obstáculo ao auto-emprego.

Os resultados sugerem que aqueles que completam níveis de escolaridade superiores revelam menor propensão para este tipo de situação na profissão, sendo o efeito da escolaridade mais pronunciado sobre a probabilidade de transição para a condição de trabalhador independente empregador, o que indicia que provavelmente os indivíduos com grau de escolaridade mais elevado conseguem aceder a um leque de oportunidades de emprego assalariado mais amplo.

Verifica-se que os desempregados e inactivos apresentam maior probabilidade de entrada no auto-emprego que os trabalhadores assalariados. Este diferencial torna-se mais elevado ao nível das transições para o trabalho independente isolado. Tal poderá resultar deste tipo de situação na profissão ser percepcionado como uma escolha de último recurso quer por quem não têm emprego quer pelos trabalhadores assalariados.

A taxa de desemprego afecta positivamente a probabilidade de entrada no auto-emprego, ou seja, a probabilidade de desenvolvimento de actividades por conta própria é mais elevada em períodos em que a taxa de desemprego aumenta (fases de recessão). Apesar de ser mais difícil desenvolver uma actividade bem sucedida numa fase de contracção da procura agregada, a diminuição do custo de oportunidade do desenvolvimento de actividades por conta própria e o menor leque de oportunidades de emprego favorecem a escolha desta situação na profissão.

Os resultados apontam um efeito não significativo da alteração introduzida nos escalões de contribuição para a segurança social dos trabalhadores independentes na probabilidade de escolha do auto-emprego. Concluímos assim que a concepção de políticas que visem o fomento da taxa de auto-emprego deve recorrer a outro tipo de instrumentos.

Considerando apenas o conjunto dos trabalhadores assalariados verifica-se que aqueles que trabalham numa empresa com um número igual ou inferior a 10 trabalhadores revelam maior propensão para a entrada numa actividade por conta própria (Tabela 10). A justificação para este padrão pode dever-se ao facto deste tipo de organização permitir uma maior preparação para a actividade independente e ao facto das empresas de maior dimensão terem, por regra, maior capacidade para oferecer melhores perspectivas de carreira e benefícios.

Os indivíduos que acumulam o trabalho assalariado com outra actividade (duplo emprego) têm maior probabilidade de se tornarem trabalhadores independentes. Esta situação pode estar relacionada com o facto dessa actividade secundária permitir um rendimento adicional que se pode revelar importante para dar início ao novo projecto ou para gerar meios financeiros que possam ser importantes em períodos em que a actividade independente não produza resultados tão favoráveis.

Em termos ocupacionais, é mais provável ser ao nível das posições superiores que ocorra maior tendência para o abandono de situações de trabalho assalariado para a entrada no auto-emprego. Por outro lado, aqueles que profissionalmente desempenham funções de carácter administrativo são os que revelam menor propensão para o trabalho por conta própria.

Estimando o modelo para os dois géneros separadamente (Tabelas 11 e 12) chegamos a resultados que em termos qualitativos se aproximam dos obtidos para a amostra completa. No entanto, existem algumas especificidades a realçar. As variáveis relacionadas com a família têm um efeito mais pronunciado (em valor absoluto) na probabilidade de transição das mulheres.

Ao nível do sector de actividade há diferenças a apontar, o sector secundário é aquele do qual tendem a sair mais trabalhadores independentes masculinos, enquanto as mulheres que entram no auto-emprego tendem a ter desenvolvido a sua actividade profissional nos serviços.

Por outro lado, as mulheres revelam uma maior propensão para entrarem no auto-emprego nas fases do ciclo económico em que a taxa de desemprego é mais elevada, manifestando assim um padrão contra-cíclico. No entanto, este padrão não é observado entre os indivíduos do género masculino.

Tabela 10: Probabilidade de entrada no auto-emprego (trabalhadores por conta de outrem) (1999:I-2006:IV)

	(1)		(2)			
	Modelo de riscos concorrentes					
	Entrada no auto-emprego		Entrada no auto-emprego (isolado)		Entrada no auto-emprego (empregador)	
Características individuais						
Sexo feminino	-0,79***	<i>0,17</i>	-0,74***	<i>0,19</i>	-1,01***	<i>0,35</i>
Idade	0,03	<i>0,02</i>	0,02	<i>0,02</i>	0,05	<i>0,05</i>
Idade ² /100	-0,01	<i>0,03</i>	-0,00	<i>0,03</i>	-0,06	<i>0,06</i>
Casado	0,23**	<i>0,11</i>	0,13	<i>0,12</i>	0,63**	<i>0,25</i>
Filhos com idade inferior a 18 anos	0,05	<i>0,09</i>	0,01	<i>0,10</i>	0,18	<i>0,18</i>
Cônjuge – Trabalhador independente	0,84***	<i>0,09</i>	0,78***	<i>0,10</i>	1,04***	<i>0,17</i>
Cônjuge – Não empregado	0,16	<i>0,10</i>	0,16	<i>0,12</i>	0,15	<i>0,21</i>
Capital Humano						
Educação – Básico e sem escolaridade	Ref.		Ref.		Ref.	
Educação – Secundário ou Superior	-0,39***	<i>0,10</i>	-0,29**	<i>0,12</i>	-0,60***	<i>0,20</i>
Ocupação						
Quadros superiores e intermédios	0,64***	<i>0,10</i>	0,53***	<i>0,12</i>	0,86***	<i>0,19</i>
Pessoal administrativo e similares; Pessoal dos serviços e vendedores	Ref.		Ref.		Ref.	
Operários, artífices e trabalhadores similares; Trabalhadores não qualificados	-0,11	<i>0,09</i>	0,11	<i>0,10</i>	-0,92***	<i>0,19</i>
Empresa pequena	1,32***	<i>0,07</i>	1,28***	<i>0,08</i>	1,43***	<i>0,15</i>
Actividade secundária	0,57***	<i>0,11</i>	0,70***	<i>0,12</i>	0,03	<i>0,26</i>
Duração do último emprego (anos)	-0,04***	<i>0,00</i>	-0,04***	<i>0,00</i>	-0,02**	<i>0,01</i>
Variáveis regionais - Região de residência						
Norte	Ref.		Ref.		Ref.	
Centro	-0,29***	<i>0,09</i>	-0,36***	<i>0,11</i>	-0,04	<i>0,19</i>
Lisboa	-0,32***	<i>0,09</i>	-0,33***	<i>0,10</i>	-0,30	<i>0,20</i>
Alentejo	-0,57***	<i>0,11</i>	-0,71***	<i>0,14</i>	-0,14	<i>0,22</i>
Algarve	-0,46***	<i>0,11</i>	-0,54***	<i>0,13</i>	-0,22	<i>0,22</i>
Variáveis Macroeconómicas						
Taxa de desemprego	0,29***	<i>0,08</i>	0,30***	<i>0,09</i>	0,25	<i>0,17</i>
Sectores de actividade						
Indústria	0,08	<i>0,08</i>	-0,06	<i>0,09</i>	0,63***	<i>0,17</i>
Serviços	Ref.		Ref.		Ref.	
Segurança Social						
Sistema Segurança Social 2005	0,18	<i>0,23</i>	0,37	<i>0,27</i>	-0,33	<i>0,45</i>
Constante	-9,24***	<i>0,69</i>	-9,53***	<i>0,78</i>	-10,99***	<i>1,49</i>
Número de observações	297.402		297.402			
Log verosimilhança	-6.222,9		-6.706,4			
Pseudo-r2	0,0663		0,0678			

Nota: Em itálico são apresentados os desvios padrão robustos. *** A variável é significativa pelo menos a 1%; ** A variável é significativa pelo menos a 5%; * A variável é significativa pelo menos a 10%. Para além, das variáveis apresentadas foram englobadas no modelo *dummies* anuais relativas ao ano da entrevista.

Tabela 11: Probabilidade de entrada no auto-emprego (Indivíduos do género masculino) (1999:I-2006:IV)

	(1)		(2)			
			Modelo de riscos concorrentes			
	Entrada no auto-emprego		Entrada no auto-emprego (isolado)		Entrada no auto-emprego (empregador)	
Características individuais						
Idade	0,07***	0,02	0,07***	0,02	0,09*	0,05
Idade ² /100	-0,11***	0,03	-0,10***	0,03	-0,14**	0,06
Casado	0,19	0,13	0,10	0,14	0,56**	0,28
Filhos com idade inferior a 18 anos	0,16	0,10	0,13	0,11	0,23	0,21
Cônjuge – Trabalhador independente	0,66***	0,12	0,64***	0,14	0,74***	0,23
Cônjuge – Não empregado	0,11	0,10	0,13	0,11	0,06	0,20
Condição perante o trabalho						
Empregado	Ref.		Ref.		Ref.	
Desempregado	1,55***	0,10	1,67***	0,10	1,02***	0,24
Inactivo	0,55***	0,11	0,59***	0,12	0,39	0,25
Capital Humano						
Educação – Básico e sem escolaridade	Ref.		Ref.		Ref.	
Educação – Secundário ou Superior	-0,26**	0,11	-0,03	0,12	-1,01***	0,23
Ocupação						
Quadros superiores e intermédios	0,59***	0,12	0,51***	0,14	0,84***	0,22
Pessoal administrativo e similares; Pessoal dos serviços e vendedores	Ref.		Ref.		Ref.	
Operários, artífices e trabalhadores similares; Trabalhadores não qualificados	-0,01	0,11	0,17	0,13	-0,56**	0,22
Variáveis regionais - Região de residência						
Norte						
Centro	-0,06	0,10	-0,03	0,11	-0,21	0,23
Lisboa	-0,05	0,09	-0,00	0,10	-0,25	0,21
Alentejo	-0,19	0,12	-0,37**	0,15	0,25	0,22
Algarve	-0,09	0,12	-0,09	0,14	-0,11	0,26
Variáveis Macroeconómicas						
Taxa de desemprego	-0,06	0,13	-0,12	0,15	0,15	0,27
Sectores de actividade						
Indústria	0,23***	0,08	0,26***	0,09	0,10	0,18
Serviços	Ref.		Ref.		Ref.	
Segurança Social						
Sistema Segurança Social 2005	0,37*	0,22	0,40	0,25	0,28	0,48
Constante	-9,04***	0,83	-9,68***	0,92	-8,79***	2,01
Número de observações	198.282		198.282			
Log verosimilhança	-5.320,2		-5.732,5			
Pseudo-r ²	0,0325		0,0355			

Nota: Em itálico são apresentados os desvios padrão robustos. *** A variável é significativa pelo menos a 1%; ** A variável é significativa pelo menos a 5%; * A variável é significativa pelo menos a 10%. Para além, das variáveis apresentadas foram englobadas no modelo *dummies* anuais relativas ao ano da entrevista.

Tabela 12: Probabilidade de entrada no auto-emprego (Indivíduos do género feminino) (1999:I-2006:IV)

	(1)		(2)			
	Modelo de riscos concorrentes					
	Entrada no auto-emprego		Entrada no auto-emprego (isolado)		Entrada no auto-emprego (empregador)	
Características individuais						
Idade	0,06**	0,02	0,07***	0,03	0,00	0,06
Idade ² /100	-0,08***	0,03	-0,09***	0,03	-0,03	0,08
Casado	0,09	0,11	0,02	0,12	0,75**	0,37
Filhos com idade inferior a 18 anos	0,16	0,10	0,12	0,10	0,24	0,24
Cônjuge – Trabalhador independente	0,98***	0,09	0,78***	0,10	1,76***	0,21
Cônjuge – Não empregado	0,07	0,14	-0,00	0,15	0,49	0,36
Condição perante o trabalho						
Empregado	Ref.		Ref.		Ref.	
Desempregado	1,17***	0,11	1,31***	0,12	0,20	0,40
Inactivo	0,38***	0,09	0,44***	0,10	0,13	0,22
Capital Humano						
Educação – Básico e sem escolaridade	Ref.		Ref.		Ref.	
Educação – Secundário ou Superior	-0,49***	0,12	-0,49***	0,13	-0,50*	0,26
Ocupação						
Quadros superiores e intermédios	0,31**	0,12	0,25*	0,14	0,51**	0,25
Pessoal administrativo e similares; Pessoal dos serviços e vendedores	Ref.		Ref.		Ref.	
Operários, artífices e trabalhadores similares; Trabalhadores não qualificados	-0,09	0,09	0,10	0,10	-1,20***	0,25
Variáveis regionais - Região de residência						
Norte	Ref.		Ref.		Ref.	
Centro	-0,15	0,11	-0,13	0,12	-0,25	0,26
Lisboa	-0,37***	0,10	-0,35***	0,11	-0,51*	0,27
Alentejo	-0,48***	0,13	-0,49***	0,14	-0,47	0,32
Algarve	-0,43***	0,13	-0,48***	0,14	-0,23	0,28
Variáveis Macroeconómicas						
Taxa de desemprego	0,29***	0,08	0,32***	0,09	0,16	0,19
Sectores de actividade						
Indústria	-0,44***	0,10	-0,62***	0,11	0,51**	0,23
Serviços	Ref.		Ref.		Ref.	
Segurança Social						
Sistema Segurança Social 2005	-0,15	0,24	-0,08	0,27	-0,49	0,58
Constante	-9,04***	0,83	-9,68***	0,92	-8,79***	2,01
Número de observações	207.889		207.889			
Verosimilhança	-4.766,50		-5.060,30			
Pseudo-r2	0,0382		0,0443			

Nota: Em itálico são apresentados os desvios padrão robustos. *** A variável é significativa pelo menos a 1%; ** A variável é significativa pelo menos a 5%; * A variável é significativa pelo menos a 10%. Para além, das variáveis apresentadas foram englobadas no modelo *dummies* anuais relativas ao ano da entrevista.

3.6. Conclusão

O presente estudo procurou compreender quais as variáveis que levam um indivíduo a entrar no auto-emprego e, em particular, avaliar se o aumento da contribuição média mensal dos trabalhadores independentes para a segurança social, permanecendo inalterada a dos trabalhadores por conta de outrem, desmotivaria as transições para o auto-emprego.

Com base numa amostra composta por trabalhadores por conta de outrem, desempregados e inactivos, os resultados sugerem que os indivíduos de escalões etários mais elevados, do género masculino, que não nasceram em Portugal, que ocupam posições hierárquicas elevadas ou intermédias revelam maior probabilidade de entrada no auto-emprego.

Em termos de política económica é relevante avaliar de que modo os indivíduos percebem o auto-emprego. Esta avaliação poderá ser feita a partir da correlação entre as fases do ciclo económico e a entrada no auto-emprego. O sinal positivo da relação entre a probabilidade de entrada e a taxa de desemprego sugere que é nos períodos de desemprego mais elevado que a probabilidade de entrada no auto-emprego é maior. Esta evidência pode ser entendida como um sinal de que o trabalho por conta própria é percebido como uma solução de último recurso pelos indivíduos com idade entre 16 e 65 anos.

Explorando a experiência natural associada à modificação dos escalões de contribuição para a segurança social introduzida em 2005, concluímos que a imposição de um limite mínimo de contribuição para a segurança social mais elevado parece não ter produzido efeitos significativos na probabilidade de transição para este tipo de situação na profissão. Retira-se também uma segunda conclusão importante em termos de política económica: as políticas que visem fomentar o auto-emprego devem basear-se nouro tipo de instrumentos. É necessário ter em conta que os trabalhadores independentes são um grupo bastante heterogéneo, abrangendo quer os empreendedores quer os que não conseguiram encontrar um trabalho assalariado e que criam o seu próprio emprego como solução de último recurso. Neste sentido é possível que a medida tenha produzido efeitos nalgum destes dois grupos, apesar de em termos agregados não encontrarmos evidência de efeitos significativos.

Existem algumas diferenças entre géneros no que respeita à propensão para o auto-emprego a assinalar: as variáveis familiares (estado civil, filhos com idade inferior a 18 anos, o facto do cônjuge ser trabalhador independente) têm maior impacto na escolha ocupacional das mulheres; e,

por outro lado, o padrão contra-cíclico que se observa nas transições para o auto-emprego entre as mulheres, não é registado entre os homens.

Seria importante desenvolver este estudo com base num conjunto mais amplo de informação sobre diversas dimensões, como, por exemplo, os antecedentes familiares (e.g. conhecer se o indivíduo tem parentes empreendedores e o nível médio de rendimento dos pais), variáveis financeiras (e.g. saber se o indivíduo é o proprietário da casa em que habita, o seu grau de endividamento, se enfrenta restrições de liquidez) e outros aspectos do seu percurso profissional (e.g. experiência como trabalhador independente, experiência no sector de actividade e na profissão). Para além disso, na medida em que o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) concede apoios à criação do próprio emprego ou empresa, nomeadamente aos desempregados de longa duração, este seria outro elemento a considerar numa análise mais detalhada.

Evans e Leighton (1989b) e Uusitalo (2001) desenvolveram metodologias com o intuito de medir a aversão dos indivíduos ao risco para avaliar em que medida esta variável explica as decisões de entrada no auto-emprego. Seria interessante replicar este tipo de abordagens para a economia portuguesa.

Anexo A - Variáveis explicativas usadas nos modelos econométricos

Sexo – *Dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo for do sexo feminino

Idade - Idade do indivíduo na data da entrevista.

Casado – *Dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo for casado ou junto

Filhos com idade inferior a 18 anos – *Dummy* que assume o valor 1 se no agregado familiar residirem filhos menores de 18 anos

Cônjuge_ Trabalhador independente – *Dummy* que assume o valor 1 se no trimestre o conjuge do indivíduo for trabalhador independente

Cônjuge_ Não empregado – *Dummy* que assume o valor 1 se no trimestre o conjuge do indivíduo estiver desempregado ou na inatividade

Condição perante o trabalho – *Dummy* que assume o valor 1 em função da situação do indivíduo perante a actividade económica no período de referência. Consideraram-se três categorias: empregado; desempregado, e inactivo. A classificação dos indivíduos nestas categorias seguiu os critérios adoptados pelo INE.

Educ12 – *Dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo tiver um nível de escolaridade igual ou superior ao secundário

Profissão – *Dummy* relacionada com a profissão do indivíduo no seu último emprego. Distinguem-se 3 situações diferentes: 1) Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa; Especialistas das profissões intelectuais e científicas; Técnicos e profissionais de nível intermédio; 2) Pessoal administrativo e similares; Pessoal dos serviços e vendedores; 3) Operários, artífices e trabalhadores similares; Operadores das instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; Trabalhadores não qualificados

Região - *Dummies* associadas à região de residência do indivíduo. Consideraram-se 5 regiões definidas de acordo com o nível 2 da NUTS- nova geografia (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve).

Indústria – *Dummy* que assume o valor 1 no caso do último emprego do indivíduo ter sido na indústria transformadora, na indústria extractiva, na construção ou num dos sectores relacionados com a produção de energia.

Taxa de desemprego - Taxa de desemprego (dados trimestrais; NUTS II; percentagem)

Sistema2005 - *Dummy* que assume o valor 1 no caso da entrevista ter decorrido depois da entrada em vigor do Decreto-Lei 119/2005, de 22 de Julho.

4. Determinantes da duração dos episódios de auto-emprego

4.1. Introdução

O presente estudo procura identificar que factores condicionam o tempo que um indivíduo permanece numa actividade independente iniciada na economia portuguesa. A pertinência desta questão deriva de quatro motivações. A primeira está associada ao facto do peso do auto-emprego no emprego total ser mais elevado em Portugal do que na média europeia. Por outro lado, os Eurobarómetros realizados nos últimos anos mostram que existe um elevado empreendedorismo latente em Portugal, ou seja, muitos trabalhadores assalariados prefeririam trabalhar por conta própria. Em terceiro lugar, o auto-emprego pode desempenhar um papel importante no fomento do crescimento económico e na prossecução de objectivos como o combate ao desemprego ou a criação de oportunidades de emprego para indivíduos de escalões etários mais elevados ou mais jovens. O conhecimento das dinâmicas associadas ao auto-emprego é importante para conceber políticas que procurem aproveitar o potencial associado ao empreendedorismo latente. Por último, permitirá complementar a análise desenvolvida no capítulo anterior relativamente ao impacto da modificação dos escalões de contribuição para a segurança social. Depois de termos verificado que esta alteração parece não ter desincentivado a entrada no auto-emprego, procuraremos avaliar se houve um aumento do risco de saída do auto-emprego.

De acordo com dados divulgados pelo Eurostat, no período de 1998 a 2008, a importância relativa dos trabalhadores por conta própria no emprego total registou uma tendência decrescente (22,62% em 1998; 18,78% em 2008), apesar de se manter acima da média dos países da União Europeia (UE15: 13,81% em 2008).

Considerando agora dados do INE, relativos ao período 1998 a 2007, que nos permitem uma caracterização mais detalhada do auto-emprego no contexto da economia portuguesa, verifica-se que as taxas de auto-emprego são particularmente elevadas no escalão etário dos 40 aos 64 anos (4,7% no escalão dos 15-24 anos; 14,4% no escalão dos 25-39 anos; e 30,4% no escalão dos 40-64 anos). Em 1998, 65,9% dos trabalhadores independentes tinha entre 40 e 64 anos. A importância relativa desta faixa etária no conjunto dos trabalhadores independentes aumentou, em 2007, para 71,4%. As diferenças nas taxas de auto-emprego dos vários escalões etários são ainda mais pronunciadas se considerarmos apenas as mulheres. Os dados agregados sugerem que as mulheres que iniciam uma actividade por conta própria têm, em média, idade superior aos homens. Em

média, entre 1998 e 2007, os indivíduos do sexo masculino representaram 53,12% dos trabalhadores independentes isolados e 73,8% dos empregadores. Em termos de tendência, o peso dos indivíduos do sexo masculino no conjunto dos empregadores tem vindo a diminuir, o que aponta para a existência de modificações nas escolhas ocupacionais de homens e mulheres.

Em Portugal, de acordo com dados do Eurostat, na última década, 85,68% dos trabalhadores independentes possuía um nível de escolaridade inferior ao secundário; 8,15% concluiu o secundário ou pós-secundário; e 6,17% completou o ensino superior. Estabelecendo um paralelismo com a composição do emprego total (74,9% com nível de escolaridade inferior ao secundário; 13,53% e 11,58% completou ensino secundário e superior, respectivamente) é visível que o trabalho independente é desenvolvido por pessoas com um nível de escolaridade abaixo do observado no emprego total. No entanto, existe um conjunto de importantes tendências a registar nesta década no que respeita à composição do trabalho independente por nível de escolaridade. Em primeiro lugar, em ambos os géneros verifica-se que a proporção de trabalhadores independentes com escolaridade inferior ao secundário está a diminuir (88,51% em 1998; 81,6% em 2007). Em segundo lugar, o peso dos trabalhadores independentes do sexo feminino com nível de escolaridade inferior ao secundário é superior à média (86,7% e 85,7%, respectivamente) mas está a perder importância, absorvida pelo grupo de mulheres que completaram o ensino superior. Em terceiro lugar, também no auto-emprego masculino, a importância relativa dos indivíduos com escolaridade inferior ao secundário tem decrescido. A diferença relativamente às mulheres prende-se com o facto dessa perda estar a ser compensada por um aumento idêntico quer dos que possuem o secundário quer dos que têm educação superior.

As actividades do sector primário captam a maior proporção de trabalhadores independentes e a sua importância relativa tem vindo a crescer (40,8% em 1998; 43,1% em 2007). A relevância deste sector é em larga escala explicada pelo peso que assume no auto-emprego feminino (55,1% em 1998; 57,3% em 2007). O trabalho independente desenvolvido pelas mulheres no sector industrial é relativamente reduzido. A distribuição por sector de actividade do auto-emprego masculino é mais equitativa (33% no sector primário; 31% na indústria; e 36% nos serviços).

Apesar de, em Portugal, a taxa de auto-emprego ser relativamente elevada, os Eurobarómetros realizados nos últimos anos (*Eurobarometer, Flash EB Series* 83, 107, 134, 146, 160 e 192) mostram que esta poderá vir a ser superior na medida em que uma proporção muito significativa dos entrevistados revela que prefere o trabalho por conta própria ao trabalho assalariado.

O auto-emprego é, por regra, visto pelos decisores políticos de modo positivo na medida em que os trabalhadores independentes além de criarem o seu próprio posto de trabalho podem ainda empregar outros. No entanto, o fomento do trabalho por conta própria em certos grupos da população activa (e.g. jovens, desempregados de longa duração) deve ter em conta a probabilidade de sucesso das actividades iniciadas. O estudo dos determinantes da duração das experiências de auto-emprego é particularmente relevante neste contexto. Se o auto-emprego for uma solução de curta duração para o desemprego, ou seja, se os desempregados mostrarem uma capacidade limitada para criar empresas que se mantenham em actividade, é aconselhável repensar os incentivos e apoios que lhes são concedidos. Por outro lado, o estímulo ao empreendedorismo jovem requer políticas que devem ser concebidas depois de identificados os obstáculos enfrentados pelas experiências recentes de auto-emprego levadas a cabo por indivíduos desse escalão etário.

Para além das preocupações associadas ao empreendedorismo jovem e dos desempregados, as questões a ponderar nesta área são mais extensas. Se aqueles que têm mais sucesso, constituindo empresas rentáveis, forem os que mais depressa abandonam os seus negócios por um trabalho assalariado então o seu bem-estar aumenta (caso contrário não teriam feito essa transição¹⁷) mas em termos agregados pode existir uma perda social derivada dos empregos e do crescimento que estes indivíduos poderiam ter impulsionado, enquanto empregadores, se tivessem continuado à frente das empresas que criaram.

Tendo presente a relevância do conhecimento dos determinantes da duração do auto-emprego para formular políticas económicas e para compreender um conjunto de dinâmicas do mercado de trabalho português, na secção seguinte sintetizaremos os contributos teóricos e apresentaremos os estudos empíricos realizados sobre esta temática. Na secção 4.3, serão apresentados os determinantes da duração do auto-emprego a incluir no modelo econométrico e analisados os efeitos esperados de cada factor na probabilidade de sobrevivência de uma actividade por conta própria. Posteriormente, descrever-se-ão os dados e a abordagem econométrica. Os resultados serão apresentados na secção 4.5. Posteriormente, avaliaremos em que medida a alteração dos escalões de contribuição para a segurança social, analisada no capítulo anterior, influenciou a duração do auto-emprego. Por fim, enunciam-se as conclusões deste estudo.

¹⁷ Na perspectiva do trabalhador independente, a saída do auto-emprego não tem necessariamente uma conotação negativa. O facto desta ter ocorrido voluntária ou compulsoriamente e as características da ocupação posterior permitem saber de que modo a transição afectou o bem-estar individual.

4.2. Revisão da literatura

Começaremos por apresentar os modelos teóricos desenvolvidos para explicar a decisão de saída do auto-emprego, passando depois a focar os estudos empíricos que analisam os determinantes da sua duração. Esta revisão da literatura permitirá definir um conjunto de categorias de factores que influenciam o tempo que um indivíduo permanece no auto-emprego. Na secção 4.5, utilizaremos esta tipologia para sintetizar os resultados encontrados pelos estudos realizados. Esta sistematização facilitará a identificação das variáveis explicativas a incluir nos modelos estimados, a interpretação dos resultados obtidos e a realização de comparações com estudos anteriores.

Importa ter em conta que o auto-emprego compreende quer os empreendedores quer os indivíduos que iniciam uma actividade por conta própria porque não encontraram um emprego assalariado.

Existem estudos que se centram no conceito amplo de auto-emprego e outros que focam apenas as questões relacionadas com o empreendedorismo. Na medida em que os empreendedores estão compreendidos no conjunto dos trabalhadores independentes, estes estudos serão também referidos, apesar de ser importante ter em conta que a sua validade se restringe a este subconjunto.

4.2.1. Revisão da literatura teórica

A decisão de saída de uma actividade independente tem sido fundamentalmente analisada numa perspectiva microeconómica através do modelo de escolha ocupacional desenvolvido por Taylor (1996, 1999). O modelo considera que um indivíduo toma decisões sobre o seu percurso profissional com base na utilidade esperada associada às várias alternativas ocupacionais. Assim, para que um trabalhador independente tenha saído do auto-emprego, aceitando um trabalho assalariado, entrando no desemprego ou inactividade é porque estes lhe davam utilidade superior.

A utilidade associada a cada percurso depende da propensão do indivíduo para o auto-emprego, do capital disponível, da taxa de juro, da procura existente na economia e das suas preferências (Taylor, 1999). Lucas (1978) assume que os indivíduos têm diferentes capacidades inatas para o empreendedorismo. Jovanovic (1982) expõe o problema do agente económico: o indivíduo só consegue conhecer as suas capacidades enquanto empreendedor através da experiência.

Quando um trabalhador independente encerra a sua actividade para entrar no desemprego, então o auto-emprego foi uma experiência mal sucedida. Mesmo que o sistema de protecção social atribua subsídio de desemprego aos trabalhadores independentes, para que o desemprego proporcione maior utilidade que o auto-emprego é necessário que a utilidade deste último seja muito baixa.

A utilidade associada a uma situação de inactividade, na qual o indivíduo pode entrar por vários motivos (e.g. educação, reforma, doença, incapacidade, necessidade de cuidar de filhos ou familiares idosos) é determinada essencialmente por preferências individuais e factores não monetários. A motivação para a entrada na inactividade pode estar ainda associada a uma situação em que: (i) o auto-emprego proporciona um rendimento muito baixo ou negativo, (ii) o indivíduo tem outra pessoa da qual pode depender financeiramente.

4.2.2. Revisão da literatura empírica

Os estudos empíricos que analisam os determinantes da duração do auto-emprego dividem-se em dois grandes grupos: os que exploraram o papel de certos factores; e os que têm um enfoque mais geral, que procuram essencialmente identificar, do espectro de variáveis já referidas na literatura, quais as que se revelam mais importantes em determinada economia.

No âmbito do primeiro conjunto de estudos, Schiller e Crewson (1997) procuram identificar as características dos indivíduos que têm maior sucesso como empreendedores, atendendo nomeadamente às diferenças entre géneros. Bates (1990) e Van Praag (1996) focam o papel do capital humano dos empreendedores enquanto factor explicativo do seu sucesso. Evans e Jovanovic (1989) e Holtz-Eakin et al. (1994a, 1994b) analisam a relevância do acesso a capital e de eventuais restrições de liquidez. Illeris (1993), Fotopoulos e Louri (2000), Boshma e Weterings (2005), Rocha e Stenberg (2005) e Fritsch et al. (2006) colocam o enfoque nos factores regionais, enquanto Giannetti e Simonov (2004) realçam a importância dos valores culturais. Brüderl e Preisdörfer (1998) analisam a importância do capital social, avaliando a relevância da rede de relações sociais para compensar défices de capital humano e/ou financeiro. Littunen et al. (1998) focam as características da empresa. Hudson (1989) e Audretsch e Mahmood (1995) analisam a relevância do ciclo económico.

Passando ao segundo conjunto de estudos, Taylor (1999) analisa o impacto das características individuais na duração do trabalho por conta própria, usando dados do *British Household Panel Survey* referentes ao período de 1991 a 1995. Com base em informação sobre o facto dos episódios de auto-emprego observados na amostra terem terminado voluntária ou involuntariamente, verifica que a falência é uma causa pouco frequente do abandono do trabalho independente e que a saída mais comum é o trabalho por conta de outrem. Conclui que aqueles que apresentam maior capacidade de permanecer em actividade são os que dispõem de algum capital inicial, nunca

estiveram desempregados mas que acumularam experiência enquanto trabalhadores por conta de outrem, tendo abandonado o anterior emprego para se estabelecerem na nova actividade.

Carrasco (1999) desenvolve um estudo com base no *Spanish Continuous Family Expenditure Survey* relativamente ao período de 1985 a 1991 para analisar as transições do auto-emprego para inactividade, desemprego ou trabalho assalariado na economia espanhola. Neste inquérito, de natureza rotativa, os indivíduos são acompanhados por um período máximo de 8 trimestres. Na amostra foram considerados os homens com idade entre 21 e 65 anos, que antes de iniciarem a actividade independente fossem desempregados ou trabalhadores assalariados e que não estivessem no sector agrícola. Carrasco conclui que à medida que o indivíduo permanece mais tempo em actividade, a probabilidade de saída diminui (i.e. correlação negativa entre duração do episódio e probabilidade do seu término) e que os desempregados são o grupo com menos sucesso no desenvolvimento de actividades por conta própria.

Johansson (2000) analisa os determinantes da duração do trabalho por conta própria no contexto da economia finlandesa usando dados das *Longitudinal Employment Statistics*. Na amostra foram considerados indivíduos de ambos os géneros, tendo no entanto sido excluídos aqueles que tivessem iniciado actividade no sector agrícola bem como os que abandonaram o trabalho independente para se reformarem. Os resultados obtidos com base num modelo de riscos proporcionais semi-paramétrico sugerem que o facto dos indivíduos serem proprietários da sua habitação, pertencerem a um escalão etário mais elevado e não terem atravessado longos períodos de desemprego aumenta a probabilidade de sobrevivência dos episódios de auto-emprego.

Falter (2001) com base num modelo de riscos concorrentes estuda a saída do auto-emprego no contexto da economia suíça, usando uma amostra construída a partir do *Swiss Labor Force Survey* relativa aos anos de 1991 a 1998. Conclui que a entrada numa actividade independente a partir do desemprego reduzia significativamente a probabilidade de sobrevivência dessa actividade.

Van Praag (2003) recorre a microdados para explicar a sobrevivência de empresas de pequena dimensão na economia norte-americana. Com base numa amostra constituída por indivíduos do sexo masculino com idades compreendidas entre os 20 e os 32 anos encontra evidência de que o sucesso das iniciativas de empreendedorismo aumenta com a idade de quem as promove, com a experiência no sector e com a motivação associada à entrada ter sido o aproveitamento de uma oportunidade em vez de ter ocorrido por necessidade. A situação do indivíduo no mercado trabalho antes da entrada no trabalho independente é outro factor importante para explicar a sua duração.

Aqueles que começam vindos do desemprego abandonam normalmente esta actividade mais rapidamente. Não encontra indícios da escolaridade, riqueza e experiência como trabalhador independente afectarem a duração do auto-emprego. Nos modelos estimados, a taxa de desemprego regional parece também não influenciar a duração. A probabilidade de saída do auto-emprego aumenta com o tempo até às 27 semanas e depois apresenta uma tendência decrescente.

Andersson (2006) acompanha uma amostra de indivíduos que criaram a sua empresa em 1999 e conclui que os mais jovens e qualificados são o grupo com maior probabilidade de abandonar voluntariamente a actividade independente por um trabalho assalariado. As mulheres e os imigrantes não ocidentais apresentam maior risco de sair do auto-emprego para o desemprego.

4.3. As justificações para a saída do auto-emprego

A investigação empírica sobre a duração dos episódios de auto-emprego sugere que as variáveis que afectam a decisão de saída e logo a duração de uma actividade independente se podem dividir em cinco categorias de variáveis:

- Características individuais;
- Variáveis relacionadas com o percurso profissional;
- Variáveis de natureza financeira;
- Variáveis relacionadas com a empresa;
- Variáveis de natureza regional;
- Variáveis de natureza macroeconómica e institucional.

Iremos de seguida analisar de que modo as variáveis que se inserem em cada uma destas categorias tendem a afectar a duração dos episódios de auto-emprego.

4.3.1. As características individuais

Diversos estudos empíricos apontam para a existência de uma relação estreita entre o capital humano do trabalhador independente e a sobrevivência da sua actividade. A probabilidade de fracasso seria mais elevada quando o indivíduo é jovem, diminuindo com o decurso dos anos e depois aumentando com a aproximação da idade de reforma. O facto da taxa de sucesso das actividades desenvolvidas pelos jovens ser mais reduzida pode derivar da sua menor experiência. Johansson (2000) argumenta que os jovens têm competências menos desenvolvidas que o necessário para garantir maior rentabilidade das iniciativas de auto-emprego. Esta conclusão é

reforçada pelos estudos de Bates (1990), Holtz-Eakin et al. (1994a), Van Praag (2003), entre outros (ver Parker (2004) para uma enumeração exaustiva). Taylor (1999) não encontra uma relação inequívoca entre idade e a duração do auto-emprego.

A escolaridade condiciona a duração do auto-emprego mas o sinal deste efeito é difícil de determinar *a priori*. Os indivíduos mais qualificados possuem mais competências, as quais podem favorecer o sucesso da actividade por conta própria. No entanto, estes são também aqueles que têm acesso a melhores ofertas de trabalho assalariado. Sendo o seu custo de oportunidade superior, caso o negócio não lhes proporcione um rendimento suficientemente elevado, é mais provável deixarem a actividade independente por outro emprego. Resumindo, este é o grupo que revela maior probabilidade de saída voluntária. A evidência empírica aponta em sentidos diversos no que concerne ao efeito da escolaridade na duração do auto-emprego. O motivo para tal está relacionado com o facto de muitos estudos não conseguirem distinguir as saídas voluntárias das compulsórias. Taylor (1999), Johansson (2000) e Van Praag (2003) concluem que mais educação não garante que um indivíduo tenha maior sucesso enquanto empreendedor. Johansson (2000) deduz que a educação aumenta a probabilidade de saída para um trabalho assalariado e reduz a probabilidade de saída para o desemprego. Schiller e Crewson (1997) e Giannetti e Simonov (2004) apontam para uma associação positiva entre escolaridade e o risco de saída do auto-emprego.

A nacionalidade parece afectar também a duração dos episódios de auto-emprego. Andersson (2006) defende que os imigrantes têm maior probabilidade de abandonar os seus negócios porque é menos provável obterem crédito junto das instituições bancárias nos períodos em que atravessem dificuldades financeiras. No entanto, também têm acesso a um leque de ofertas de emprego mais reduzido, o que diminui o custo de oportunidade do auto-emprego. Será o efeito líquido destes dois factores que determinará o sinal da relação entre nacionalidade e duração do auto-emprego.

Os indivíduos casados e com filhos seleccionam normalmente actividades por conta própria menos arriscadas devido às responsabilidades familiares acrescidas, o que diminui a probabilidade de saírem involuntariamente do auto-emprego.

Alguns factores relacionados com o mercado de trabalho, com a organização da vida familiar e com o desenvolvimento da rede de instituições prestadoras de cuidados continuados e de ensino poderão afectar o sinal da correlação entre género e o sucesso das actividades independentes. A relação entre estas duas variáveis deverá portanto ser equacionada no contexto de cada economia.

4.3.2. Percurso Profissional

O percurso profissional exerce uma forte influência sobre a probabilidade de sucesso da actividade independente. Importa considerar, se o indivíduo tem experiência como trabalhador independente, o número de vezes que esteve desempregado e a condição perante o trabalho antes da entrada no auto-emprego. A evidência empírica (Taylor, 1999; Johansson, 2000; Van Praag, 2003) sugere que as experiências de auto-emprego levadas a cabo por desempregados são menos bem sucedidas. Johansson (2000) conclui mesmo que têm maior probabilidade de regressar ao desemprego.

A consideração da condição perante o trabalho antes da entrada no emprego próprio visa distinguir os empreendedores por necessidade (*necessity-based entrepreneurship*) dos empreendedores por vocação ou oportunidade (*opportunity-based entrepreneurship*). Esta classificação foi apresentada em 2001 no *Global Entrepreneurship Monitor* (Reynolds et al., 2001). Os empreendedores por necessidade estabelecem-se por conta própria porque não encontraram um emprego por conta de outrem adequado às suas expectativas (e.g. desempregados de longa duração). Estudos anteriores demonstram que, em períodos de desemprego elevado, a probabilidade dos desempregados optarem pelo trabalho independente aumenta (Evans e Leighton, 1989b), o que significa que este tipo de situação na profissão é visto como solução de último recurso. Estes indivíduos são, por regra, menos bem sucedidos (Van Praag, 1996). Os empreendedores por oportunidade têm predisposição para entrar no auto-emprego, que concretizam quando encontram uma oportunidade. A probabilidade de optarem por esta via será tanto maior quanto menor o custo de oportunidade associado a outras alternativas de emprego. No entanto, tendem a deixar mais facilmente o auto-emprego perante uma redução da sua rentabilidade, aceitando um trabalho assalariado.

Aqueles que abandonam um trabalho assalariado para se estabelecerem como independentes e, em particular, aqueles que saem de empresas de pequena dimensão têm maior experiência, o que favorece a sua taxa de sucesso. No entanto, a evidência empírica mostra que estes são também os que mais rapidamente regressam ao trabalho por conta de outrem.

4.3.3. Variáveis de natureza financeira

Evans e Jovanovic (1989) apontam para a existência de uma relação positiva entre riqueza e probabilidade de entrada no auto-emprego, na medida em que as restrições de liquidez diminuem com a riqueza. A relação entre a riqueza e o grau de sucesso das actividades desenvolvidas foi analisada por Holtz-Eakin et al. (1994b), Brüderl e Preisdörfer (1998), Van Praag (2003) e

Giannetti e Simonov (2004). Apenas Van Praag (2003) não encontrou qualquer relação entre a riqueza e a sobrevivência das empresas criadas.

O rendimento auferido pelo trabalhador independente é outro factor que condiciona a duração do auto-emprego. Um rendimento mais elevado dá ao indivíduo maior capacidade para suportar a actividade mesmo que os resultados se deterioresem. Por outro lado, aumenta o custo de oportunidade de abandonar o emprego próprio.

Importa ainda avaliar se o trabalhador independente acumula a actividade com outro emprego. A conciliação de actividades pode ser positiva para o negócio próprio porque permite que o indivíduo tenha uma fonte adicional de rendimento que pode canalizar para a actividade independente.

4.3.4. Factores relacionados com a empresa

Os sectores de actividade com menores barreiras à entrada tendem a atrair empreendedores menos aptos que, em regra, abandonam as actividades mais rapidamente (Littunen et al., 1998). Andersson (2006) conclui que nestes sectores a probabilidade dos indivíduos saírem do auto-emprego para o desemprego ou inactividade é maior.

Nalguns países existem políticas de apoio à criação do próprio emprego que passam, por exemplo, pela atribuição de subsídios aos desempregados que entrem no auto-emprego. O recebimento do subsídio aumenta os meios financeiros do indivíduo, o que é positivo para a sobrevivência da empresa, ou seja, ainda que os beneficiários deste subsídio sejam desempregados, espera-se que o subsídio tenha um efeito positivo na sobrevivência da actividade.

4.3.5. Aspectos de natureza regional

A existência de uma cultura empresarial desenvolvida na zona em que o indivíduo desenvolve a sua actividade tem um efeito positivo no sucesso da mesma. Uma *proxy* para esta variável considerada por Illeris (1993), Boshma e Weterings (2005) e Rocha e Sternberg (2005) é a taxa de auto-emprego regional (i.e. a proporção de trabalhadores independentes no emprego da região). No conjunto de variáveis usadas noutros estudos para atender à dimensão regional inscrevem-se: a taxa de desemprego regional como forma de reflectir as condições do mercado de trabalho (Giannetti e Simonov, 2004); a densidade populacional da região (Fotopoulos e Louri, 2000; Giannetti e Simonov, 2004; Illeris, 1993); e o rendimento médio do município como medida do poder de compra dos consumidores locais (Giannetti e Simonov, 2004). Uma maior cultura de

empreendedorismo, densidade populacional, rendimento por habitante e uma baixa taxa de desemprego favorecem a sobrevivência da actividade independente (Andersson, 2006).

4.3.6. Variáveis de natureza macroeconómica

Os períodos de desemprego elevado tornam mais difícil a sobrevivência de uma actividade económica. Audretsch e Mahmood (1995) encontram uma correlação positiva entre a probabilidade de saída e a taxa de desemprego. Hudson (1989) e Taylor (1999) colocam o enfoque na fase do ciclo económico em que a actividade por conta própria é iniciada, concluindo que a probabilidade de falência é mais elevada se a entrada na actividade tiver ocorrido numa recessão.

4.4. Os dados utilizados e abordagem econométrica

Para analisar os determinantes da duração do auto-emprego foi usada uma amostra de indivíduos construída a partir do IE relativa ao período de tempo 1998:I–2006:IV. Tendo em conta o objecto de estudo, a amostra integrou os indivíduos com idade entre 16 e 65 anos, residentes em Portugal continental, que quando entrevistados desenvolvessem a sua actividade principal como trabalhadores independentes, desde que a tivessem iniciado depois de 1995 no sector secundário ou terciário¹⁸. Não foram considerados os trabalhadores por conta própria que, no decurso do período em que foram entrevistados, tenham iniciado uma nova actividade independente.

O IE permite acompanhar os episódios de auto-emprego durante um período máximo de 18 meses. Seria desejável que o período fosse mais amplo, o que pode ser feito num estudo posterior em que se recolha informação mais detalhada para estudar o tema. Ainda assim esta é uma das fontes de informação que, tendo limitações, permite uma análise das dinâmicas associadas ao auto-emprego, trazendo conhecimento adicional sobre os determinantes da sua duração.

Para identificar o efeito das características individuais, factores relacionados com o percurso profissional, variáveis de natureza financeira, regional, sectorial e macroeconómica no tempo que um indivíduo permanece no auto-emprego foi estimado um modelo de duração por troços (*piecewise-constant hazards model*). Este tipo de modelo foi escolhido devido à sua flexibilidade. Deste modo evitam-se os problemas associados a uma incorrecta especificação da função risco

¹⁸ Uma abordagem alternativa teria passado por considerar apenas os indivíduos que tivessem começado a sua actividade por conta própria depois de estarem no painel ou no trimestre em que foram pela primeira vez entrevistados. Tal permitiria incorporar na análise informação sobre a condição perante o trabalho antes da entrada no auto-emprego (e.g. saber se os indivíduos que se estabeleceram por conta própria eram no trimestre anterior desempregados, inactivos ou trabalhadores por conta de outrem). No entanto, tal reduziria consideravelmente a dimensão da amostra.

(Narendranathan e Stuart, 1993). Os dados foram tratados como discretos na medida em que, apesar de no IE se pedir aos indivíduos que indiquem a data em que deixaram o último emprego e em que começaram a trabalhar no actual, as posições reservadas ao dia são imputadas automaticamente com 1, o que afasta a possibilidade de tratar estes dados como contínuos. Adicionalmente, em diversos casos, de trimestre para trimestre os indivíduos não são coerentes nas respostas a algumas questões, especialmente relacionadas com datas.

Estimaram-se dois modelos distintos: o primeiro, em que se considera apenas o risco de saída do auto-emprego (*single risk*); e o segundo, no qual se distinguem saídas para trabalho assalariado e saídas para o desemprego ou inactividade (modelo de riscos concorrentes). O primeiro modelo foi desenvolvido com o intuito de identificar quais os factores que condicionam o tempo que o indivíduo permanece numa determinada actividade por conta própria. No entanto, este modelo nada diz sobre a ocupação posterior do indivíduo. No entanto, dispomos dessa informação, a qual nos permite ter percepção do sucesso da actividade desenvolvida. O modelo de riscos concorrentes é desenvolvido partindo da hipótese que os factores que favorecem o sucesso de uma actividade independente são diferentes dos que potenciam o seu fracasso.

Passando agora a apresentar com maior detalhe cada um dos modelos, no âmbito do primeiro modelo considerou-se que na transição entre trimestres, os trabalhadores independentes poderiam: optar por encerrar a actividade; ou manter-se em actividade (observação censurada)¹⁹. A probabilidade de um indivíduo abandonar a sua actividade independente num determinado momento t , tendo em conta que já permaneceu em actividade até t , é dada por::

$$h(t) = \Pr(T = j | T \geq j) = \frac{f(j)}{S(j-1)} \quad (1)$$

em que $f(t)$ é função densidade de probabilidade, $F(t)$ a função distribuição e $S(t)$ a função de sobrevivência.

Neste estudo, a função risco assume a seguinte forma:

$$h(t) = \begin{cases} e^{-\lambda_1} & \text{se } 0 \leq t < c_1 \\ e^{-\lambda_2} & \text{se } c_1 \leq t < c_2 \\ e^{-\lambda_3} & \text{se } c_2 \leq t < c_3 \\ \vdots & \\ e^{-\lambda_{k-1}} & \text{se } c_{k-2} \leq t < c_{k-1} \end{cases} \quad (2)$$

¹⁹ Os indivíduos que abandonam o auto-emprego deixam de ser acompanhados no trimestre da transição.

em que k representa o número de intervalos em que o eixo temporal é dividido e c_1, c_2, \dots, c_{k-1} os pontos em que essa divisão ocorre. No modelo considerado, o eixo do tempo foi dividido em quatro intervalos: até 12 meses; entre 13 e 24 meses; entre 25 e 36 meses; e acima de 37 meses. Os trabalhadores por conta própria só começam a pagar contribuições para a segurança social um ano depois de terem realizado a inscrição na segurança social. Este período de tempo visa reduzir os encargos no início da actividade. É provável que o início do pagamento das contribuições seja um momento no qual o trabalhador independente avalia se pretende realmente manter-se em actividade. Por esse motivo estabelecemos a primeira divisão do eixo do tempo nos 12 meses. Utilizamos a mesma periodicidade para construir os seguintes intervalos, seguindo a abordagem também adoptada por Andersson (2006). Adicionalmente, consideramos que a distribuição acumulada das saídas ao longo do tempo é uma distribuição logística (ver Bloek e Sandner, 2006, van Praag, 2003). O efeito da duração (*duration dependence*) é especificado como referido anteriormente através dos troços. Para reflectir a influência das características individuais não observadas admitimos a existência de efeitos aleatórios no modelo. A componente que no modelo se destina a controlar a potencial influência da heterogeneidade não observada na função risco (*hazard rate*) é acomodada através de efeitos aleatórios, em que se admite que esta componente de erro tem uma distribuição normal com média zero e é independente dos restantes regressores. A consideração da existência de heterogeneidade não observada revela-se importante devido aos efeitos que pode induzir na função risco, tornando os estimadores inconsistentes (Lancaster, 1990). Foram adoptados os procedimentos para lidar com o facto da maior parte dos indivíduos que integram a amostra já terem entrado no auto-emprego quando começam a ser entrevistados (truncagem à esquerda).

No contexto do segundo modelo (modelo de riscos concorrentes), os trabalhadores independentes são acompanhados e, em cada trimestre, observa-se se continuaram em actividade (observação censurada), se transitaram para uma situação de trabalho assalariado ou se passaram para uma situação de “não emprego” (inactividade ou desemprego). Tendo agora em conta estas duas saídas possíveis (A – emprego- e B – “não emprego”) e assumindo que os riscos são independentes, a probabilidade de um indivíduo abandonar a actividade independente num determinado momento t , tendo em conta que já permaneceu em actividade até t , transitando para a saída *cada uma destas saídas* é dada por:

$$h_A(t) = \frac{\exp(\beta'_A X)}{1 + \exp(\beta'_A X) + \exp(\beta'_B X)} \quad (3)$$

$$h_B(t) = \frac{\exp(\beta'_B X)}{1 + \exp(\beta'_A X) + \exp(\beta'_B X)}$$

Admitindo que X designa o vector de variáveis consideradas e β designa o vector de parâmetros que serão estimados. A taxa de risco de sair para um qualquer destino no momento de tempo t é dada por:

$$h(t) = h_A(t) + h_B(t) \quad (4)$$

No conjunto de variáveis explicativas consideradas inscrevem-se, em primeiro lugar, as relacionadas com as características do indivíduo: género, idade, nacionalidade, escolaridade, estado civil, coabitação com filhos menores e o facto do cônjuge ser trabalhador independente.

No que respeita, ao tipo de auto-emprego foi realizada uma distinção entre trabalhadores independentes isolados e empregadores. Adicionalmente considerámos a interacção entre ser trabalhador independente isolado e a idade e entre ser trabalhador independente isolado e a taxa de desemprego. A componente financeira aparece representada no modelo através da principal fonte de rendimento do trabalhador independente²⁰.

As especificidades dos sectores de actividades foram controladas através de um conjunto de *dummies*: Indústria extractiva, indústria transformadora e sector energético; Construção; Comércio por grosso e a retalho; Alojamento e restauração; Transportes, armazenagem e comunicações; as Actividades financeiras e imobiliárias; e Administração Pública e outros serviços. Para atender aos factores de natureza regional introduziram-se *dummies* definidas de acordo com o critério do nível 2 da NUTS – nova geografia (NUTS II). As condições do mercado de trabalho foram tidas em conta através da consideração das taxas de desemprego trimestrais de cada região²¹. Todas as covariáveis podem apresentar valores distintos ao longo da análise (*time varying covariates*).

A amostra integra 8.446 indivíduos, 65% dos quais trabalhadores independentes isolados. No período, foram observadas 1.029 transições, 589 das quais para uma situação de trabalho assalariado e 440 para o desemprego ou inactividade. Na Tabela 13 são apresentadas as estatísticas

²⁰ Apesar de no IE existir uma pergunta sobre o valor do salário e outra sobre o escalão de rendimentos, estas são questões nas quais a taxa de resposta é baixa o que condiciona a incorporação destas variáveis nos modelos estimados.

²¹ Para além das variáveis referidas foram consideradas outras que por não serem estatisticamente significativas não foram incluídas. Neste conjunto inscrevem-se nomeadamente: a taxa de auto-emprego, o PIB *per capita* e densidade populacional da região de residência, o indivíduo ser representante do alojamento e o cônjuge não ter emprego.

descritivas da amostra. No painel, cerca de 37,87% dos indivíduos são do sexo feminino, 78,61% são casados, 54,24% têm filhos menores, 97,16% têm nacionalidade portuguesa, 80,2% são representantes do alojamento e 23% são casados com um trabalhador independente. No que toca ao nível de escolaridade, 78,32% dos indivíduos completaram o ensino básico ou um nível inferior.

As principais fontes de rendimento dos trabalhadores independentes são o salário e os rendimentos de capital (e.g. lucros, dividendos, juros, rendas, *royalties*, direitos de autor), com importâncias relativas de 55,65% e 38%, respectivamente. Com muito menor expressão aparecem depois os pensionistas de reformas de velhice e os que estão numa situação de dependência financeira (2,59% e 1,97%, respectivamente).

Em termos profissionais, 45% dos indivíduos iniciaram a sua actividade no sector de actividade do anterior emprego²², sendo que para 9% a presente actividade por conta própria representa o primeiro emprego e 6% dos trabalhadores independentes tem uma segunda actividade profissional.

A Tabela 13 permite ainda estabelecer um paralelismo entre as características dos indivíduos que se mantêm em actividade, aqueles que aceitam um trabalho assalariado e os que saem para o desemprego ou inactividade. Verifica-se que relativamente à média da amostra, os que entram no desemprego/inactividade têm uma idade média mais elevada, completaram um nível de escolaridade inferior e possuem menos experiência profissional. Verifica-se ainda que o género feminino está mais representado. Os sectores nos quais ocorreram mais transições são a construção, comércio por grosso e a retalho e indústria transformadora (23,94%, 20,03% e 11,89%, respectivamente). Já as transições para trabalho assalariado concentram-se no comércio por grosso e a retalho, na construção e no domínio das actividades das famílias com empregados domésticos (23,64%, 15,23% e 14,77%, respectivamente).

A matriz de transições (Tabela 14) mostra que 34% das saídas protagonizadas por empregadores foram para o desemprego ou inactividade. No entanto, esta proporção sobe para 44% quando nos restringimos aos trabalhadores independentes isolados, o que indicia uma probabilidade das experiências de trabalho independente isolado terem uma taxa de insucesso superior.

²²A proporção de auto-empregados com experiência no sector pode ser superior à referida. O IE apenas permite conhecer a actividade económica do último emprego e alguns indivíduos podem não ter desenvolvido a anterior actividade no mesmo sector mas terem-no feito no passado.

Tabela 13: Estatísticas descritivas da amostra usada para analisar a duração dos episódios de auto-emprego (1998:I – 2006:IV)

Variável	Total	Indivíduos que não transitam	Transição Desemprego/Inactividade	Transição: TCO
Características individuais				
Idade (anos)	40,29	40,35	41,45	36,85
Sexo feminino (%)	37,87	37,44	54,09	44,31
Casado (%)	78,61	79,02	69,32	67,57
Filhos com idade igual ou inferior a 18 anos (%)	54,24	54,56	40,89	50,23
Nacional (%)	97,16	97,2	96,36	96,1
Representante (%)	80,20	81,89	75,72	71,53
Cônjuge – trabalhador independente	22,95	23,34	10,45	15,62
Capital Humano				
Escolaridade (%)				
Sem escolaridade	2,74	2,69	5,91	2,55
Básico	75,58	75,55	77,05	75,89
Secundário	11,37	11,44	9,09	10,02
Superior	10,31	10,32	7,95	11,54
Variáveis financeiras				
Principal tipo de rendimento (%)				
Salário	55,65	55,61	54,55	58,40
Pensão de reforma	2,59	2,55	7,05	1,19
Subsídio de desemprego	0,37	0,33	1,14	1,70
Outros subsídios	0,13	0,12	0,45	0,51
Rendimentos de capital	37,57	37,95	26,14	29,71
Ajudas em espécie	1,71	1,68	1,82	2,89
Dependente	1,97	1,77	8,86	5,60
Percorso profissional				
Experiência	45	45	33	41
Actividade Secundária	6	6	2	7
Primeiro emprego	9	9	12	11
Sectores de actividade (%)				
Indústrias; sector energético	16,72	16,86	12,05	14,09
Construção	19,79	19,77	15,23	23,94
Comércio por grosso e a retalho	26,32	26,52	23,64	20,03
Alojamento e restauração; transportes, armazenagem e comunicações	15,05	15,14	15,45	11,04
Actividades financeiras e imobiliárias	9,21	9,26	7,73	8,15
Administração Pública e outros serviços	12,90	12,45	25,91	22,75
Variáveis regionais (%)				
Norte	38,59	38,53	39,32	40,75
Centro	18,54	18,64	12,05	19,02
Lisboa	17,80	17,65	23,41	20,03
Alentejo	10,02	9,98	14,32	8,49
Algarve	15,02	15,20	10,91	11,71
Situação na profissão				
Trabalhador independente isolado (%)	65,9			
Número total de observações:	26,527	25,498	440	589

Nota: TCO – Trabalhador por conta de outrem

Tabela 14: Matriz de transições do auto-emprego para o desemprego/inactividade e trabalho assalariado (1998:I – 2006:IV)

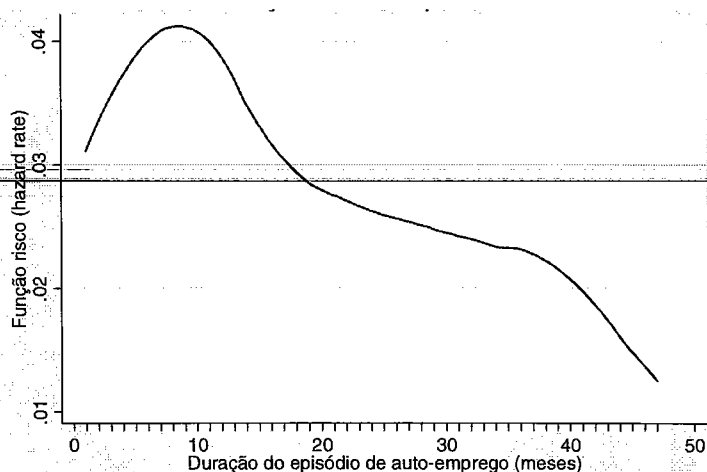
Trabalhador por conta própria	Saída		Total
	Desemprego/Inactividade	TCO	
Empregador	58	111	169
Isolado	382	478	860
Total	440	589	1.029

Nota: TCO – Trabalhador por conta de outrem

4.5. Resultados obtidos da estimação econométrica

Antes de analisar os efeitos das covariáveis consideradas, na Figura 2 é apresentada a representação gráfica da função risco obtida através do estimador não paramétrico de Kaplan Meyer. Verifica-se que a probabilidade de abandono da actividade por conta própria começa por descrever uma tendência crescente até ao final do 1º ano e, posteriormente, começa a decrescer.

Figura 2: Função risco associada à duração do auto-emprego



O modelo com heterogeneidade pode ser comparado com o modelo sem heterogeneidade através do teste à significância do parâmetro associado à variância da distribuição Gama ou através de um teste de razão de verossimilhança. Ambos os testes indicam que a correcção da heterogeneidade melhora a qualidade do modelo.

Os resultados obtidos da estimação dos modelos discretos de duração do auto-emprego são apresentados na Tabela 15. Na primeira coluna, encontram-se os coeficientes obtidos a partir do modelo em que não é feita qualquer distinção entre saídas (emprego vs. “não emprego”) e nas duas colunas seguintes são apresentados os coeficientes do modelo de riscos concorrentes em que se faz a distinção entre saídas para o trabalho assalariado e desemprego/inactividade.

Ao nível das variáveis relacionadas com as características individuais, verifica-se que as mulheres revelam maior probabilidade de abandonarem mais rapidamente este tipo de situação na profissão, principalmente para o desemprego/inactividade. O facto do indivíduo ser casado tem um impacto positivo na duração dos episódios de auto-emprego. O tipo de situação na profissão do cônjuge também condiciona a permanência em actividade dos trabalhadores independentes. No caso do

cônjuge também desenvolver uma actividade por conta própria, existe menor risco de abandono da actividade. A convivência próxima com familiares que são trabalhadores independentes parece ter um efeito positivo nas competências individuais que favorecem o sucesso das actividades por conta própria e diminui o risco de saída para o desemprego/inactividade. A nacionalidade também afecta a duração dos episódios de trabalho independente. Os indivíduos de nacionalidade portuguesa revelam maior capacidade para se manterem em actividade.

Em termos etários, os resultados apontam para que sejam os mais jovens a ter maior probabilidade de saída do auto-emprego. Esta evidência é provável que resulte, por um lado, de alguma falta de experiência para garantir os níveis de rendimento que estes indivíduos desejariam e, por outro lado, do facto de terem acesso a um leque mais amplo de oportunidades de emprego o que favorece as transições. Mas o efeito da idade na duração dos episódios de auto-emprego não é linear. Os resultados obtidos apontam para que até aos 34 anos ter uma idade mais elevada reduza o risco de saída da actividade por conta própria mas acima desta idade verifica-se precisamente o contrário. Seria portanto esta a idade ideal para a entrada no auto-emprego. No entanto, no modelo de riscos concorrentes é visível que o ponto em que o efeito da idade muda de sinal é nos 28,5 anos no caso das saídas para o desemprego/inactividade e os 40 anos para o trabalho assalariado.

Apesar do nível médio de escolaridade dos trabalhadores por conta própria ser inferior à média (tal como referido na secção 3.1), a educação tem um efeito positivo na duração destas actividades, reduzindo consideravelmente a probabilidade de fracasso e de saída da actividade independente para uma condição de “não emprego”.

Tabela 15: Estimativas obtidas para o modelo de duração exponencial por troços (*Piecewise-Constant Hazards Model*) (1998:I – 2006:IV)

	(1)		(2)			
	Saída do auto-emprego		Tipo de saída			
			Não emprego Desemprego/Inactividade		Emprego assalariado	
Características individuais						
Sexo feminino	0,46***	0,10	0,67***	0,13	0,32***	0,12
Idade	-0,11***	0,03	-0,12***	0,04	-0,08**	0,03
Idade ² /100	0,16***	0,03	0,21***	0,04	0,10**	0,04
Casado	-0,19*	0,10	-0,20	0,14	-0,20	0,13
Nacional	-0,40*	0,22	-0,46	0,31	-0,37	0,27
Cônjuge – Trabalhador independente	-0,59***	0,12	-1,00***	0,18	-0,33**	0,14
Principal fonte de rendimento						
Salário	-0,90***	0,14	-1,08***	0,17	-0,77***	0,17
Rendimentos de capital	-1,13***	0,14	-1,34***	0,19	-0,98***	0,18
Outros	Ref.		Ref.		Ref.	
Capital Humano						
Educação – Básico e sem escolaridade	Ref.		Ref.		Ref.	
Educação – Secundário ou Superior	-0,37***	0,12	-0,54***	0,17	-0,26*	0,14
Situação na profissão						
Isolado	1,55***	0,42	2,23***	0,68	1,47***	0,51
Isolado*Taxa de desemprego	0,08**	0,04	0,15***	0,05	0,03	0,04
Isolado*Idade	-0,03***	0,01	-0,05***	0,01	-0,02**	0,01
Variáveis regionais						
Região de residência						
Norte	0,01	0,12	-0,01	0,16	0,02	0,14
Centro	-0,07	0,17	-0,27	0,25	0,04	0,21
Lisboa	Ref.		Ref.		Ref.	
Alentejo	-0,01	0,16	0,11	0,20	-0,15	0,20
Algarve	-0,45***	0,16	-0,49**	0,22	-0,43**	0,19
Sectores de actividade						
Indústrias; sector energético	Ref.		Ref.		Ref.	
Construção	0,52***	0,15	0,54**	0,23	0,49***	0,18
Comércio por grosso e a retalho	0,12	0,14	0,40**	0,20	-0,07	0,17
Alojamento e restauração; transportes, armazenagem e comunicações	0,32**	0,16	0,70***	0,22	0,04	0,20
Actividades financeiras e imobiliárias	0,12	0,19	0,31	0,27	-0,01	0,23
Administração Pública e outros serviços	0,74***	0,15	0,91***	0,21	0,64***	0,18
Duração decorrida do episódio de auto-emprego						
1 ano	-1,26*	0,65	-2,97***	0,97	-1,98**	0,79
2 anos	-1,55**	0,65	-3,23***	0,97	-2,29***	0,79
3 anos	-1,70***	0,66	-3,40***	0,98	-2,43***	0,80
Superior a 3 anos	-2,11***	0,66	-3,91***	0,98	-2,79***	0,80
Log verosimilhança	-4.023,27		-4.666,08			
Critério de informação Akaike	8.112,55		9.462,16			
Número de observações	26.527		26.527			
Número de indivíduos	8.446		8.446			

Nota: Em itálico são apresentados os desvios padrão robustos; *** A variável é significativa pelo menos a 1%; ** A variável é significativa pelo menos a 5%; * A variável é significativa pelo menos a 10%. Foram ainda incluídas *dummies* anuais relativas ao ano da entrevista.

A região na qual a actividade independente é desenvolvida aparenta não ter um efeito significativo na sua duração. As *dummies* regionais que foram incluídas correspondem ao nível 2 da NUTS – nova geografia (NUTS II), o que é um nível relativamente agregado. Os resultados poderão ser diferentes se tivéssemos possibilidade de considerar um nível mais desagregado (Fritsch et al. 2006).

Os resultados sugerem ainda que o tipo de auto-emprego (isolado ou empregador) é um dos aspectos mais importantes na determinação da sua duração. A condição de trabalhador independente isolado tem um carácter eminentemente transitório, pelo que estes episódios de auto-emprego tendem a ter uma duração inferior à média. Esta situação na profissão aumenta quer o risco de saída para uma situação de trabalho assalariado quer para o desemprego ou inactividade.

O sinal da interacção entre a condição de trabalhador independente isolado e a taxa de desemprego aponta para que a saída seja mais forte nas fases negativas do ciclo económico, ou seja, para um comportamento contra-cíclico das transições. O facto deste efeito se fazer sentir particularmente ao nível das transições para o desemprego e inactividade poderá indicar que estas saídas ocorrem principalmente no segmento daqueles que auferem rendimentos médios mais baixos.

No que respeita à principal fonte de rendimento verifica-se que o salário e os rendimentos de capital favorecem a sobrevivência dos episódios de auto-emprego, quando comparados com outras formas de rendimento.

Em termos sectoriais, existem alguns sectores nos quais os episódios de auto-emprego tendem a ser mais curtos como, por exemplo, no sector da construção ou no dos outros serviços.

Os resultados sugerem ainda que a probabilidade de sobrevivência aumenta com o tempo decorrido desde o início da actividade independente, ou seja, a probabilidade de saída vai diminuindo à medida que o indivíduo vai permanecendo em actividade. Esta conclusão é válida para qualquer uma das saídas consideradas.

4.5.1. O impacto da modificação dos escalões de contribuição para a segurança social promovida pelo Decreto-lei nº 119/2005, de 22 de Julho

Nesta secção procuraremos avaliar se a alteração dos escalões de contribuição para a segurança social já discutida no capítulo anterior influenciou a duração do auto-emprego. Em particular importa verificar se a subida do escalão mínimo de contribuição para a segurança social aumentou o risco de ocorrerem transições do auto-emprego para um emprego assalariado ou para o

desemprego/inactividade. Com esse intuito, estimaremos novamente o modelo *logit* e multinomial *logit* apresentados na secção 4.4, mas incluindo agora uma *dummy* que assume o valor 1 a partir do momento em que o novo sistema entrou em vigor.

Na Tabela 16 apresentamos os resultados obtidos a partir da estimação do modelo econométrico. Conclui-se que a *dummy* associada ao novo sistema não é estatisticamente significativa pelo que o aumento das contribuições para a segurança social parece não ter afectado a probabilidade de saída do auto-emprego. Assim, esta modificação do escalão mínimo de contribuição, no qual se concentra a quase totalidade dos trabalhadores independentes, contribuiu para solucionar o desequilíbrio orçamental da Segurança Social associado aos trabalhadores independentes sem ter alterado a duração do auto-emprego. Poderá existir ainda margem para reconfigurar os escalões de rendimento sem que este efeito dissuasor apareça.

Tabela 16: Estimativas para o modelo de duração exponencial por troços (*Piecewise-Constant Hazards Model*) – efeitos da alteração dos escalões de contribuição para a segurança social (1998:I – 2006:IV)

	(1)		(2)			
			Tipo de saída			
	Saída do auto-emprego		Não emprego Desemprego/Inactividade		Emprego assalariado	
Características individuais						
Sexo feminino	0,46***	0,10	0,67***	0,13	0,32***	0,12
Idade	-0,12***	0,03	-0,12***	0,04	-0,08**	0,03
Idade ² /100	0,16***	0,03	0,21***	0,04	0,10**	0,04
Casado	-0,19*	0,10	-0,20	0,14	-0,19	0,13
Nacional	-0,40*	0,22	-0,46	0,31	-0,37	0,27
Cônjuge – Trabalhador independente	-0,59***	0,12	-1,00***	0,18	-0,33**	0,14
Principal fonte de rendimento						
Salário	-0,89***	0,14	-1,08***	0,17	-0,76***	0,17
Rendimentos de capital	-1,12***	0,15	-1,34***	0,19	-0,98***	0,18
Outros	Ref.		Ref.		Ref.	
Capital Humano						
Educação – Básico e sem escolaridade	Ref.		Ref.		Ref.	
Educação – Secundário ou Superior	-0,37***	0,12	-0,54***	0,17	-0,26*	0,14
Situação na profissão						
Isolado	1,62***	0,43	2,30***	0,69	1,55***	0,52
Isolado*Taxa de desemprego	0,07*	0,04	0,14**	0,06	0,01	0,05
Isolado*Idade	-0,03***	0,01	-0,05***	0,01	-0,02**	0,01
Variáveis regionais						
Região de residência						
Norte	-0,00	0,12	-0,02	0,16	0,00	0,14
Centro	-0,10	0,17	-0,31	0,26	-0,01	0,21
Lisboa	Ref.		Ref.		Ref.	
Alentejo	-0,01	0,16	0,12	0,20	-0,14	0,20
Algarve	-0,47***	0,16	-0,51**	0,22	-0,45**	0,19
Sectores de actividade						
Indústrias; sector energético	Ref.		Ref.		Ref.	
Construção	0,53***	0,15	0,55**	0,23	0,50***	0,18
Comércio por grosso e a retalho	0,13	0,14	0,40**	0,20	-0,07	0,17
Alojamento e restauração; transportes, armazenagem e comunicações	0,33**	0,16	0,71***	0,22	0,05	0,20
Actividades financeiras e imobiliárias	0,12	0,19	0,32	0,27	0,00	0,23
Administração Pública e outros serviços	0,75***	0,15	0,92***	0,21	0,65***	0,18
Segurança Social						
Sistema Segurança Social 2005	0,16	0,17	0,15	0,24	0,20	0,21
Duração decorrida do episódio de auto-emprego						
1 ano	-1,33**	0,66	-3,04***	0,98	-2,07***	0,79
2 anos	-1,62**	0,66	-3,30***	0,98	-2,38***	0,80
3 anos	-1,78***	0,66	-3,47***	0,99	-2,52***	0,81
Superior a 3 anos	-2,20***	0,67	-3,99***	0,99	-2,89***	0,81
Log verosimilhança	-4.022,80		-4.665,51			
Crítério de informação Akaike	8.113,60		9.465,01			
Número de observações	26.527		26.527			
Número de indivíduos	8.446		8.446			

Nota: Em itálico são apresentados os desvios padrão robustos; *** A variável é significativa pelo menos a 1%; ** A variável é significativa pelo menos a 5%; * A variável é significativa pelo menos a 10%. Foram ainda incluídas *dummies* anuais relativas ao ano da entrevista.

4.6. Conclusões

Em Portugal, na última década, a taxa de auto-emprego permaneceu acima dos 20%. O presente estudo procurou identificar, com base nos microdados do IE, quais os factores que condicionam o tempo que o indivíduo permanece no auto-emprego bem como os que favorecem os diferentes tipos de transições (e.g. emprego assalariado e desemprego/inactividade). Com esse intuito foram estimados dois modelos de duração por trocos, um em que se considerou apenas o risco de saída do auto-emprego e um segundo modelo de riscos concorrentes no qual se distinguiram dois tipos distintos de saídas (emprego assalariado e desemprego/inactividade).

As variáveis relacionadas com o agregado familiar, o género, a nacionalidade e a idade desempenham um papel importante na explicação da duração dos episódios de auto-emprego. Os indivíduos do género masculino, casados, de nacionalidade portuguesa e pertencentes a escalões etários mais elevados apresentam menor probabilidade de saírem do auto-emprego e, em particular, de entrarem numa situação de desemprego ou inactividade.

O determinante que aparenta condicionar mais fortemente o tempo de permanência em actividade é o facto do trabalhador independente ser empregador ou isolado. Este último tipo de situação na profissão diminui consideravelmente a duração do episódio de auto-emprego e favorece quer as transições para situações de trabalho assalariado quer as transições para o desemprego/inactividade. Este resultado permite retirar duas conclusões. Em primeiro lugar, na medida em que ser trabalhador independente isolado aumenta o risco de saída do auto-emprego para uma posição de trabalho assalariado, isso sugere que este é percebido pelos indivíduos como uma situação eminentemente temporária. Em segundo lugar, como se observa que o risco de saída para o desemprego ou inactividade é também superior, tal poderá sinalizar que este tipo de situação na profissão é mais susceptível de originar uma saída involuntária do auto-emprego, configurando assim uma experiência mal sucedida. Por outro lado, a probabilidade de saída é superior nas fases do ciclo económico em que o desemprego é mais elevado, apontando para a existência de um padrão contra-cíclico das saídas do auto-emprego.

A probabilidade de saída vai diminuindo com a duração do episódio de auto-emprego, ou seja, o risco de abandono da actividade por conta própria torna-se mais reduzido à medida que o indivíduo permanece nessa condição.

Apesar dos trabalhadores independentes terem um nível de escolaridade inferior à média, a correlação positiva entre educação e duração do auto-emprego permite perspectivar a existência de

um papel muito relevante para as políticas de educação no fomento do crescimento económico através do desenvolvimento de competências para os actuais e futuros empreendedores.

Após termos verificado no capítulo anterior que a modificação do escalão mínimo de contribuição para a segurança social no qual se concentra a quase totalidade dos trabalhadores independentes parece não ter desincentivado a entrada neste tipo de situação na profissão, concluímos agora que duração do auto-emprego parece também não ter sido afectada. Assim, os efeitos positivos da medida ao nível do orçamento da segurança social parecem ter sido alcançados sem prejuízo das dinâmicas de entrada e saída associadas ao emprego por conta própria (o que no caso de ter ocorrido poderia ter tido custos elevados em termos de crescimento económico). Poderá existir ainda margem para reconfigurar os escalões de rendimento sem que estes efeitos negativos apareçam.

O IE permite alguns avanços na compreensão dos determinantes da duração dos episódios de auto-emprego. No entanto, existem algumas dimensões que não captadas por este instrumento e que permitiriam aumentar o grau de compreensão da decisão individual de permanência numa actividade independente. Para além de ser desejável que os indivíduos fossem acompanhados durante um período mais alargado de tempo, a capacidade explicativa dos modelos beneficiaria do acesso a informação sobre algumas variáveis financeiras (e.g. riqueza e rendimento), antecedentes familiares do indivíduo, o facto da entrada no auto-emprego ter resultado do aproveitamento de uma oportunidade ou ter ocorrido por necessidade, o recebimento de subsídios ou participação em programas públicos de apoio à criação do próprio emprego e no caso das saídas saber se foram voluntárias ou devido a uma eventual falência. Ao nível das variáveis relacionadas com o percurso profissional do indivíduo importava especificar se este possuía, aquando da entrada no auto-emprego, experiência na profissão, experiência como trabalhador independente e/ou experiência na actividade económica e qual a sua situação na profissão antes da entrada no auto-emprego.

Anexo A - Variáveis explicativas usadas nos modelos econométricos

Sexo – *Dummy* que assume o valor 1 no caso do indivíduo pertencer ao género feminino.

Idade - Idade do indivíduo na data da entrevista.

Casado - *Dummy* que assume o valor 1 no caso do indivíduo ser casado ou junto.

Nacional – *Dummy* que assume o valor 1 no caso do indivíduo ter nacionalidade portuguesa.

Cônjuge_ Trabalhador independente – *Dummy* que assume o valor 1 se no trimestre o conjuge do indivíduo for trabalhador independente

Educ12 – *Dummy* que assume o valor 1 se o indivíduo tiver um nível de escolaridade igual ou superior ao secundário

Isolado – *Dummy* que assume o valor no caso do indivíduo ser um trabalhador independente isolado

Isolado_Taxa de desemprego – Interação entre a *dummy* que assume o valor 1 no caso do indivíduo ser trabalhador independente isolado e a taxa de desemprego

Isolado_Idade – Interação entre a *dummy* que assume o valor 1 no caso do indivíduo ser trabalhador independente isolado e a sua idade

Principal fonte de rendimento – *Dummy* que reflecte qual a principal fonte de rendimento do indivíduo. As categorias consideradas englobam: Salário, vencimento; Lucros, dividendos, juros, rendas, royalties, direitos de autor; e outros.

Região - *Dummies* associadas à região de residência do indivíduo. Consideraram-se 5 regiões definidas de acordo com o nível 2 da NUTS - nova geografia (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve).

Sectores – *Dummies* relacionadas com o sector de actividade no qual o indivíduo desenvolve a sua actividade principal (no caso dos indivíduos empregados) ou na qual desenvolveu a última profissão (no caso dos indivíduos desempregados e inactivos). Os sectores considerados incluem: Indústria extractiva e transformadora; sector energético; Construção; Comércio por grosso e a retalho; Alojamento e restauração; transportes, armazenagem e comunicações; Actividades financeiras e imobiliárias; Administração Pública e outros serviços).

Sistema2005 - *Dummy* que assume o valor 1 no caso da entrevista ter decorrido depois da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 119/2005 de 22 de Julho

Conclusão

A presente tese apresenta quatro capítulos que se centram nos efeitos que certos instrumentos de protecção social produzem nas escolhas ocupacionais dos indivíduos. No primeiro capítulo apresentou-se uma revisão dos principais desenvolvimentos teóricos e empíricos que analisam os efeitos do subsídio de desemprego nos esforços de procura de emprego dos seus beneficiários, no tempo que permanecem no desemprego e na qualidade dos empregos que encontram posteriormente. Foram inicialmente apresentados os modelos de procura de trabalho e de escolha entre trabalho e lazer, os quais avaliam o impacto do recebimento de subsídio de desemprego no tempo que os beneficiários permanecem desempregados. Posteriormente, discutimos os estudos que incidem sobre os efeitos do subsídio de desemprego na duração e remuneração dos empregos aceites pelos beneficiários. Por último, apresentámos os estudos mais recentes que se centram em mecanismos como a monitorização, o apoio dos serviços públicos de emprego, as sanções ou a introdução de incentivos à entrada no mercado de trabalho via subsídio de desemprego parcial ou subsídios à criação do próprio emprego ou empresa como soluções para reduzir os efeitos adversos da atribuição de subsídio de desemprego.

No segundo capítulo, procurámos identificar que factores levam um indivíduo a escolher um emprego em *part-time*. Adicionalmente, considerámos a experiência natural associada à implementação do Programa de Emprego e Protecção Social para avaliar se o aumento do subsídio de desemprego parcial incentivou a escolha destes empregos pelos beneficiários do subsídio de desemprego. A partir da estimação de um modelo *logit*, com base numa amostra construída a partir do Inquérito ao Emprego, concluiu-se que as mulheres, jovens, com filhos de idade inferior a 4 anos, que completaram o ensino superior, desempregadas revelam maior propensão para o emprego assalariado em horário parcial e que a probabilidade de entrada é mais elevada nos períodos de recessão. Retiraram-se duas conclusões importantes para a concepção de políticas de emprego: a estrutura do emprego em horário parcial tem-se alterado e os motivos que conduzem homens e mulheres a este tipo de emprego são diferentes. Assim sendo, políticas que visem aumentar a taxa de emprego parcial devem ser sensíveis ao género. Por outro lado, o aumento do subsídio de desemprego parcial fomentou as transições para o emprego a tempo parcial entre beneficiários do subsídio de desemprego, sugerindo que este instrumento é eficaz para fomentar este tipo de emprego.

Desenvolvemos posteriormente dois estudos relacionados com o auto-emprego. No capítulo 3, procurámos avaliar se o aumento da contribuição para a segurança social desincentiva a entrada no auto-emprego. Para responder a esta questão explorámos uma experiência natural. Em Portugal, os trabalhadores independentes descontam de modo compulsório para a segurança social, apesar de poderem escolher qual o escalão de rendimentos sobre o qual essa contribuição é calculada. As estatísticas da Segurança Social demonstram que estes trabalhadores seleccionam os escalões mais baixos. No segundo semestre de 2005, o Governo aumentou o escalão mínimo passível de ser escolhido pelos trabalhadores independentes, o que se traduziu num aumento da contribuição média destes trabalhadores. Com base numa amostra construída a partir do Inquérito ao Emprego, composta por desempregados, inactivos e trabalhadores assalariados, foram estimados um modelo *logit* em que se considera o risco de entrada no auto-emprego e um multinomial *logit* no qual se distingue a entrada no auto-emprego enquanto empregador e enquanto trabalhador independente isolado. Os modelos foram estimados atendendo à existência de heterogeneidade não observada. Conclui-se que os homens, casados, com um número elevado de anteriores empregos, um nível de escolaridade igual ou inferior ao ensino básico revelam maior propensão para entrar no auto-emprego. Os resultados sugerem ainda que o aumento do escalão mínimo de contribuição para a segurança social não produziu efeitos significativos na probabilidade de entrada no auto-emprego.

Em Portugal, a taxa de auto-emprego tem vindo a decrescer mas permanece acima da média dos países da União Europeia. Assim, no último capítulo procurámos identificar, com base nos microdados do Inquérito ao Emprego, os principais determinantes da duração dos episódios de auto-emprego ou trabalho independente. Esta análise permitiu também avaliar se a alteração dos escalões de contribuição para a segurança social que, no capítulo 3, verificámos que não havia desmotivado a entrada no auto-emprego, aumentou a probabilidade de saída do auto-emprego. Através da estimação de um modelo de duração por troços (*piece-wise constant hazards model*), em que se controlou a existência de heterogeneidade não observada, concluiu-se que os homens casados com uma trabalhadora independente, que completaram o ensino secundário permanecem mais tempo em actividade. Os resultados sugerem ainda que a duração do episódio de auto-emprego reduz o risco de saída da actividade. A estimação de um modelo de riscos concorrentes, em que se distinguem as saídas do auto-emprego para o trabalho assalariado e para o desemprego ou inactividade, mostra que a condição de trabalhador independente isolado é um dos factores mais importantes para explicar as transições do auto-emprego, aumentando quer a probabilidade de saída para um emprego assalariado quer para o desemprego ou inactividade. Por outro lado, o risco

de saída do auto-emprego é maior nos períodos de desemprego elevado, revelando assim um padrão contra-cíclico.

Bibliografia

- Abbring, J., Van den Berg, G. e Van Ours, J. (2005), The Effect of Unemployment Insurance Sanctions on the Transition Rate from Unemployment to Employment, *The Economic Journal*, 115(505), pp. 602-630.
- Adamchik, V. (1999), The Effect of Unemployment Benefits on the Probability of Re-employment in Poland, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 61, pp. 95-108.
- Addison, J. e Blackburn, M. (2000), The Effects of Unemployment Insurance on Postunemployment Earnings, *Labour Economics*, 7, pp. 21-53.
- Addison, J. e Portugal, P. (1990), Problems of Sample Construction in Studies of the Effects of Unemployment Insurance on Unemployment Duration, *Industrial and Labor Relations Review*, 43(4), pp. 463-477.

- Addison, J. e Portugal, P. (2003), Six Ways to leave Unemployment, Banco de Portugal Working Paper 11-03.
- Addison, J. e Portugal, P. (2004), How does the Unemployment Insurance System shape the Time Profile of Jobless Duration?, Banco de Portugal Working Paper 1-04.
- Alba-Ramirez, A. (1994), Self-Employment in the Midst of Unemployment: the Case of Spain and the United States, *Applied Economics*, 26, pp. 189-204.
- Almus, M. (2004), Job Creation through Public Start-up Subsidies, *Applied Economics*, 36, pp. 2015-2024.
- Andersson, P. (2006), *Four Essays on Self-Employment*, Ph.D. thesis, Swedish Institute for Social Research, Stockholm University.
- Andersson, P. e Wadensjö, E. (2004), Self-Employed Immigrants in Denmark and Sweden – a Way to Economic Self-Reliance?, IZA Discussion Papers 1130.
- Andersson, P. e Wadensjö, E. (2006), Do the Unemployed become Successful Entrepreneurs? A Comparison between the Unemployed, Inactive and Wage-Earners, IZA Discussion Papers 2402.
- Ashenfelter, O., Ashmore, D. e Deschênes, O. (1999), Do Unemployment Insurance Recipients Actively seek Work? Randomized Trials in Four U. S. States, NBER Working Paper N° 6982.
- Audretsch, D. e Mahmood, T. (1995), New Firm Survival: New Results using a Hazard Function, *Review of Economics and Statistics*, 77, pp. 97-103.
- Baily, M. (1978), Some Aspects of Optimal Unemployment Insurance, *Journal of Public Economics*, 10, pp. 379-402.
- Barron, J. e Mellow, W. (1979), Search Effort in the Labor Market, *Journal of Human Resources*, 4(3), pp. 389-404.

- Bates, T. (1990), Entrepreneur Human Capital Inputs and Small Business Longevity, *Review of Economics and Statistics*, 72(4), pp.551-559.
- Baumgartner, H. e Caliendo, M. (2007), Turning Unemployed into Self-Employed: Effectiveness and Efficiency of Two Programs in West Germany, *DIW Discussion Paper*.
- Becker, G. (1968), Crime and Punishment: an Economic Approach, *Journal of Political Economy*, 76, pp. 169-217.
- Belzil, C. (1990), Unemployment Benefits, Unemployment Duration and Subsequent Job Quality: An Empirical Analysis with Canadian Data, PhD. Thesis, Cornell University.
- Belzil, C. (2001), Unemployment Insurance and Subsequent Job Duration: Job Matching versus Unobserved Heterogeneity, *Journal of Applied Econometrics*, 16, pp. 619-639.
- Benus, J., Joesch, J., Johnson, T. e Klepinger, D. (1997), Evaluation of the Maryland Unemployment Insurance Work Search Demonstration: Final Report, ~~Batelle Memorial Institute in Association with Abt Associates Inc.~~
- Black, D., Berger, M. e Smith, J. (2001), Evaluating Profiling as a Means of Allocating Government Services, in: M. Lechner e F. Pfeiffer (ed.), *Econometric Evaluation of Active Labour Market Policies*, Heidelberg: Physica.
- Blanchflower, D. (2000), Self-Employment in OECD Countries, *Labour Economics*, 7, pp. 471-505.
- Blanchflower, D. e Meyer, B. (1994), A Longitudinal Analysis of the Young Self-Employed in Australia and the United States, *Small Business Economics*, 6(1), pp. 1-19.
- Blanchflower, D. e Oswald, A. (1991), Self-Employment and Mrs. Thatcher's Enterprise Culture, CEP Working Paper 30, Centre of Economic Performance.
- Blanchflower, D. e Oswald, A. (1998), What makes an Entrepreneur?, *Journal of Labor Economics*, 16, pp. 26-60.
- Blanchflower, D., Oswald, A. e Stutzer, A. (2001), Latent Entrepreneurship across Nations, *European Economic Review*, 45, pp. 680-691.
- Blank, R. (1998), Labor Market Dynamics and Part-time Work, *Research in Labor Economics*, 17, pp. 57-93.
- Blau, D., (1987), A Time-Series Analysis of Self-Employment in the United States, *Journal of Political Economy*, 95(3), pp. 445-467.
- Blau, D. e Robins, P. (1986), Job Search, Wage Offers and Unemployment Insurance, *Journal of Public Economics*, 29, pp.173-197.
- Blundell, R. e Hoynes, H. (2004), Has 'In-Work' Benefit Reform helped the Labor Market?, in: D., Card, R. Blundell e R. Freeman (ed.), *Seeking a Premier Economy: The Economic Effects of British Economic Reforms, 1980-2000*, Chicago: The University of Chicago Press.

- Böheim, R. e Taylor, M.P. (2002), Job Search Methods, Intensity and Success in Britain in the 1990s, Working Paper N° 206, Johannes Kepler University of Linz.
- Boone, J. e Van Ours, J. (2000), Modelling Financial Incentives to get Unemployed back to Work, Centre for Economic Research, Discussion Paper 2000-02, Tilburg University.
- Boone, J., Fredriksson, P., Holmlund, B. e Van Ours, J. (2001), Optimal Unemployment Insurance with Monitoring and Sanctions CEPR Discussion Paper 3082.
- Borjas, G. (1986), The Self-Employment Experience of Immigrants, *Journal of Human Resources*, 21, pp. 485-506.
- Bosch, L. e Westhof, F. (1997), Sociale Zekerheid en Ondernemerschap, Strategische Verkenning B9710, Zoetermeer: EIM Business and Policy Research.
- Bosch, L., Van Uxem, F. e Westhof, F. (1998), *Een Eigen Bedrijf: Een Begaanbare Weg Voor Ondernemers?*, Zoetermeer: EIM Business and Policy Research.

- Boschma, R. e Weterings, A. (2005), The Effect of Regional Differences on the Performance of Software Firms in the Netherlands, *Journal of Economic Geography*, 5, pp. 567-588.
- Boskin, M. (1974), A Conditional Logit Model of Occupational Choice, *Journal of Political Economy*, 82(2), pp. 389-398.
- Bosma, N., Hunt, S. e Wennekers, S. (2005), Regional Commentary: European Union, in: M. Hancock e P. Fitssimons, *Global Entrepreneurship Monitor 2004*.
- Bover, O., Arellano, M. e Bentolila, S. (2002), Unemployment Duration, Benefit Duration and the Business Cycle, *Economic Journal*, 112, pp. 223-265.
- Boyd, R. (1990), Black and Asian Self-Employment in Large Metropolitan Areas: a Comparative Analysis, *Social Problems*, 37, pp. 258-269.
- Bratberg, E. e Vaage, K. (2000), Spell Durations with Long Unemployment Insurance Periods, *Labour Economics*, 7, pp. 153-180.
- Bregger, J. (1996), Measuring Self-Employment in the United States, *Monthly Labor Review*, 119, pp. 3-9.
- Brouwer, P., Hessels, J., Van Stel, A. e Wennekers, S. (2005), Social Security Entitlements and Early-Stage Entrepreneurial Activity: An Empirical Analysis, Scales-paper N200423.
- Browning, M. e Crossley, T. (1996), Unemployment Insurance Benefit Levels and Consumption Changes, mimeo McMaster University.
- Bruce, D. e Schuetze, H. (2004), The Relationship between Tax Policy and Entrepreneurship: What We know and What We should know, *Swedish Economic Policy Review*, 11, pp. 233-265.
- Brüderl, J. e Preisendorfer, P. (1998), Network Support and the Success of Newly Founded Businesses, *Small Business Economics*, 10(3), pp. 213-225.

- Buddelmeyer, H., Mourre, G. e Ward, M. (2004), The Determinants of Part-time Work in EU Countries: Empirical Investigations with Macro-panel Data, IZA Discussion Papers 1361, Institute for the Study of Labor.
- Buddelmeyer, H., Mourre, G. e Ward, M. (2005a), Recent Developments in Part-time Work in EU: Trends and Policy, IZA Discussion Papers 1415.
- Buddelmeyer, H., Mourre, G. e Ward, M. (2005b), Part-time Work in EU Countries: Labour Market Mobility, Entry and Exit, IZA Discussion Papers 1550.
- Burdett, K. (1979), Unemployment Insurance Payments as a Search Subsidy: a Theoretical Analysis, *Economic Inquiry*, 42, pp. 333-343.
- Burdett, K. e Mortensen, D. (1978), Labor Supply under Uncertainty, in: R. Ehrenberg (ed.), *Research in Labor Economics*, 2ª Edição, Greenwich: JAI Press.
- Burgess, P. e Kingston, J. (1976), The Impact of Unemployment Insurance Benefits on Reemployment Success, *Industrial and Labor Relations Review*, 30(1), pp. 25-31.
- Burgess, P. e Kingston, J. (1987), *An Incentives Approach to improving the Unemployment Compensation System*, W. E. Upjohn Institute for Employment Research.
- Burtless, G. (1990), Unemployment Insurance and Labor Supply: a Survey, in: W. Lee Hansen e J. Byersand (ed.), *Unemployment Insurance: The Second Half Century*, University of Wisconsin Press.
- Cahuc, P. (2002), A Quoi Sert la Prime pour l'emploi?, *Revue Française d'Economie*, 16, pp. 3-61.
- Calmfors, L. (1994), Active Labor Market Policy and Unemployment – A Framework for the Analysis of Crucial Design Features, *OCDE Economic Studies*, 22.
- Calvo, G. e Wellisz, S. (1980), Technology, Entrepreneurs, and Firm Size, *Quarterly Journal of Economics*, 95, pp. 663-677.
- Card, D. e Levine, P. (2000), Extended Benefits and the Duration of UI Spells: Evidence from the New Jersey Extended Benefit Program, *Journal of Public Economics*, 78, pp. 107-138.
- Carling, K., Edin, P-A. , Harkman, A. e Holmlund, B. (1996), Unemployment Duration, Unemployment Benefits, and Labor Market Programs in Sweden, *Journal of Public Economics*, 59(3), pp. 313-334.
- Carrasco, R. (1999), Transitions to and from Self-Employment in Spain: An Empirical Analysis, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 61, pp. 315-341.
- Carrasco, R. e Ejrnaes, M. (2003), Self-employment in Denmark and Spain: Institution, Economic Conditions and Gender Differences, CAM Working Paper 2003-06.

- Carrington, W., McCrue, K. e Pierce, B. (1996), The Role of the Employer/Employee Interaction in the Labour Market Cycles: Evidence from the Self-Employed, *Journal of Labour Economics*, 14, pp. 571-602.
- Carroll, R., Holtz-Eakin, D., Rider, M. e Rosen, H. (2000), Personal Income Taxes and the Growth of Small Firms, NBER Working Paper 7980, National Bureau of Economic Research.
- Casey, B. e Creigh, S. (1988), Self-Employment in Great Britain: its Definition in the LFS, in Tax and Social Security Law and in Labour Law, *Work Employment and Society*, 2, pp. 381-391.
- Cassel, G. (1902), *Socialpolitik* (Social Policy), Hugo Gebers Förlag.
- Casson, M. (2003), *The Entrepreneur: An Economic Theory*, 2ª Edição, Cheltenham (U.K.): Edward Elgar Publishing.
- ~~- Casson, M. (1991), *The Economics of Business Culture*, Oxford: Clarendon Press.~~
- Casson, M., (1995), *Entrepreneurship and Business Culture; Studies in the Economics of Trust, vol.1*, Cheltenham (U.K.): Edward Elgar Publishing.
- Centeno, M. (2000), O Auto-Emprego será Resposta à Rigidez do Mercado de Trabalho?, *Boletim Económico*, Banco de Portugal.
- Centeno, M. (2004), The Match Quality Gains from Unemployment Insurance, *Journal of Human Resources*, 39(3), pp. 839-863.
- Classen, K. (1975), The Effects of Unemployment Insurance: Evidence from Pennsylvania, mimeo.
- Classen, K. (1977), The Effect of Unemployment Insurance on the Duration of Unemployment and Subsequent Earnings, *Industrial and Labor Relations Review*, 30(4), pp. 438-444.
- Coase, R. (1937), The Nature of the Firm, *Economica*, 4(16), pp. 386-405.
- Cockx, B. e Ries, J. (2004), The Exhaustion of Unemployment Benefits in Belgium; Does it Enhance the Probability of Employment, IRES Discussion paper N° 2004-16.
- Cooper, A., Gimeno-Gascon, F. e Woo, Y. (1994), Initial Human and Financial Capital as Predictors of New Venture Performance, *Journal of Business Venturing*, 9, pp. 371-395.
- Cowling, M. (2000), Are Entrepreneurs Different across Countries?, *Applied Economic Letters*, 7, pp. 785-789.
- Cowling, M. e Taylor, M. (2001), Entrepreneurial Women and Men: Two Different Species?, *Small Business Economics*, 16, pp. 167-175.
- Cox, J. e Oaxaca, R. (1990), Unemployment Insurance and Job Search, in: L. Bassi e D. L. Crawford (ed.), *Research em Labor Economics*, Vol. 11, Greenwich: JAI Press.
- Cressy, R. (1996), Are Business Startups Debt-Rationed?, *The Economic Journal*, 106(438), pp. 1253-1270.

- Cullen, J. e Gordon, R. (2002), Taxes and Entrepreneurial Activity: Theory and Evidence for the U.S., NBER Working Paper 9015.
- Davidson, C. e Woodbury, S. (1995), Optimal Unemployment Insurance, Upjohn Institute Staff Working Paper 95-35.
- Delsen, L. (1995), *Atypical Employment: An International Perspective. Causes, Consequences and Policy*, Wolters-Noordhoff: Groningen.
- Delsen, L. (1998), When do Men work Part-time?, in: J. O'Reilly e C. Fagan (eds) *Part-time Prospects: An International Comparison of Part-time Work in Europe, North America and the Pacific Rim*, Londres: Routledge.
- Devine, T. e Kiefer, N. (1991), *Empirical Labor Economics: The Search Approach*, Oxford: Oxford University Press.
- ~~Dunn, T. e Holtz-Eakin, D. (2000), Financial Capital, Human Capital and the Transition to Self-Employment, *Journal of Labor Economics*, 18, pp. 282-305.~~
- Ehrenberg, R. (1976), The Economic Effects of Unemployment Insurance on Unemployed Workers' Job Search, U.S. Department of Labor.
- Ehrenberg, R. e Oaxaca, R. (1976), Unemployment Insurance, Duration of Unemployment, and Subsequent Wage Gain, *American Economic Review*, 66(5), pp. 754-766.
- Eissa, N. e Hoynes, H. (2005), Behavioral Responses to Taxes: Lessons from the EITC and Labor Supply, NBER Working Paper N° 11729.
- Evans, D. e Jovanovic, B. (1989), An Estimated Model of Entrepreneurial Choice under Liquidity Constraints, *Journal of Political Economy*, 97(4), pp. 808-827.
- Evans, D. e Leighton, L. (1989a), The Determinants of Changes in U.S. Self-Employment, 1968-1987, *Small Business Economics*, 1(2), pp. 111-119.
- Evans, D. e Leighton, L. (1989b), Some Empirical Aspects of Entrepreneurship, *American Economic Review*, 79(3), pp. 519-535.
- Fallick, B. (1996), A Review of the Recent Empirical Literature on Displaced Workers, *Industrial and Labor Relations Review*, 50, pp. 5-16.
- Falter, J. (2001), Self-Employment Entry and Duration in Switzerland, mimeo.
- Farber, H. S. (1999), Alternative and Part-time Employment Arrangements as a Response to Job Loss, *Journal of Labor Economics*, 17, pp. 142-169.
- Farber, M. (2001), Self-Employment Entry and Duration in Switzerland, mimeo.
- Feldstein, M. (1974), Unemployment Compensation: Adverse Incentives and Distributional Anomalies, *National Tax Journal*, 27(2), pp. 231-244.
- Feldstein, M. e Poterba, J. (1984), Unemployment Insurance and Reservation Wages, *Journal of Public Economics*, 23(2), pp. 141-167.

- Fitzenberger, B. e Wilke, R. (2004), Unemployment Durations in West-Germany before and after the Reform of the Unemployment Compensation System during the 1990s, ZEW Discussion Paper 04-24.
- Flemming, J. (1978), Aspects of Optimal Unemployment Insurance: Search, Leisure and Capital Market Imperfections, *Journal of Public Economics*, 10, pp. 403-425.
- Flinn, C. e Heckman, J. (1983), Are Unemployment and out of the Labor Force Behaviorally Distinct Labor Market States?, *Journal of Labor Economics*, 1, pp. 28-42.
- Folkeringa, M. e Vroonhof, P. (2002), *Vrijheid, Ongelijkheid en Ondernemerschap*, Strategische Verkenning B200201, Zoetermeer: EIM Business and Policy Research.
- Folkeringa, M. e Vroonhof, P. (2004), *Armoede Onder Zelfstandige Ondernemers*, Research Report H200409, Zoetermeer: EIM Business and Policy Research.
- ~~- Fonseca, R., Lopez-Garcia, P. e Pissarides, C. (2001), Entrepreneurship, Start-up Costs and Employment, *European Economic Review*, 45, pp. 692-705.~~
- Fotopoulos, G. e Louri, H. (2000), Location and Survival of New Entry, *Small Business Economics*, 14(4), pp. 311-321.
- Francesconi, M. e Van der Klaauw, W. (2004), The Consequences of “In-Work’ Benefit Reform in Britain: New Evidence from Panel Data, IZA Discussion Papers 1248, Institute for the Study of Labor.
- Fredriksson, P. e Holmlund, B. (2003), Improving Incentives in Unemployment Insurance: A Review of Recent Research, CESifo Working Paper 922.
- Fritsch, M., Brixey, U. e Falik, O. (2006), The Effect of Industry, Region and Time on New Business Survival – A Multi-Dimensional Analysis, *Review of Industrial Organization*, 28, pp. 285-306.
- Fuchs, V. (1982), Self-Employment and Labour Force Participation of Older Males, *Journal of Human Resources*, 17, pp. 339-357.
- Gangl, M. (2002), Welfare State Stabilization of Employment Careers: Unemployment Benefits and Job Histories in the United States and Germany, WZB Discussion Paper N° 207.
- Georgellis, Y. e Wall, H. (2000), What Makes a Region Entrepreneurial? Evidence from Britain, *Annals of Regional Science*, 34, pp. 385-403.
- Gerfin, M., Lechner, M. e Steiger, H. (2002), Does Subsidised Temporary Employment get the Unemployed Back to Work? An Econometric Analysis of Two Different Schemes, IZA Discussion Papers 606, Institute for the Study of Labor.
- Giannetti, M. e Simonov, A. (2004), On the Determinants of Entrepreneurial Activity: Social Norms, Economic Environment and Individual Characteristics, *Swedish Economic Policy Review*, 11, pp. 269-313.

- Gill, A. (1988), Choice of Employment Status and the Waves of Employees and the Self-Employed: Some Further Evidence, *Journal of Applied Econometrics*, 3, pp. 229-234.
- Gregory, M. e Jukes, R. (2001), Unemployment and Subsequent Earnings: Estimating Scarring among British Men 1984-94, *Economic Journal*, 111, pp. 607-625.
- Grilo, I. e Thurik, A. (2005), Entrepreneurship in the Old and the New Europe, *Papers on Entrepreneurship, Growth and Public Policy*. Max Planck Institute of Economics, Germany.
- Grubb, D. (2001), Eligibility Criteria for Unemployment Benefits, in: OECD Employment Outlook 2000, Paris.
- Gruber, J. (1997), The Consumption Smoothing Benefits of Unemployment Insurance, *American Economic Review*, 87, pp. 192-205.
- Gruber, J. (1999), The Wealth of the Unemployed: Adequacy and Implications for Unemployment Insurance, NBER Working Paper N° 7348.

- Hakim, C. (1988), Self-Employment in Britain: Recent Trends and Current Issues, *Work, Employment and Society*, 2, pp. 421-450.
- Hakim, C. (1989), New Recruits to Self-Employment in the 1980s, *Employment Gazette*, 97, pp. 286- 297.
- Ham, J. e Rea, S. (1987), Unemployment Insurance and Male Unemployment Duration in Canada, *Journal of Labor Economics*, 5, pp. 325-353.
- Hamermesh, D. (1977), *Jobless Pay and the Economy*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Hamermesh, D. e Slesnick, D. (1996), Unemployment Insurance and Household Welfare: Microeconomic Evidence 1980-1993, Advisory Council on Unemployment Compensation: Background Papers, Vol. III, Washington, DC.
- Hammer, T. (1999), The Influence of Different Compensation Levels of Unemployment Benefits on Job Chances among Unemployed Youth: A Comparative Study of the Nordic Countries, *Acta Sociologica*, 42, pp. 123-134.
- Heckman, J. e Borjas, G. (1980), Does Unemployment cause Future Unemployment? Definitions, Questions and Answers from a Continuous Time Model of Heterogeneity and State Dependence, *Economica*, 47, pp. 247-283.
- Heckscher, E. (1928), *Economic Aspects of Public Unemployment Policies*, Betänkande och förslag angående arbetslöshetsförsäkring arbetsförmedling och reservarbeten, Norstedts.
- Hicks J (1932), *The Theory of Wages*, Macmillan: Londres.
- Holen, A. (1977), Effects of Unemployment Insurance Entitlement on Duration and Job Search Outcome, *Industrial and Labor Relations Review*, 30(4), pp. 445-450.

- Holtz-Eakin, D., Joulfaian, D. e Rosen, H. (1994a), Entrepreneurial Decisions and Liquidity Constraints, *Rand Journal of Economics*, 25, pp. 334-347.
- Holtz-Eakin, D., Joulfaian, D. e Rosen, H. (1994b), Sticking it Out: Entrepreneurial Survival and Liquidity Constraints, *Journal of Political Economy*, 102, pp. 53-75.
- Hopenhayn, H. e Nicolini, J. (1997), Optimal Unemployment Insurance, *Journal of Political Economy*, 105, pp. 412-438.
- Houseman, S. (2001), Why Employers use Flexible Staffing Arrangements: Evidence from an Establishment Survey, *Industrial and Labor Relations Review*, 55(1), pp. 149-169.
- Hudson, J. (1989), The Birth and Death of Firms, *Quarterly Review of Economic and Business*, 29, pp. 68-86.
- Hujer, R. e Schneider, H. (1990), Unemployment Duration as a Function of Individual Characteristics and Economic Trends, in: K. U. Mayer e N. B. Tuma (ed.), ~~*Event History Analysis in Life Course Research*~~, Madison: University of Wisconsin Press.
- Hunt, J. (1995), The Effect of Unemployment Compensation on Unemployment Duration in Germany, *Journal of Labor Economics*, 13, pp. 88-120.
- Illeris, S. (1993), Regional Development in Western Europe: a Mosaic Model, in: L. Lundqvist e L. Person, (ed.), *Vision and Strategies in European Integration. A North European Perspective*, Berlin: Springer-Verlag.
- Jenkins S. (1995), Easy Estimation Methods for Discrete-Time Duration Models, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 57, pp. 129-138.
- Jenks, C. (1992), *Rethinking Social Policy*, Cambridge: Harvard University Press.
- Johansson, E. (2000), Determinants of Self-Employment Duration – Evidence from Finnish Micro-Data, em *Essays on the Determinants of Self-Employment*, Ekonomi och Samhälle, 85, Swedish School of Economics and Business Administration, Finland.
- Johnson, T. e Klepinger, D. (1994), Experimental Evidence on Unemployment Insurance Work-Search Policies, *The Journal of Human Resources*, 29(3), pp. 695-717.
- Jovanovic, B. (1982), Selection and Evolution of Industry, *Econometrica*, 50, pp. 649-670.
- Jurajda, S. (2002), Estimating the Effect of Unemployment Insurance Compensation on the Labor Market Histories of Displaced Workers, *Journal of Econometrics*, 108, pp. 227-252.
- Kasper, H. (1967), The Asking Price of Labor and the Duration of Unemployment, *The Review of Economics and Statistics*, 49(2), pp. 165-172.
- Katz, L. e Meyer, B. (1990), The Impact of the Potential Duration of Unemployment Benefits on the Duration of Unemployment, *Journal of Public Economics*, 41(1), pp. 45-72.
- Kiefer, N. e Neumann, G. (1979), An Empirical Job Search Model with a Test of the Constant Resolution Wage Hypothesis, *Journal of Political Economy*, 87(1), pp. 89-108.

- Kihlstrom, R. e Laffont, J. (1979), A General Equilibrium Entrepreneurial Theory of Firm Formation based on Risk Aversion, *Journal of Political Economy*, 87, pp. 719-748.
- Knight, G. e Mckay, S. (2000), Lifetime Experiences of Self-Employment, *Labour Market Trends*, 108, pp. 470-472.
- Kuhn, P. e Schuetze, H. (2001), Self-Employment Dynamics and Self-Employment Trends: a Study of Canadian Men and Women, 1982-1998, *Canadian Journal of Economics*, 34, pp. 760-784.
- Lalive, R. (2006), How do Extended Benefits affect Unemployment Duration? A Regression Discontinuity Approach, IZA Discussion Paper 2200.
- Lancaster, T. (1990), *The Econometric Analysis of Transition Data*, Cambridge: Cambridge University Press.
- ~~Lentz, B. e Laband, D. (1990), Entrepreneurial Success and Occupational Inheritance among Proprietors, *Canadian Journal of Economics*, 23, pp. 563-579.~~
- Lester, A. (1999), Labour Demand and the Economic Cycle, *Reserve Bank of Australia Bulletin*, February.
- Littunen, H., Storhammar, E. e Nenonen, T. (1998), The Survival of Firms over the Critical First 3 Years and the Local Environment, *Entrepreneurship and Regional Development*, 10, pp. 189-202.
- Long, J. (1982), The Income Tax and Self-Employment, *National Tax Journal*, 35, pp. 31-42.
- Lubyova, M. e Van Ours, J. (1997), Unemployment Dynamics and the Restructuring of the Slovak Unemployment System, *European Economic Review*, 41, pp. 925-934.
- Lucas, R. (1978), On the Size Distribution of Business Firms, *Bell Journal of Economics*, 9, pp. 508-523.
- Ma, C. e Weiss, A. (1993), A Signalling Theory of Unemployment, *European Economic Review*, 37, pp. 135-157.
- Maani, S. (1993), Post-Unemployment Wages, the Probability of Re-Employment, and the Unemployment Benefit, *New Zealand Economic Papers*, 27(1), pp. 35-55.
- McCall, B. (1996), Unemployment Insurance Rules, Joblessness, and Part-Time Work, *Econometrica*, 64(3), pp. 647-682.
- McCall, B. (1997), The Determinants of Full-time versus Part-time Reemployment following Displacement, *Journal of Labor Economics*, 15(4), pp. 714-734.
- McCormick, B. (1990), A Theory of Signalling during Job Search, Employment, Efficiency, and 'Stigmatised' Jobs, *Review of Economic Studies*, 57, pp. 299-313.
- Meager, N. (1992), Does Unemployment lead to Self-Employment?, *Small Business Economics*, 4(2), pp. 87-103.

- Meyer, B. (1990), Unemployment Insurance and Unemployment Spells, *Econometrica*, 58(4), pp. 757-782.
- Meyer, B. (1995), Lessons from the U.S. Unemployment Insurance Experiments, *Journal of Economic Literature*, 33, pp. 91-131.
- Moffitt, R. (1985), Unemployment Insurance and the Distribution of Unemployment Spells, *Journal of Econometrics*, 28(1), pp. 85-101.
- Moffitt, R. e Nicholson, W. (1982), The Effect of Unemployment Insurance on Unemployment: The Case of Federal Supplemental Benefits, *Review of Economics and Statistics*, 64(1), pp. 1-11.
- Moran, M. e Cooney, T. (2003), To what Extent Can the Impact of Enterprise Education be Truly Evaluated by State Enterprise Development Agencies?, Rent Conference, Lodz.
- ~~- Mortensen, D. (1970), Job Search, the Duration of Unemployment, and the Phillips Curve, *American Economic Review*, 60(5), pp. 847-862.~~
- Mortensen, D. (1977), Unemployment Insurance and Job Search Decisions, *Industrial and Labor Relations Review*, 30(4), pp. 505-517.
- Mortensen, D. (1987), A Structural Model of Unemployment Insurance Benefit Effects on the Incidence and Duration of Unemployment, Northwestern University, Mimeo.
- Murray, C. (1984), *Losing Ground*, New York: Basic Books Publishers.
- Narendranathan, W. e Stewart, M. (1993), How does the Unemployment Effect vary as Unemployment Spell lengthens?, *Journal of Applied Econometrics*, 8, pp. 361-381.
- Newton, F. e Rosen, H. (1979), Unemployment Insurance, Income Taxation and Duration of Unemployment: Evidence from Georgia, *Southern Economic Journal*, 45, pp. 773-784.
- OCDE (1998), "Fostering Entrepreneurship", Paris.
- O'Leary, C. (1994), The Adequacy of Unemployment Insurance Benefits, Manuscript, W.E. Upjohn Institute for Employment Research.
- Parker, S. (2004), *The Economics of Self-Employment and Entrepreneurship*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Pfeiffer, F. e Reize, F. (2000), Business Start-ups by the Unemployed - an Econometric Analysis Based on Firm Data, *Labour Economics*, 7, pp. 629-663.
- Phipps, S. (1990), Quantity Constrained Household Response to UI Reform, *Economic Journal*, 100, pp.124-140.
- Pigou, A. (1933), *The Theory of Unemployment*, Macmillan.
- Pissarides, C. (1990), *Equilibrium Unemployment Theory*, Oxford: Basil Blackwell.
- Puhani, P. (2000), Poland on the Dole: The Effect of reducing the Unemployment Benefit Entitlement Period during Transition, *Journal of Population Economics*, 13, pp. 35-44.

- Quinn, J. (1980), Labour-Force Participation Patterns of Older Self-Employed Workers, *Social Security Bulletin*, 43, pp.17-28.
- Rabe-Hesketh, S., Skrondal, A., e Pickles, A. (2002), Reliable Estimation Generalised Linear Mixed Models using Adaptive Quadrature, *The Stata Journal*, 2, pp. 1-21.
- Rabe-Hesketh, S., Skrondal, A., e Pickles, A. (2004), GLLAMM Manual, Technical Report, *U.C. Berkeley Division of Bio-statistics Working Paper Series*, Working Paper 160.
- Rees, H. e Shah, A. (1996), An Empirical Analysis of Self-Employment in the UK, *Journal of Applied Econometrics*, 1, pp. 95-108.
- Reynolds, P., Hay, M., Bygrave, W., Camp, S., e Autio, E. (2001), *Global Entrepreneurship Monitor 2001. Executive Report*, Babson College, London Business School.
- Reynolds, P., Hay, M., Bygrave, W., Camp, S., e Autio, E. (2002), *Global Entrepreneurship Monitor 2001. Executive Report*, Babson College, London Business School.

- Reynolds, P., Storey, D. e Westhead, P. (1994), Cross National Comparisons of the Variaton of the Variation in New Firm Formation Rates, *Regional Studies*, 28, pp. 443-456.
- Robson, M. (1998), Self-Employment in the UK Regions, *Applied Economics*, 30, pp. 313-322.
- Robson, M. (2003), Does Stricter Employment Protection Legislation Promote Self-Employment?, *Small Business Economics*, 21(3), pp. 309-319.
- Rocha, H. e Sternberg, R. (2005), Entrepreneurship: The Role of Clusters Theoretical Perspectives and Empirical Evidence from Germany, *Small Business Economics*, 24, pp. 267-292.
- Roed, K. e Zhang, T. (2003), Does Unemployment Compensation affect Unemployment Duration? *Economic Journal*, 113, pp. 190-206.
- Ruivo, M., Gonzalez, M. e Varejão, J. (1998), Part-time Work in Portugal and Spain, in: J. O'Reilly e C. Fagan (ed.) *Part-time Prospects: An International Comparison of Part-time Work in Europe, North America and the Pacific Rim*, Londres: Routledge.
- Schiller, B. e Crewson, P. (1997), Entrepreneurial Origins: A Longitudinal Inquiry, *Economic Inquiry*, 35, pp. 523-532.
- Schoof, U. (2006), Stimulating Youth Entrepreneurship: Barriers and Incentives to Enterprise Start-ups by Young People, SEED Working Paper N° 76, International Labour Organization.
- Schuetze, H. (2000), Taxes, Economic Conditions and Recent Trends in Male Self-Employment: a Canada-US Comparison, *Labour Economics*, 7, pp. 507-544
- Shavell, S. (1979), On Moral Hazard and Insurance, *Quarterly Journal of Economics*, 93, pp. 541-562.



- Shavell, S. e Weiss, L. (1979), The Optimal Payment of Unemployment Insurance Benefits over Time, *Journal of Political Economy*, 87, 1347-1363.
- Skrondal, A., e Rabe-Hesketh, S. (2005), *Multilevel and Longitudinal Modelling Using Stata*. Stata Press, College Station, Texas.
- Spilling, O. (1996), Regional Variation of New Firm Formation: the Norwegian Case, *Entrepreneurship and Regional Development*, 8, pp. 217-243.
- Stancanelli, E. (1999), Unemployment Duration and the Duration of Entitlement to Unemployment Benefits: An Empirical Study for Britain, *Applied Economics*, 31, pp. 1043-1051.
- Steinberger, T. (2005), Social Security and Entrepreneurial Activity, CSEF Working Papers N° 130, Centre for Studies in Economics and Finance.
- ~~- Storey, D. (1982), *Entrepreneurship and the New Firm*, London: Groom-Helm.~~
- Taylor, M. (1996), Earnings, Independence or Unemployment: Why become Self-Employed?, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 58(2), pp. 253-266.
- Taylor, M. (1999), Survival of the Fittest? An Analysis of Self-Employment Duration in Britain, *The Economic Journal*, 109, pp. 140-155.
- Taylor, M. (2004), Self-Employment in Britain: When, Who and Why, *Swedish Economic Policy Review*, 11(2), pp. 141-173.
- Uusitalo, R. (2001), Homo Entreprenaurus?, *Applied Economics*, 33, pp. 1631-1638.
- Van de Berg, G. (2001), Duration Models: Specification, Identification, and Multiple Durations, in: J. Heckman e E. Leamer (ed.), *Handbook of Econometrics*, Vol. V, Amsterdam: North-Holland.
- Van den Berg, G., Van der Klaauw, B. e Van Ours, J. (2004), Punitive Sanctions and the Transition Rate from Welfare to Work, *Journal of Labor Economics*, 22, pp. 211-241.
- Van Ours, J. e Vodopivec, M. (2004), How Changes in Benefits Entitlement Affect Job-Finding: Lessons from the Slovenian "Experiment", IZA Discussion Paper 1181, Institute for the Study of Labor.
- Van Ours, J. e Vodopivec, M. (2006), How Shortening the Potential Duration of Unemployment Benefits affects the Duration of Unemployment: Evidence from a Natural Experiment, *Journal of Labor Economics*, University of Chicago Press, 24(2), pp. 351-350.
- Van Praag, M. e Van Ophem, H. (1995), Determinants of Willingness and Opportunity to Start as an Entrepreneur, *Kyklos*, 48, pp. 513-540.
- Van Praag, M. (1996), *Determinants of Successful Entrepreneurship*, Amsterdam: Thesis Publishers.

- Van Praag, M. (2003), Business Survival and Success of Young Small Business Owners, *Small Business Economics*, 21, pp.1-17.
 - Van Praag, M. e Cramer, J. (2001), An Estimated Equilibrium Model of Business Formation and Labor Demand by Entrepreneurs, *Economica*, 68(269), pp. 45-62.
 - Verheul, I., Wennekers, S. Audretsch, D. e Thurik, R. (2002), An Eclectic Theory of Entrepreneurship, in: D. Audretsch, R. Thurik, I. Verheul e S. Wennekers (ed.) *Entrepreneurship: Determinants and Policy in a European-US Comparison*, Boston/Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
 - Wang, C. e Williamson, S. (1996), Unemployment Insurance with Moral Hazard in a Dynamic Economy, *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, vol. 44, pp. 1-41.
 - Welch, F. (1977), What Have we Learned from Empirical Studies of Unemployment Insurance?, *Industrial and Labor Relations Review*, 30(4), pp. 451-461.
-
- Winter-Ebmer, R. (1998), Potential Unemployment Benefit Duration and Spell Length: Lessons from a Quasi-Experiment in Austria, *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 60(1), pp. 33-45.
 - Zijl, M., Van den Berg, G. e Heyma, A. (2004), Stepping Stones for the Unemployed: The Effect of Temporary Jobs on the Duration until Regular Work, *IZA Discussion Papers 1241*, Institute for the Study of Labor.